



**JOÃO FERNANDO
JUNGO**

**Determinantes da poupança e da inclusão financeira
das famílias Angolanas**



**JOÃO FERNANDO
JUNGO**

**Determinantes da poupança e da inclusão financeira
das famílias Angolanas**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Economia – Ramo Finanças, realizada sob a orientação científica da Doutora Mara Teresa da Silva Madaleno, Professora Auxiliar do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro, e sob a coorientação científica da Professora Doutora Anabela Botelho Veloso, Professora Catedrática do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho aos meus filhos Cécio S. da Silva Jungo e António João da Silva Jungo e desejo que venham a alcançar o mesmo nível de escolaridade.

o júri

Presidente

Prof. Doutor João Paulo Cerdeira Bento

professor auxiliar do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro

Prof.^a Doutora Elisabete Fátima Simões Vieira

professora coordenadora do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Prof.^a Doutora Mara Teresa da Silva Madaleno

professora auxiliar do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Primeiramente a Deus por tudo que tem feito em minha vida e por permitir que este momento se efetive de facto.

Á minha orientadora Professora Doutora Mara Teresa da Silva Madaleno e coorientadora Professora Doutora Anabela Botelho Veloso, pelo apoio, paciência, conselhos e total disponibilidade em todas as fases deste trabalho, pois não seria possível realizar este trabalho sem as mesmas. Agradeço-lhes pela motivação, pela disponibilidade em me ensinar e pela confiança depositada em mim.

Ao governo de Angola: Ministério do Ensino Superior (INAGBE), pela concessão da bolsa de estudo; Ministério do Interior (SME), pela dispensa nas minhas atividades laborais para me dedicar afincadamente aos estudos.

Á minha eterna namorada Edna Saraiva por todo amor que tem-me concedido, ajuda e apoio e paciência.

Aos meus pais, Fernando José, Teresa Marcos, Mateus Saraiva e Maria Saraiva pelo apoio e motivação e pelas orações ao meu favor.

Ao meu colega e amigo Francisco Carvalho e Florêncio Capachiuva pelo companheirismo e partilha de ideias.

Ainda, a todas as pessoas que me ajudaram na divulgação e preenchimento do questionário em especial: Tomás Jungo, Divaldo Costa, Nsaka Ester Fernandes, Mateus Jungo, Beijamim Dala da Costa, Mariete Lucamba, Carla Chungo, Audaciano de Sousa, Jorge Abrante. A todos que contribuíram de forma direta ou indireta e que não foram aqui mencionados, digo:

Obrigado.

palavras-chave

Poupança, Inclusão Financeira, Conta Bancária, Empréstimo, Informação Financeira, Angola.

resumo

O presente trabalho propõe-se a estudar os determinantes da poupança e da inclusão financeira em Angola, verificando o grau de influência das características individuais, demográficas e financeiras no comportamento da poupança e inclusão financeira. Para o efeito foi realizado e implementado um questionário para obtenção de uma amostra da população angolana para um período referente a início do ano de 2019 e realizadas estimativas probit. Por fim, foram relacionadas as características individuais e demográficas e financeiras com a percentagem de rendimento destinada a poupança, forma de poupar, motivações de poupança, barreiras à poupança e pelos outros indicadores de poupança como conta bancária e empréstimo. Os resultados indicam que existe diferenciação de género na poupança em Angola, sendo que os homens são mais propensos a poupar. A mesma diferenciação é encontrada quando analisamos os determinantes da poupança por motivações, pois constatamos que os homens são os que mais pouparam para abrir um negócio ou para aquisição de bens duradouros. Quando analisamos as barreiras à poupança verificamos que as mulheres são as que mais deixam de poupar porque o rendimento é baixo. Descobrimos igualmente que são fatores para o aumento da probabilidade de poupar a escolaridade, grau de importância atribuída à poupança, ter conta bancária e o empréstimo. Relativamente à inclusão financeira, os resultados indicam que são características chaves para ser incluído no sistema financeiro o facto de ser homem, ter a noção do grau de importância da gestão do orçamento e ter acesso a informação financeira. O nosso trabalho contém resultados para conceber políticas para promover a poupança e a inclusão financeira em Angola. Contribuímos para a literatura em expansão sobre os determinantes da poupança e inclusão financeira, com foco em Angola, acrescentando conhecimento aos trabalhos empíricos já existentes para África. Em segundo lugar, concentramo-nos nas necessidades e sentimentos individuais em relação à inclusão financeira. Em terceiro lugar, Angola e a sua capital, Luanda, é um mercado financeiro dualista organizado em torno da interação entre instituições e agentes formais e informais. Em quarto lugar, incluímos como variáveis explicativas o acesso à informação financeira, grau de importância atribuído à poupança e a planificação e gestão do orçamento familiar (variáveis bastante inexploradas nos estudos existentes).

keywords

Savings, Financial Inclusion, Bank Account, Loan, Financial Information, Angola.

abstract

The present work proposes to study the determinants of saving and financial inclusion in Angola, verifying the degree of influence of individual, demographic and financial characteristics on the behavior of saving and financial inclusion. For that purpose, a questionnaire was carried out and implemented to obtain a sample of the Angolan population for a period related to the beginning of the year 2019 and we performed probit estimation. Finally, individual and demographic and financial characteristics were related to the percentage of income earmarked for savings, saving forms, saving motivations, barriers to saving and other savings' indicators such as bank account and loan. The results indicate that there is gender differentiation in savings in Angola, with males being more likely to save. The same differentiation is found when we analyze the determinants of savings by motivation, where we find that males are the ones who save the most to open a business or to acquire durable goods; when we analyze the barriers to saving we find that women are the ones that most fail to save because the yield is low. We have also found that factors increasing the probability of saving are schooling, the degree of importance attributed to savings, having a bank account and the loan. With respect to financial inclusion, the results indicate that the key drivers are gender (being a male), to be aware of the importance of budget management and to have access to financial information. Our work contains results to design policies to promote savings and financial inclusion in Angola. We have contributed to the expanding literature on the determinants of savings and financial inclusion, focusing on Angola, as well as existing works for Africa. Second, we focus on individual needs and feelings about financial inclusion. Third, Angola and its capital, Luanda, is a dualistic financial market organized around the interaction between formal and informal institutions and agents. Fourth, we include as explanatory variables the access to financial information, the degree of importance attributed to savings, and the planning and management of the family budget (variables that are largely unexplored in existing studies).

Índice

1.	Introdução	1
2.	Revisão da Literatura	6
2.1.	Determinantes da Poupança das Famílias	6
2.1.1.	Rendimento	11
2.1.2.	Estado civil e Género	13
2.1.3.	Gestão e planificação do Orçamento Familiar e Acesso a Informação financeira... 14	
2.1.4.	Desemprego.....	15
2.1.5.	Empréstimo	16
2.1.6.	Idade.....	17
2.1.7.	Educação	19
2.1.8.	Tamanho do agregado familiar	21
2.1.9.	Local da Habitação.....	22
2.2.	Inclusão Financeira.....	22
2.2.1.	Inclusão Financeira e crescimento económico.	22
2.2.2.	Principais determinantes da inclusão Financeira.....	23
2.2.3.	Obstáculos à inclusão Financeira.....	25
3.	Dados e Metodologia.....	28
3.1.	Método de recolha de dados.....	28
3.2.	Variáveis em estudo e definição das hipóteses.....	29
3.3.	Descrição dos dados	31
3.4.	Metodologia.....	46
3.4.1.	Especificação do Modelo.....	46
4.	Resultados	49
4.1.	Determinantes da poupança em Angola.....	49
4.2.	Determinantes da poupança por província	53
4.3.	Determinantes para as motivações da poupança.....	56
4.4.	Barreiras ao comportamento da poupança	60
4.5.	Determinantes das formas de poupança.....	63
4.6.	Determinantes da inclusão financeira	66
4.7.	Comportamento dos indicadores da inclusão financeira	68
4.8.	Resumo dos principais resultados.....	71

5. Conclusões	77
Referências.....	83
Anexos	95
Anexo 1. Extração e Codificação das Variáveis	95
Anexos 2. Estimativas Probit.....	99
Anexo 3. Estratificação da amostra em figuras.....	109

Índice de tabelas

Tabela 1. Variáveis explicativas	30
Tabela 2. Distribuição da amostra por Género	32
Tabela 3. Distribuição da amostra por estado civil	32
Tabela 4. Distribuição da amostra por nível de escolaridade.....	33
Tabela 5. Distribuição da amostra por situação laboral.....	33
Tabela 6. Distribuição da amostra por local da habitação	34
Tabela 7. Distribuição da amostra por composição do agregado familiar	34
Tabela 8. Distribuição da amostra por dependente	35
Tabela 9. Distribuição da amostra por poupança	35
Tabela 10. Distribuição da amostra por percentagem da poupança	36
Tabela 11. Distribuição da amostra quanto ao grau de importância da poupança.....	36
Tabela 12. Distribuição da amostra por razão de poupar	37
Tabela 13. Distribuição da amostra por razão para não poupar	37
Tabela 14. Distribuição da amostra pela forma de poupar	38
Tabela 15. Distribuição da amostra quanto à gestão do orçamento.	38
Tabela 16. Distribuição da amostra quanto à contribuição do rendimento para o orçamento.....	39
Tabela 17. Distribuição da amostra quanto ao grau de importância do planeamento.....	39
Tabela 18. Distribuição da amostra quanto à periodicidade do planeamento	39
Tabela 19. Distribuição da amostra por detenção de conta bancária.....	40
Tabela 20. Distribuição da amostra quanto à razão para não ter conta.....	40
Tabela 21. Distribuição da amostra quanto a solicitação de empréstimo	41
Tabela 22. Distribuição da amostra quanto ao acesso a informações financeiras	41
Tabela 23. Distribuição da amostra quanto ao rendimento.....	41
Tabela 24. Associação da variável poupança com o género.....	42
Tabela 25. Associação da variável poupança e estado civil	42
Tabela 26. Associação da variável poupança com o nível de escolaridade	43
Tabela 27. Associação da variável poupança e o local da habitação.....	43
Tabela 28. Associação da variável poupança com a composição do agregado familiar	43
Tabela 29. Associação da variável poupança com a gestão do orçamento	44
Tabela 30. Associação da variável poupança com a detenção de conta bancária	44
Tabela 31. Associação da variável poupança e o rendimento.....	45

Tabela 32. Associação da variável poupança com o empréstimo	45
Tabela 33. Associação da poupança e informação financeira.....	45
Tabela 34. Efeitos marginais da estimativa Probit “Poupança”.....	51
Tabela 35. Efeitos marginais da estimativa Probit “Ate40Ren”	52
Tabela 36. Efeitos marginais da estimativa Probit para “Luanda, Bengo e Benguela”	54
Tabela 37. Efeitos marginais da estimativa Probit para poupança “K. Norte, Malanje e Huambo”	56
Tabela 38. Efeitos marginais da estimativa Probit “filhos, Imprevistos, Reforma”	59
Tabela 39. Efeitos marginais da estimativa Probit “Renda, Prioridade, Impulso”.....	62
Tabela 40. Estimativa Probit para as formas de poupar	64
Tabela 41. Efeitos marginais da estimativa Probit para “Inclufin”	67
Tabela 42. Efeitos marginais da estimativa Probit para indicadores da inclusão financeira.....	69
Tabela 43. Determinantes significativos para poupança e decisão do montante a destinar na poupança.	71
Tabela 44. Determinantes significativos para poupança nas províncias de Luanda e Bengo.	72
Tabela 45. Determinantes significativos para poupança nas províncias do Kwanza Norte e Malanje.	72
Tabela 46. Determinantes significativos para poupança nas províncias de Benguela e Huambo. ..	73
Tabela 47. Determinantes significativos para motivações da poupança.....	73
Tabela 48. Determinantes significativos para barreiras à poupança.....	74
Tabela 49. Determinantes significativos para formas de poupança depósito à ordem e à prazo.....	74
Tabela 50. Determinantes significativos para forma de poupança aquisição de instrumentos financeiros e guardar dinheiro em casa.	75
Tabela 51. Determinantes significativos para inclusão financeira, conta bancária e empréstimo. ...	76

Índice de tabelas de Anexo A1

Tabela A1.1. Extração e codificação de variáveis no questionário	95
Tabela A1.2. Abreviaturas e significado das variáveis	97
Tabela A1.3. Distribuição da amostra por idade.....	98

Índice de tabela de anexo A2

Tabela A2.1. Estimativa Probit para poupança.....	99
Tabela A2.2. Estimativa Probit “Até40Ren”	100
Tabela A2.3. Estimativa Probit “Luanda, Bengo e Benguela”	101
Tabela A2.4. Estimativa Probit “Kwanza Norte, Malanje e Huambo”	102
Tabela A2.5. Estimativa Probit para as motivações de poupança “Negócio, Irregular, Bens Duradouros”	103
Tabela A2.6. Estimativa Probit para as motivações de poupança “Filhos, Imprevistos, Reforma”	104
Tabela A2.7. Estimativa Probit para as barreiras a poupança.....	105

Tabela A2.8. Estimativa Probit para as formas de poupança.....	106
Tabela A2.9. Estimativa Probit para inclusão financeira.....	107
Tabela A2.10. Estimativa Probit indicadores da inclusão financeira	108

Índice de Anexo de Figuras

Figura A3.1. Distribuição da amostra por género	109
Figura A3.2. Distribuição da amostra por estado civil	109
Figura A3.3. Distribuição da amostra por nível de escolaridade	110
Figura A3.4. Distribuição da amostra por situação laboral	110
Figura A3.5. Distribuição da amostra por local da habitação	111
Figura A3.6. Distribuição da amostra por composição do agregado familiar.....	111
Figura A3.7. Distribuição da amostra por dependente	112
Figura A3.8. Distribuição da amostra por poupança.....	112
Figura A3.9. Distribuição da amostra por percentagem de poupança	113
Figura A3.10. Distribuição da amostra quanto ao grau de importância da poupança	113
Figura A3.11. Distribuição da amostra por razão para poupar	114
Figura A3.12. Distribuição da amostra por razão para não poupar	114
Figura A3.13. Distribuição da amostra quanto à gestão do orçamento	115
Figura A3.14. Distribuição da amostra quanto à forma de poupar.....	115
Figura A3.15. Distribuição da amostra quanto à contribuição do rendimento para o orçamento.	116
Figura A3.16. Distribuição da amostra por conta bancária	116
Figura A3.17. Distribuição da amostra quanto a razão para não ter uma conta bancária	117
Figura A3.18. Distribuição da amostra quanto à solicitação de empréstimo	117
Figura A3.19. Distribuição da amostra quanto a informação financeira	118
Figura A3.20. Distribuição da amostra quanto ao rendimento.	118

LISTA DE SIGLAS

BAI- Banco Angolano de Investimento.

BCA-Banco Comercial Angolano.

BCI-Banco de Comércio e Indústria.

BNI- Banco de Negócios Internacional.

BPC-Banco de Poupança e Crédito.

BPC-Benefício de Prestação Continuada.

FM-OLS- Fully Modified Least Squares.

IDEF-Inquérito as Despesas das Famílias.

INAGBE-Instituto Nacional de gestão de Bolsa de Estudos.

Kz-Kwanza.

OCDE-Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico.

OGE-Orçamento Geral do Estado.

PIB-Produto Interno Bruto.

PME-Pequena Média Empresa.

POF-Pesquisa de Orçamento Familiar.

SME- Serviço de Migração e Estrangeiros.

1. Introdução

A percepção que o Estado deve resolver todos os problemas leva a que muitas famílias angolanas não se preocupem com a poupança e afetem todo o rendimento obtido para o consumo. A realidade financeira que Angola enfrenta desde o ano de 2014 é traduzida na queda do preço do petróleo e numa quebra considerável nas receitas. Consequentemente, traduz-se numa nova estruturação do Orçamento Geral do Estado (OGE), que até então tinha sido deficitário, diminuindo assim a capacidade do setor público assegurar a poupança e desenvolver o sistema financeiro. Esta situação exige que as famílias angolanas alterem as suas atitudes e decisões financeiras. A situação económica angolana obriga as famílias a ajustarem as suas opções de consumo e optarem pela privação para aumentarem consumo no futuro, o que apesar de ser uma decisão pessoal é bastante condicionada por fatores externos. Para a melhoria da atividade económica é fundamental que as poupanças das famílias sustentem o sistema financeiro, de maneira a que este tenha a capacidade de apoiar o empreendedorismo e o investimento e consequentemente diminuir o desemprego. Para alcançar estes objetivos é necessário que as famílias estejam financeiramente inclusas. A globalização financeira leva os países a ignorem a reflexão sobre a poupança das famílias e a inclusão financeira, e a prestarem maior atenção à abertura ao exterior, e como consequência da elevada relevância atribuída ao investimento estrangeiro, temos um efeito negativo sobre a balança corrente do país.

A teoria económica é rica em evidências sobre a relação de causa e efeito entre a poupança e o investimento, pelo que a poupança aumenta a capacidade de financiar-se para fins de investimento, o que contribui para o aumento da produtividade e da taxa de crescimento (Smith, 1776; Ricardo, 1817; Solow, 1956; Feldstein e Horioka, 1980; Samuelson e Nordhaus, 2005; Cardoso, 2008; Moreira, 2014; Zwane et al., 2016; Oliveira, 2017). Moreira (2014) usa uma amostra de 26 países da Europa, no período de 2002-2011, cujo teste de causalidade de Granger apresenta uma relação positiva e significativa entre os três agregados macroeconómicos (poupança, investimento e produto). Num estudo sobre os fatores determinantes nas decisões de consumo das famílias no município de Curitiba no Brasil, Chrestenzen e Santos (2018) mostraram que a população de Curitiba opta pela poupança na hora de realizar os seus investimentos. De facto, uma das explicações para o fraco desempenho do crescimento na África

Subsariana, particularmente na década de 90, foi a baixa taxa de poupança e investimento tal como referem Shawa et al. (2012) em Shawa (2016).

Cardoso (2008) afirma que “toda a poupança (oferta de recursos financeiros) converte-se automaticamente em investimento (na procura pelo recurso financeiro).” Para Samuelson e Nordhaus (2005) “A atividade económica pressupõe a renúncia ao consumo no presente para aumentar o capital. De cada vez que investimos - com a construção de uma fábrica ou uma estrada, com o aumento da duração e da qualidade de educação, ou com o aumento do acervo dos conhecimentos tecnológicos práticos, estamos a incrementar a produtividade futura da nossa economia e a aumentar o consumo futuro”. Afirmação similar é apresentada por Zwane et al. (2016). Para os autores, a poupança interna desempenha um papel fundamental na obtenção de prosperidade económica que é essencial na economia mundial, particularmente no caso dos países em desenvolvimento. O principal canal através do qual isso pode ser alcançado é a função poupança, como a oferta de fundos para empréstimo que podem ser usados para facilitar oportunidades de investimento.

O modelo de Robert Solow (1956) em Lopes e Vasconcellos (2013), demonstra que uma economia pode crescer de forma sustentável ao longo do tempo, tendendo para o estado estacionário, momento em que o crescimento da economia é igual ao crescimento da população. Neste modelo, a poupança é o principal fator de crescimento económico. Ainda, Feldstein e Horioka (1980) concluem que existe uma relação forte e no sentido positivo entre a poupança e o investimento, sobretudo no período que antecedeu a globalização financeira. Um estudo similar foi desenvolvido por Henriques et al. (2014), que analisam a relação da taxa de poupança e o comportamento do produto interno bruto ao longo do período de 1960 a 2010, com o propósito de verificarem a existência de uma relação de equilíbrio de longo prazo entre ambas as variáveis e o sentido de causalidade. Todavia, não foi possível identificar a relação de equilíbrio de longo prazo entre poupança e produto, sendo que a relação de causalidade encontrada é unilateral, ocorrendo da poupança para o produto. Investigando o efeito da promoção da poupança na redução da pobreza e as dificuldades económicas na África Subsariana, e usando estimativas de variação robusta do tamanho de efeito combinado, Steinert et al. (2017) encontraram um impacto significativo na redução da pobreza. Não obstante, um impacto não significativo foi registado ao analisar cada indicador de riqueza de forma isolada, como moradias, qualidade de vida, educação e saúde.

O Governo angolano tem consciência da necessidade do incentivo à poupança das famílias e da inclusão das mesmas no setor financeiro. Este tem desenvolvido vários programas com vista à criação de condições propícias para um ambiente inclusivo e favorável ao acesso aos serviços e aos produtos financeiros adequado às características da população. Destaca-se o programa “Bankita” iniciado no ano de 2011, conta de depósito à ordem e a prazo destinado a pessoas de baixo rendimento. Este caracteriza-se pela redução de custo para abertura de conta (valor mínimo 100,00Kz¹ e valor máximo 100.000,00Kz) e pela isenção de cobranças de despesa (levantamento, depósitos, atribuição de extratos e uso de multibanco). Foram efetuados inicialmente acordos com os bancos BPC, BCA, BCI, KEVE, BNI, SOL e BAI². Como resultado, até ao 2º Trimestre de 2016 foram abertas um total de 401.987 contas, representando um crescimento na ordem dos 20,75%. Posteriormente 27.792 contas Bankitas migraram para contas convencionais e relativamente ao incentivo à poupança foram constituídas um total de 7.085 contas Bankita, a crescer para aplicação a prazo (Banco Nacional de Angola, 2019).

O desenvolvimento humano deve atingir todos os indivíduos. Para isso, deve haver um fenómeno de disseminação em todo o mundo. Além disso, esse progresso precisa ser inclusivo. A Organização das Nações Unidas (2019) identifica igualmente quatro pilares de apoio ao desenvolvimento humano (Gamito, 2018): formulação de uma estratégia de crescimento orientada pelo emprego, aumento da inclusão financeira, investimento em prioridades de desenvolvimento humano e estratégias de grande impacto (em intervenções multidimensionais). De acordo com as Nações Unidas (2019), cerca de dois mil milhões de adultos ainda estão excluídos dos serviços financeiros formais. Nações Unidas (2019), definem inclusão financeira como indivíduos e empresas poderem aceder e usar uma gama de serviços apropriados e responsáveis, incluindo serviços financeiros oferecidos em um ambiente bem regulado. Além disso, afirma-se que há evidências crescentes de que o aumento dos níveis de inclusão financeira (medido pela extensão dos

¹ Kz – Kwanza.

² BPC – Banco de Poupança e Crédito, BCA – Banco Comercial Angolano, BCI- Banco de Comércio e Indústria, Banco KEVE, BNI- Banco de Negócio Internacional, Banco SOL e BAI- Banco Angolano de Investimento.

serviços de poupança, crédito, seguros e pagamento) contribui significativamente para o crescimento económico sustentável (Arun e Kamath, 2015; Zins e Weill, 2016; Simpasa et al., 2017; Zhang, 2017; Zhang e Posso, 2017; Kim et al., 2018; Abdulmumim et al., 2019; Asuming et al., 2019; Zhang e Posso, 2019).

A inclusão financeira é associada ao facto de que uma pessoa possuir uma conta bancária em uma instituição financeira formal, permitindo que o indivíduo economize e empreste dinheiro de maneira formal, contrate um seguro e/ou use serviços de pagamento. Vários autores tentaram identificar os determinantes da inclusão financeira nos países Africanos (Zins e Weill, 2016; Simpasa et al., 2017; Alhassan et al., 2019; Asuming et al., 2019). No entanto, a maioria desses estudos concentra-se em dados macroeconómicos disponíveis para explicar os determinantes da inclusão financeira (formal ou informal) e comparar diferentes países (Arun e Kamath, 2015; Zins e Weill, 2016; Bozkurt et al., 2018; Gamito, 2018; Kim et al., 2018; Abdulmumim et al., 2019; Léon e Zins, 2019). A partir dessa literatura, também é compreensível que apesar da inclusão financeira ser uma questão importante para favorecer o desenvolvimento económico em África, poucos se concentram apenas no país, ou seja, numa análise de dados ao nível micro.

O objetivo deste trabalho é entender o que determina a poupança e a inclusão financeira e verificar como é que estas variáveis são influenciadas pelas características individuais (idade, género, estado civil), demográficas (local da habitação, composição do agregado familiar, números de dependentes), comportamento financeiro (situação laboral, gestão do orçamento do familiar, planificação das despesas e receitas e o acesso a informação financeira). Como medidas da inclusão financeira usamos indicadores comumente utilizados na literatura, tais como: possuir poupança, ter uma conta bancária ou solicitar um empréstimo. Para o efeito, utilizamos dados de um inquérito aplicado a diferentes regiões de Angola (Luanda, Bengo, Kwanza Norte, Malanje, Benguela e Huambo) no início de 2019. Utilizamos estimativas Probit para avaliar o impacto de características individuais em indicadores de inclusão financeira, seguindo a lógica de Zins e Weill (2016) usando dados de indivíduos (recolhidos por meio de um questionário).

A nossa investigação fornece várias contribuições para a literatura já existente. Em primeiro lugar, contribui para a literatura em expansão sobre os determinantes da poupança e da inclusão financeira, com foco em Angola, adicionalmente aos trabalhos

anteriores realizados em África (Zins e Weill, 2016; Simpasa et al., 2017; Gamito, 2018; Alhassan et al. 2019; Asuming et al., 2019). Em segundo lugar, concentramo-nos nas necessidades e sentimentos individuais em relação à poupança e à inclusão financeira. Em terceiro lugar, Angola é um mercado financeiro dualista organizado em torno da interação entre instituições e agentes formais e informais, tornando ainda mais interessante o estudo do tema de inclusão financeira. Em quarto lugar, incluímos como variáveis explicativas o acesso a informações financeiras, a planificação das receitas e despesas futuras e a gestão do orçamento familiar. Foi possível verificar que essas variáveis exercem grande influência positiva e significativa sobre o acesso a um empréstimo e sobre o comportamento da poupança. Sendo estas variáveis bastante inexploradas no contexto da poupança e da inclusão financeira, os nossos resultados revelam que estas devem ser variáveis relevantes a serem consideradas pelos formuladores de políticas. Finalmente, a nossa análise contribui para a literatura analisando duas das principais questões financeiras atuais para Angola, como poupanças e empréstimos.

Este trabalho está organizado da seguinte maneira. A secção 2 é dedicada à literatura empírica relacionada com os determinantes da inclusão financeira e as suas componentes. A secção 3 fornece informações sobre a metodologia seguida e os dados utilizados, enquanto a secção 4 descreve e apresenta os resultados empíricos, discutindo-se as principais conclusões. Finalmente, a secção 5 conclui este trabalho.

2. Revisão da Literatura

Nesta secção apresentamos um enquadramento teórico sobre a relevância da poupança e da inclusão financeira para a sustentabilidade do sistema financeiro e para o investimento, especificando os seus principais determinantes.

2.1. Determinantes da Poupança das Famílias

Chrestenzen e Santos (2018) explicam que são vários os fatores que interferem na afetação de rendimento e decisões de consumo dos indivíduos. A teoria económica neoclássica explica as decisões de consumo com base principalmente na utilidade que o bem ou serviço proporciona, no gosto e preferência dos consumidores e na restrição orçamental. Diferente da teoria institucionalista que acrescenta fatores sociais, cognitivos, emocionais, entre outros, fatores estes tratados pela economia comportamental. Como o rendimento dos indivíduos é limitado e os desejos são ilimitados, conhecer como as pessoas distribuem o seu rendimento de entre as infinitas opções, desejos e necessidades de consumo ou poupança é fundamental para as decisões estratégicas no âmbito micro e macroeconómico. Para Shawa (2016), uma decisão sobre o quanto poupar para o futuro é afetada por uma restrição orçamental intertemporal que mede o total de recursos disponíveis para consumo hoje e no futuro.

A poupança é uma componente importante para o investimento e conseqüentemente para o crescimento económico. O estudo sobre o seu comportamento e determinantes tem merecido atenção de muitos autores. Chinweuba e Sunday (2014) expõem, que economistas do desenvolvimento têm-se preocupado com o papel crucial que a mobilização da poupança doméstica desempenha no sustento e no reforço da cadeia de crescimento da poupança-investimento nas economias em desenvolvimento, corroborando com o estudo feito anteriormente por Aghevli et al. (1990), que descobriram que as taxas de poupança e o investimento em capital humano, estão de facto intimamente ligados ao crescimento económico.

As decisões financeiras familiares são motivadas por metas e expectativas, características demográficas, estrutura social, normas e valores da sociedade e variáveis económicas (Ferber 1973) em Wakita et al. (2000). No modelo de Ferber, as características dos membros da família influenciam atitudes, recursos financeiros e decisões financeiras domésticas. Além disso, as decisões financeiras domésticas são influenciadas pelos recursos financeiros das famílias. As atitudes incluem expectativas e perspetivas dos

membros da família sobre eventos económicos e juízos de valor em relação ao comportamento económico da família.

Aprofundando a análise dos determinantes da poupança Zins e Weill (2016) consideram três diferentes motivações que levam os indivíduos a pouparem para “agricultura ou negócio”, para “educação” e para “velhice”, no mesmo estudo, onde encontrou influência das características individuais (género, idade, rendimento e educação) no comportamento da poupança. Uma amostra constituída por 39 países da África Subariana foi utilizada por Shawa (2016), com o objetivo de examinar os principais fatores que impulsionam a poupança privada. O autor observou que elas são influenciadas pelos fatores demográficos (urbanização, taxa de dependência dos jovens) e por fatores macroeconómicos como instabilidade económica, crescimento dos termos de troca, taxa de poupança pública, consumo do governo, taxa real de juro, crédito ao sector privado e saldo da conta corrente.

Ahmed et al. (2017) reitera que, “políticas firmes e consistentes na frente económica libertam a economia da inflação, do colapso do capital e dos mercados financeiros, ao mesmo tempo que promovem a poupança”. Olhando de forma mais específica para a poupança das famílias, verifica-se que estas têm as suas decisões de poupança influenciadas por mais fatores como: educação financeira, desregulação financeira, sistema de segurança social e fatores demográficos (Callen e Thimann, 1997). Relativamente à influência da idade na decisão de poupar, vários estudos econométricos e inquéritos revelam que as taxas de poupança têm um pico perto da idade da reforma e caem depois da reforma, por exemplo Modigliani (1986). A idade, educação, e o grau de participação no mercado de trabalho, são evidências microeconómicas que influenciam o comportamento da poupança.

Procurando averiguar a influência da estrutura etária na capacidade de poupança e no saldo da conta corrente na África do Sul, Tshabalala et al. (2017) utilizam uma série de modelos centrados de cointegração, onde mostraram que a grande dependência da população sul-africana na força de trabalho diminui a poupança e o saldo da conta corrente, e que a poupança agregada não é um determinante instrumental da conta corrente no longo prazo. Evidências micro e macroeconómicas foram usadas por Alves e Cardoso (2010), num estudo para compreender a decisão de poupança das famílias em Portugal, em que a evolução da taxa de poupança é modelizada para o período de 1985-2009, com base numa regressão de séries temporais, sendo que, neste país foi verificada uma forte desigualdade

na distribuição da poupança, com uma pequena percentagem das famílias que auferem rendimentos altos e detentoras de riquezas, responsáveis pela maior parte da poupança. Resultados similares foram encontrados por Fernandes (2014) num estudo sobre o efeito da estrutura etária na poupança, utilizando estatísticas e estimação de modelos usando dados do inquérito às despesas das famílias nos anos de 1989 a 2011, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística Português. Dedicando-se a analisar a evolução da taxa de poupança das famílias em Portugal, no período compreendido entre 1965-2015, que se consubstanciou na construção de um modelo explicativo *ad hoc*, estimado através de um vetor de cointegração por FM-OLS (*Fully Modified Least Squares*), Oliveira (2017) demonstrou que a taxa de poupança relacionava-se de forma positiva com a atividade económica e com a inflação. Em sentido oposto, o crédito concedido, a taxa de desemprego e o envelhecimento da população foram associados a uma diminuição da taxa de poupança. Aplicando a técnica dos mínimos quadrados sobre os dados da poupança interna, renda, taxa de juro de bancos comerciais e taxa de dependência de idade³ dos países africanos para o período de 1990-1999, Mualley (2011) conclui que a taxa de poupança dos países africanos é elástica apenas relativamente ao rendimento.

Analisando a evolução e as principais características da poupança das famílias ao longo do período de 1995-2009, Rodrigues et al. (2018) consideram a poupança média por décimo de rendimento para três Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF) sob duas óticas. A primeira é baseada em aplicações financeiras, gastos com imóveis, automóveis, bens duráveis e capital humano. A segunda é baseada na comparação entre rendimento e despesa de cada domicílio. Tendo verificado um aumento da poupança média pela primeira ótica e uma redução a partir da segunda ótica, os resultados também mostram que a poupança esteve extremamente concentrada nos décimos mais altos da distribuição de rendimento nos últimos 20 anos. Dos resultados, 10% das famílias mais ricas são responsáveis por mais de 70% da poupança através de ativos financeiros, enquanto os 50% mais pobres respondem por apenas 5%. Além disso, a comparação entre renda e despesa

³ Taxa de dependência da idade é a proporção de dependentes (população com menos de 15 anos e acima dos 65 anos) para a população ativa (com idade maior de 15 anos e 64 anos). Representando a relação entre os membros não produtivos da sociedade (crianças e idosos) e os membros produtivos (jovens e adultos em idade ativa).

mostra que os décimos mais baixos da distribuição de rendimento apresentam poupança negativa, indicando um endividamento persistente das famílias mais pobres. Também encontraram uma heterogeneidade quanto à concentração de poupança entre as macrorregiões do Brasil, sendo que a poupança é consistentemente menos concentrada no Sul e no Sudeste. Por fim, mostraram que a implementação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), em 1996, e, posteriormente, a redução da idade mínima de acesso ao benefício, em 2003, não tiveram efeitos significativos de reduzir a poupança para todas as categorias consideradas.

Hussian (1996) revelou que o aprofundamento financeiro e o desenvolvimento representaram um aumento na poupança, sendo que o crescimento populacional apresentou uma relação negativa com a poupança privada no Egito. Ozcan e Ertac (1996) mostraram que os níveis de rendimento têm um impacto positivo na taxa de poupança e a taxa de crescimento do rendimento não é estatisticamente significativa. Desta forma, a poupança do governo não tende a excluir a poupança privada e a Equivalência Ricardiana⁴ não se sustenta estritamente. Um resultado análogo foi encontrado por Loayza e Skankar (2000).

Wakita et al. (2000) examinam o efeito das características individuais dos membros dos agregados familiares, recursos financeiros e atitude em relação ao apoio intergeracional na poupança e no património líquido da habitação. Adicionalmente usaram como subamostra os dados dos respondentes brancos, negros e hispânicos para identificar o efeito da raça na poupança e no património líquido da habitação. Os autores descobriram que o aumento no rendimento teve um impacto positivo na poupança para os três grupos étnicos e que uma criança adicional numa habitação e o aumento da idade do principal responsável da família reduz a poupança e o património do agregado.

As famílias poupam por várias razões, sendo algumas delas: i) imprevistos ou emergências; ii) reforma, (iii) constituição de famílias e filhos; iv) outros propósitos, como

⁴ A equivalência Ricardiana ou proposição de Ricardo Barros afirma que nem os *deficits* do governo, nem a dívida pública afetam a atividade económica. Esta teoria económica, sugere que o *deficit* fiscal não afeta a procura agregada. Foi proposta pelo economista inglês David Ricardo no século XIX, e desenvolvido por Robert Barro. Ver Buchanan (1976).

comprar uma casa, comprar bens duráveis e pagar férias (Katona, 1975). As pessoas também poupam para deixar um legado (Gale e Schol, 1993; Organization for Economic Cooperation and Development, 1994). A poupança para a reforma e legados são mais prováveis de ocorrerem nos últimos estágios do ciclo de vida, do que outros tipos de poupança e no entanto os seus determinantes podem diferir (Wakita et al., 2000). No estudo sobre poupança por motivos de precaução, Ercolani (2016) inclui o risco medido através da incerteza no rendimento do trabalho e a probabilidade das famílias ficarem sem acesso ao crédito, como fator determinante da poupança. Para perceber se os indivíduos revelam ou não propensão à poupança, Figueiredo (2018) usou como variáveis explicativas a idade para a reforma, o género, a situação laboral, a educação, o agregado familiar, o grau de preocupação em relação às pensões públicas, o grau de informação em relação à reforma, a adequação dos sistemas públicos e o grau de responsabilidade. Usou no seu estudo o modelo de regressão logística. Os resultados revelaram que são determinantes significativos da poupança para a reforma a situação laboral, a adequação do sistema público, a precaução com o futuro das pensões, o vínculo laboral, o grau de informação em relação à reforma e o rendimento.

Para Alves e Cardoso (2010), uma análise persistente do comportamento da poupança das famílias implica a conjugação de um vasto leque de decisões inter-relacionadas e com uma natureza intertemporal. Deste modo, não surpreende que o estudo da poupança exija a combinação de várias áreas da economia, como sejam o crescimento económico, a oferta de trabalho, a política governamental ou as decisões de consumo. Poupar implica a privação do consumo atual para incrementá-lo no futuro, portanto é uma decisão particular, mas que é bastante influenciada por vários fatores externos.

Das evidências apresentadas pela literatura teórica e empírica, podemos aferir que as poupanças das famílias são determinadas por fatores como: taxa de poupança do governo ou saldo orçamental e os gastos públicos, pelo consumo privado, rendimento e crescimento económico, pela taxa de inflação, incerteza e o cenário macroeconómico, pela taxa de desemprego, taxa de juro, crédito ao sector privado, literacia financeira e inclusão financeira, nível de escolaridade ou educação, e pelos termos de troca. Também pelas variáveis demográficas como esperança média de vida, taxa de dependência dos jovens, idade, composição ou tamanho do agregado familiar, taxa de urbanização, estado civil e género.

Neste trabalho, na nossa análise sobre o comportamento da poupança das famílias e da inclusão financeira, limitaremos a nossa atenção para os determinantes microeconómicos, com enfoque para as características individuais, demográficas e financeiras.

2.1.1. Rendimento

A utilização de rendimento por parte das famílias ou indivíduos são feitos de maneira a alcançar dois objetivos principais: a) manter ou melhorar o bem-estar ou nível de vida; b) e manter ou aumentar a segurança financeira. Melhoram a forma como vivem adquirindo bens e serviços e aumentam a segurança financeira quando usam o rendimento para poupar para uma emergência, o que resulta na acumulação de riqueza ou na aquisição de mais riqueza investindo (Wakita et al., 2000). A relação de causa e efeito entre o rendimento e a poupança tem sido documentada em vários estudos empíricos. Para o Quênia, Arok (2014) descobriu que o rendimento *per capita* provoca um impacto positivo sobre a poupança bruta. O mesmo estudo também encontrou causalidade unidirecional que vai do crescimento económico à poupança interna bruta. Schmidt-Hebbel et al. (1992) analisaram a poupança das famílias em países em desenvolvimento usando uma amostra de 10 países. Os resultados mostraram que a tendência do rendimento, a taxa de crescimento do rendimento e o desvio de tendência do rendimento têm efeito positivo nas taxas de poupança. Para Alves e Cardoso (2010) o consumo das famílias tenderá a ser “alisado” ou a ser mais suave em função do seu rendimento permanente, isto é, o rendimento que em média esperam receber ao longo do ciclo de vida. Desta forma, flutuações inesperadas e temporárias no rendimento disponível tenderão a manifestar-se em flutuações no mesmo sentido na poupança. Reforçando a hipótese apresentada por Burrows e Theodor (1974) apud Mualley (2011), os consumidores podem afetar o seu rendimento disponível em gastos com bens e serviços ou em poupança. A forma mais simples da hipótese é que o nível de consumo planeado pelos consumidores sujeita-se ao nível de rendimento disponível. A agregação do consumo e da poupança deve equivaler ao total do rendimento, e, no entanto, se o consumo variar em função do rendimento, o mesmo ocorre com a poupança.

Relativamente à riqueza, Samuelson e Nordhaus (2005), afirmam que os ricos poupam mais do que os pobres, tanto em valor absoluto como em percentagem do rendimento. Os muito pobres não conseguem poupar nada, pelo contrário, tendem a gastar

mais do que ganham, reduzindo a sua poupança acumulada ou aumentando o endividamento⁵. Alves e Cardoso (2010, p. 61) afirmam que a riqueza é uma potencial fonte de poder de compra presente ou futura, sendo que aumentos significativos e considerados não temporários no seu valor (em particular resultantes de uma valorização nos preços dos ativos) podem ser equiparados pelas famílias a aumentos no seu rendimento permanente, com impacto positivo nos níveis de consumo (e negativo na poupança). Efeitos contrários verificam-se quando ocorrem perdas de valor da riqueza resultantes de uma desvalorização dos ativos, que poderão motivar um aumento da poupança com vista à reposição dos valores de riqueza. Para Blundell et al. (2010) apud Alves e Cardoso (2010), os indivíduos tendem a poupar menos quando os seus rendimentos são mais baixos ou quando as suas necessidades de despesa são mais elevadas, por exemplo, período de desemprego, início da vida ativa, matrimónio e nascimento do filho, arrendamento de residência, etc. Uma relação direta e positiva entre o rendimento e a poupança foi encontrada por Wakita et al. (2000), quando verificou o efeito da raça na poupança.

Em termos teóricos é quase impossível abordar a relação positiva entre o rendimento e a poupança sem, no entanto, apresentar a exposição de Keynes (1936) que enfatiza o papel dominante que o rendimento desempenha como um dos determinantes da poupança. Ele argumenta que o consumo e a poupança têm uma relação estável com o rendimento disponível, fundamentando com o conceito da função de propensão marginal a consumir e a poupar.

A função da poupança corresponde ao simétrico da função consumo⁶, e é composta por duas componentes: I - Poupança Autónoma (\bar{S}), isto é, que não depende da renda atual, poupança acumulada; II - Propensão marginal a poupar (sY), percentagem da poupança explicada pelo rendimento atual (representa o acréscimo de poupança das famílias resultante da variação de uma unidade monetária do rendimento) (Pinho, 2015, p. 116; Lopes e Vasconcellos, 2013).

$$S = -\bar{C} + (1 + c)Y \leftrightarrow S = \bar{S} + sY \quad (1)$$

$$s = \frac{\partial S}{\partial Y} > 0 \text{ e } \frac{\partial^2 S}{\partial^2 Y} < 0 \text{ e } 0 \leq s \leq 1 \quad (2)$$

⁵ Poupança dos agentes económicos superavitários.

⁶ Rendimento não consumido.

$$PMS = \frac{S}{Y} \quad (3)$$

$$c + s = 1 \leftrightarrow s = 1 - c \quad (4)$$

Onde \bar{C} é Consumo autónomo; c é a propensão marginal a consumir; e Y é o rendimento.

Contudo, a maioria dos agregados familiares tem pouca riqueza e o seu consumo rastreia o seu rendimento. Mas eles têm uma pequena quantidade de poupança que usam em caso de quedas acentuadas no rendimento ou necessidades de gastos de emergência (Shawa, 2016).

2.1.2. Estado civil e Género

Relativamente ao género, Fitzsimmons e Leach (1994) descobriram que quando o nível educacional da esposa aumentava, a percentagem de mudança no património da sua família tendia a diminuir. Smith e Ward (1980) descobriram que o nível educacional de uma esposa não era um determinante significativo na riqueza da família.

Quando o casal tem os mesmos objetivos e sendo os dois a contribuírem para o orçamento do agregado familiar é irrefutável que estes terão maior probabilidade de não consumirem tudo que auferem e assim destinarem parte do rendimento para poupança (Wakita et al., 2000). Smith (1995) descobriu que ser casado aumenta o património líquido. Blau e Graham (1990) estudaram os agregados familiares que incluíam famílias chefiadas por um único elemento do agregado. Eles descobriram que quando os chefes da família são mulheres e solteiras, há menos probabilidade de poupar. Como os efeitos do estado civil sobre o património líquido diferem por género, essas duas variáveis (ou seja, estado civil e género) foram classificadas de forma cruzada no estudo de Blau e Graham (1990), e hipotetizou-se que, independentemente do género, a mudança no património de poupança e a mudança no património líquido da habitação seria maior para os entrevistados casados do que para os entrevistados não casados. Além disso, como o *status* económico de um chefe de família representado por uma mulher solteira é vulnerável, em geral os não casados do sexo feminino tinham a hipótese de ter uma mudança menor no património líquido de poupança.

2.1.3. Gestão e planificação do Orçamento Familiar e Acesso a Informação financeira

Planificar o orçamento familiar é uma tarefa bastante relevante, permitindo gerir de forma racional os recursos escassos do agregado familiar para fazer face às necessidades ilimitadas, e evitar os gastos por emoções ou por impulso. De uma forma geral, eventos desagradáveis como dificuldades financeiras e choques de saúde no final da vida, fornecem incentivos para o planeamento. Além disso, o planeamento afeta os níveis de riqueza, bem como a escolha de carteiras. E os indivíduos que planeiam são mais propensos a manter grandes quantidades de riqueza e a investir as suas riquezas em ativos de alta rentabilidade, como ações, mesmo que isso acarrete maior risco. Assim, o planeamento desempenha um papel importante na explicação do comportamento da poupança dos agregados familiares (Lusardi, 2001). A perda de rendimentos fez com que as famílias repensassem os seus gastos, focando-se nos seus hábitos de poupança, cortando o supérfluo, comparando os preços, procurando informação para melhor escolher, renegociando os contratos, “esticando” os seus salários, e tudo através de uma gestão do orçamento mais eficaz (Deco, 2017, em Leal, 2018). Para se aprender a poupar é relevante aprender antes a planear e gerir um orçamento, ter conhecimento do sistema e dos produtos financeiros e ser responsável no que toca às questões financeiras, sempre cientes dos seus direitos e deveres enquanto consumidores (Pontes, 2016; referido por Leal, 2018).

Planear é a antecipação ou criação de um conjunto de medidas previamente que facilitará o alcance dos objetivos preconizados. Para Leal (2018) a planificação é a base para responder a questões como: O que gastar e o que poupar? Como gastar e como poupar? Quanto gastar e quanto poupar?

Durante a vivência das famílias elas são levadas a tomar decisões financeiras e para o sucesso delas é necessário que estas tenham acesso a informações financeiras que lhes dará a capacidade de tomar decisões racionais. A literacia é a capacidade de aceder, avaliar e usar a informação (Braga e Lopes, 2009). Concordando com esta definição, a Deco (2015) salienta que a informação financeira dá a competência aos indivíduos que permitirá realizar uma boa gestão do orçamento familiar, a planificação e escolhas de produtos financeiros adequados, a aplicação de poupança de forma rentável ou o recurso ao crédito em condições vantajosas. Conclui-se que a informação financeira complementa a gestão e a planificação do orçamento e espera-se que as pessoas que têm informação financeira

influenciem de forma positiva a poupança, mantendo outros fatores constantes. Poupar é importante, mas não é suficiente. É fundamental que a poupança seja capaz de produzir riqueza ou agregação no valor inicial, o máximo possível (Mendes, 2015).

O orçamento é composto pelas receitas e despesas previstas num determinado período (Raposo, 2014), e pode ser elaborado mensalmente ou anualmente. A implicação básica do modelo de ciclo de vida é que os agentes planeiam o consumo e a poupança considerando os seus recursos ao longo do tempo de vida. Assim, os agentes estão com uma visão de futuro, antecipam o declínio no rendimento na reforma e poupam para compensar a mudança de recursos no futuro (Lusardi, 2001). Na sua elaboração deve-se começar por avaliar a situação financeira inicial. Se concluir que as despesas à partida são superiores aos rendimentos, o primeiro objetivo do orçamento deverá ser o de equilibrar através de cortes nas despesas e é preferível que a adaptação no orçamento seja para que as receitas superem as despesas, para dar primazia à poupança.

A heterogeneidade na poupança das famílias fundamenta-se pela diferença de rendimento e efetivamente na forma como os agregados familiares podem diferir substancialmente na implementação dos planos de poupança, porque enfrentam diferentes custos de planeamento e diferentes formas de aprendizagem (Lusardi, 2001).

2.1.4. Desemprego

Manjic (2016) utilizou dados para o período de 2000-2015 para investigar a relação de vários indicadores macroeconómicos e demográficos para os países Balcãs. O modelo estatístico utilizado evidencia através dos resultados obtidos, insignificância estatística para a taxa de desemprego, a taxa de depósito e a taxa de investimento. As outras variáveis macroeconómicas como o rendimento, a taxa de juro e a taxa de inflação influenciaram de forma significativa a poupança. Partindo do pressuposto que a poupança tem como seu principal determinante o rendimento, é expectável assumir que uma pessoa desempregada seja menos propensa a poupar.

Alves e Cardoso (2010) no seu estudo sobre o comportamento da poupança em Portugal, obteve como resultado para a variável desemprego, uma poupança significativamente inferior à observada naquelas em que o representante trabalhava. E em termos do nível de poupança, a magnitude do impacto não foi significativamente diferente ao longo da metade superior da distribuição da poupança. Por seu turno, a relação negativa entre o desemprego e a taxa de poupança deixou de ser significativamente diferente de

zero para os percentis mais elevados da respetiva distribuição. Uma relação positiva e estatisticamente significativa entre o emprego e a poupança foi encontrada por Allen et al. (2016).

2.1.5. Empréstimo

No que diz respeito ao empréstimo, Shawa (2016), sustenta que a hipótese do ciclo de vida prevê correlações positivas entre taxas de juro e poupança, se o efeito de substituição ultrapassar o efeito rendimento. Se um domicílio for um credor líquido, por outro lado, um aumento na taxa de juro aumentará o rendimento ao longo do tempo de vida, e assim aumentará o consumo e reduzirá a poupança. Desta forma, de acordo com o modelo intertemporal, o impacto da taxa de juro na poupança é ambíguo. Schmidt-Hebbel et al. (2000) concluíram que a taxa de juro real tem uma relação negativa com a taxa de poupança.

Segundo Harvey (1985), apud Mualley (2011), a teoria macroeconómica padrão para os países industrializados pressupõe que o investimento e a procura por moeda variam inversamente com a taxa de juro. No entanto, esta teoria é irrelevante para África, porque existem mercados de títulos quase insignificantes, e o banco central perde algum controlo sobre a oferta de moeda. As taxas de juros reais baixas ou negativas desencorajam a mobilização de poupanças e a canalização das poupanças através do sistema financeiro. Isto tem um impacto negativo na quantidade e qualidade do investimento e, portanto, no crescimento económico (Shawa, 2016). Num estudo sobre a poupança doméstica nos países desenvolvidos, Schmidt-Hebbel et al. (1992), encontraram uma influência não significativa, pequena e principalmente negativa da taxa de juro doméstica sobre a poupança das famílias. Serres e Pelgrin (2003), para os países da OCDE⁷, concluíram que a taxa de poupança privada está negativamente relacionada com a taxa de juro real.

A doutrina de McKinnon (1973) e Shaw (1973), no entanto, postula que, sob condições de repressão financeira, o efeito de substituição domina o efeito de rendimento. A doutrina também postula que há um efeito de carteira no qual um aumento nas taxas de juro reais induz a uma mudança na composição da carteira de riqueza de ativos não

⁷ OCDE-Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico.

financeiros para ativos financeiros, aumentando assim a intermediação financeira. Sob essa doutrina, portanto, as taxas de juro reais (taxa de depósito real) aumentarão a poupança (Shawa, 2016).

Os resultados encontrados por Shawa (2016) mostram um coeficiente positivo e altamente significativo em todos os modelos. De acordo com modelo intertemporal, o impacto das taxas de juro na poupança das famílias é ambíguo. Taxas de juro mais altas aumentam o custo de oportunidade do consumo, forçando as famílias a aumentar a poupança (o efeito de substituição), enquanto aumentam a riqueza de poupadores (aforradores) positivos, e portanto, o seu consumo aumenta (o efeito de rendimento). Assim, a poupança terá uma relação positiva com a taxa de juro somente quando o efeito de substituição ultrapassar o efeito do rendimento.

Os estudos desenvolvidos por McKinnon (1973), Shaw (1973) e Athukoroala e Sen (2004), apud Shawa (2016), defendem um efeito positivo da taxa de juro sobre a poupança, e argumentam que quando um país é caracterizado pela repressão financeira, a liberalização das taxas de juro aumentariam a poupança e a oferta de recursos financeiros para o investimento na economia.

Ferrucci e Miralles (2007) mediram a participação do crédito no desenvolvimento do setor privado e concluíram que este exerce um efeito negativo sobre a poupança. Para Shawa (2016, p. 102), as restrições de liquidez e os empréstimos também podem afetar a poupança privada, por exemplo, devido à falta de disposição dos bancos em emprestar devido à incerteza de rendimentos futuros ou de risco moral do comportamento padrão do “tomador” de empréstimo (e assim, indivíduos que gostariam de “tomar” empréstimos para aumentar o consumo atual não podem fazê-lo). Eles estão constrangidos em consumir a sua liquidez corrente (rendimento e ativos correntes). No entanto, se as restrições de endividamento forem menos rigorosas, o consumo atual aumentará e a poupança diminuirá. Haque e Montiel (1989), apud Shawa (2016), fundamentaram que para os países em desenvolvimento as restrições de crédito são a principal causa dos desvios da equivalência Ricardiana.

2.1.6. Idade

O ponto de partida sobre o efeito da idade na poupança tem sido sustentado pela hipótese do ciclo de vida. A Hipótese do Ciclo de Vida é outra teoria popular que explica a poupança, desenvolvida por Franco Modigliani e os seus colaboradores Albert Ando e

Richard Brumberg. A teoria é construída sobre o comportamento do consumo e poupança de um agente representativo que supostamente maximiza o valor presente do rendimento vitalício sujeito a uma restrição orçamental (Tobin, 1967; Modigliani, 1970; Modigliani e Ando, 1983; Modigliani, 1998; Gourinchas e Parker, 2002; Deaton, 2005, em Shawa, 2016). O agente representativo distribui o seu consumo ao longo da vida acumulando poupança durante os anos de ganhos e mantendo os níveis de consumo durante a sua reforma.

No domínio do ciclo de vida, Shawa (2016) defende que a composição etária da população tem uma influência significativa no comportamento da poupança das famílias. Os jovens e os idosos têm baixo rendimento e baixa poupança. Os que estão na meia-idade têm maior produtividade, rendimento e poupam mais para pagar as suas obrigações passadas e financiar a sua reforma. A poupança agregada será, portanto, afetada pela distribuição etária da população. Por extensão, a teoria do ciclo de vida implica então que um suposto aumento no número de cidadãos jovens e idosos num país aumenta a sua carga total na economia como dependentes da força de trabalho e, portanto, provoca a diminuição dos níveis de poupança agregados (Tshabalala et al., 2017). Relativamente a esta asserção, Mualley (2011) expõe que as pessoas idosas e as crianças são geralmente classificadas como membros não produtivos da sociedade. Logo, o aumento dos seus números em relação aos membros produtivos da sociedade, uma proporção que é referida como a razão de dependência da idade, mais provavelmente levará a uma redução na poupança.

Quando a análise é voltada para as implicações do ciclo de vida na poupança e na conta corrente, Tshabalala et al., (2017) obtiveram como resultado uma correlação positiva entre o ciclo de vida e a poupança, sugerindo também a diminuição da dependência da força de trabalho para melhorar a conta corrente. De igual modo, Ciftcioglu e Begovic (2010) implementaram o estudo sobre os determinantes no Japão. Para o efeito usaram dados em painel para o período de 1955-1987. Os resultados identificaram como principais determinantes da poupança, a idade, a estrutura da população, devido ao rápido crescimento populacional, e o aumento do número de pessoas com mais de 65 anos.

No que concerne às variáveis demográficas, Leff (1969) descobriu que a taxa de dependência da idade teve um forte efeito negativo na poupança. Já Masson (1987), Masson (1988) e Collins (1991), apud Shawa (2016), estabeleceram um efeito ambíguo do índice de dependência com uma influência negativa sobre a poupança em países com

altas taxas de crescimento populacional, e vice-versa. Diferente do resultado encontrado por Manjic (2016), que aferiu que a dependência da idade influencia de forma positiva a poupança. Loayza et al. (2000) aferiram sobre o impacto negativo e significativo entre os rácios de dependência de jovens e idosos na taxa de poupança privada. Discutindo os determinantes da poupança privada na OCDE, Serres e Pelgrin (2003) estabeleceram que a taxa de poupança privada está negativamente relacionada com a taxa de dependência de idosos. Wakita et al. (2000) descobriram que a poupança do agregado diminui quando a idade do responsável do agregado aumenta.

Ferrucci e Miralles (2007) descobriram que o envelhecimento da população reduziu a poupança privada ao longo do tempo. O rápido crescimento populacional também aumenta a proporção de jovens e pode afetar negativamente a poupança, a menos que isso seja compensado por um aumento no rendimento ou numa diminuição no consumo da população trabalhadora (Shawa, 2016). No trabalho desenvolvido por Schmidt-Hebbel et al. (1992), a taxa de dependência teve um efeito amplamente elástico, onde os autores fundamentaram o facto através da dependência da técnica de estimação utilizada. As tendências demográficas sobre os hábitos de poupança em Portugal, foram investigadas por Fernandes (2014), onde o autor concluiu que a poupança aumentou até à faixa etária entre os 45 a 64 anos e diminuiu posteriormente, na idade da reforma. Corroborando com um estudo desenvolvido por Solmon (1975), que descobriu que a idade do chefe do agregado familiar afetava negativamente a poupança total do agregado familiar, o que sugere que à medida que o chefe do agregado familiar envelhece é provável que a poupança do agregado diminua.

2.1.7. Educação

Os níveis de educação podem também possuir um poder explicativo no comportamento da poupança das famílias. As famílias cujos níveis de educação são mais elevados têm uma preferência de consumo de curto-prazo menor e, logo, uma maior propensão a poupar (Oliveira, 2017). Encontramos evidências da relação inversa entre a riqueza e a escolaridade nos estudos desenvolvidos por Hubbard et al. (1995) e Bernheim e Scholz (1993), onde observam que a riqueza é particularmente baixa para as famílias cujo “chefe” tem baixa escolaridade.

A educação destina-se a fornecer às pessoas conhecimento que poderá ajudá-las a manter os orçamentos domésticos, escolher entre vários planos de poupança, controlar as

suas dívidas, bem como para estar preparado para tomar decisões de investimento (United States Senate, 2003; apud Gaisina e Kaidorova, 2017). A educação tem, por si só, um valor intrínseco que pode afetar as opções de poupança. A vontade de poupar tem uma conexão forte com o retorno real que a poupança produz. Ora, indivíduos mais instruídos têm mais capacidade de criar carteiras mais diversificadas e mais eficientes, logo mais rentáveis, o que promove a formação de poupança neste grupo de agentes (Oliveira, 2017).

Solmon (1975) afirma que pessoas com níveis de educação mais baixa tendem a auferir rendimentos menores, e têm mais dificuldade em ter situações profissionais estáveis, o que promove um impacto negativo sobre a poupança. Pelo contrário, pessoas com níveis de educação mais elevados esperam obter um nível de rendimento permanente mais elevado, estimulando a poupança. Para Gaisina e Kaidorova, (2017), ser bem-educado nem sempre significa ser alfabetizado financeiramente e tomar decisões eficientes em relação às próprias finanças, realçando o poder explicativo da informação financeira na poupança. Pessoas com um nível de educação formal mais baixo, mas com melhor experiência no consumo de produtos financeiros, poderiam estar mais bem preparadas para tomar decisões financeiras, incluindo aquelas relacionadas com a poupança. Hao (1996) mostrou que as pessoas que tinham níveis de ensino inferiores ao ensino médio acumularam menos patrimônio líquido, e os que tinham mais de um diploma do ensino médio acumularam um patrimônio líquido maior. Solmon (1975) descobriu que a propensão marginal a poupar aumentava junto com o nível educacional dos respondentes.

Segundo Zins e Weill (2016), a educação está positivamente associada ao crédito formal e informal, mas quando se trata de poupança, observamos apenas uma relação positiva com a poupança formal. Pessoas educadas pedem mais empréstimos para financiar a educação, casa e terra e menos para financiar negócios ou para fins médicos. Soumaré et al. (2016) usaram os dados do “Global Financial Inclusion” (Global Findex) do Banco Mundial e os resultados indicaram que o acesso ao financiamento formal na África Central é impulsionado por características individuais, enfatizando a educação e o rendimento. Como recomendação, sugeriram a ampliação do acesso à educação. A cultura de poupança na África do Sul não se caracteriza apenas pelas limitações monetárias dos pobres, mas também pelos seus baixos níveis de educação financeira (Tshabalala et al., 2017).

Para o Cazaquistão, 405 domicílios/famílias foram analisados por Gaisina e Kaidorova (2017), para examinar o efeito da literacia financeira nas taxas de poupança.

Os resultados da análise mostram que, se um respondente dá pelo menos uma resposta correta, isso afeta positivamente as taxas de poupança, bem como se pode observar que quanto maior o nível de alfabetização financeira, maiores são as taxas de poupança. Bernheim e Garrett (1996) ilustraram que as taxas de poupança aumentam com a educação, ao mesmo tempo em que o estudo enfatiza que os indivíduos de baixo rendimento têm menos acesso à educação financeira. Dada a relevância da educação, e em particular a educação financeira, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2012) defende que a educação financeira deve começar o mais cedo possível, idealmente desde o início da escolaridade formal, e defende que deve continuar até ao final do tempo dos alunos na escola.

2.1.8. Tamanho do agregado familiar

A despesa da família é proporcional ao número de elementos que compõem o agregado familiar. Famílias mais numerosas têm maiores custos, que se não forem compensados com o aumento da receita, as deixam em maior dificuldade na gestão do orçamento. Evidências empíricas sobre a relação inversa do tamanho da família e a poupança foram apresentadas por Lawrence (1991) e Gedela (2012). Cada criança adicional no agregado familiar reduz a poupança da família (Wakita et al., 2000), um resultado similar ao encontrado por Smith (1995). O número de filhos no agregado afeta as necessidades da família e conseqüentemente o consumo (Stampfl, 1978). Resultado contrário foi apresentado por Douthitt e Fedyk (1989) quando mostraram que os casais com filhos eram mais propensos a aumentar as suas poupanças constantemente. Os autores também descobriram que as famílias que só tinham um filho viam as suas poupanças reduzidas nos primeiros meses do nascimento do filho, mas depois do filho atingir um ano de vida a poupança aumentava rapidamente até este atingir a idade dos quatro anos. Igualmente, para as famílias com dois filhos, o primeiro filho afetava negativamente a acumulação de ativos mais do que o segundo filho. Famílias com dois filhos, no entanto, experimentaram um declínio nas suas poupanças por um longo período em relação às famílias com um ou nenhum filho.

Smith e Ward (1980) e mais tarde Hao (1996) descobriram que o número de filhos e a idade do filho condicionava o património e a poupança das famílias, esperando-se através dos resultados obtidos, que uma criança adicional de 5 a 18 anos reduzisse o total de ativos financeiros na posse da família.

2.1.9. Local da Habitação

Quanto às variáveis demográficas, Loayza et al. (2000) evidenciaram que a taxa de urbanização tem um impacto negativo e significativo na taxa de poupança privada. Em relação à urbanização, Elbadawi e Mwege (2000) observaram que a urbanização pode reduzir ou aumentar a taxa de poupança. Pode reduzir a taxa de poupança privada se a poupança preventiva associada à volatilidade do rendimento no setor agrícola for reduzida e se este efeito dominar o aumento da poupança, porque os moradores urbanos podem ter melhor acesso a instrumentos financeiros. Shawa (2016) realça as necessidades políticas que melhorem o acesso aos instrumentos financeiros em áreas rurais.

Existe uma grande concentração de instituições financeiras nos centros urbanos e os residentes têm maior acesso a informação e oportunidade de empreender. Para Loayza et al. (2000), as áreas rurais têm menos oportunidades de consumo do que as áreas urbanas, e esse facto é importante nas escolhas dos agentes. Bebczuk et al. (2015) reiteram que os moradores das zonas rurais têm menos acesso aos instrumentos de poupança oferecidos por instituições financeiras. Fator que está na base da existência de formas de poupança como a aquisição de terrenos, animais ou simplesmente “guardar dinheiro em casa”.

2.2. Inclusão Financeira

2.2.1. Inclusão Financeira e crescimento económico.

A análise sobre os determinantes da inclusão e liberalização financeira é intertemporal devido à grande importância no desenvolvimento de qualquer sistema financeiro. Para Terzi (2015) a inclusão financeira ajuda a construir a poupança interna, reforçar a resiliência do setor doméstico e do financeiro, e a estimular a atividade empresarial e empreendedora. O mesmo afirma que a população de baixo rendimento é comparativamente imune a ciclos económicos, de modo que incluí-las no setor financeiro tenderá a elevar a estabilidade das bases de depósitos e empréstimos. Hannig e Janssen (2010), em Terzi (2015), salientam que as instituições financeiras que atendem às classes mais baixas tendem a adaptar-se às crises macroeconómicas e ajudam a sustentar a atividade económica local. Aserção semelhante surge com Han e Melecky (2013), deliberando que a inclusão financeira proporciona aos indivíduos a possibilidade de ter um lugar seguro para poupar e consumir no futuro, e assim, pode promover estabilidade financeira, já que um alto nível de uso de depósitos bancários contribui para uma base de

depósitos mais estável para bancos em dificuldades. Fungáčová e Weill (2015) consideram que ter uma conta formal serve como uma chave de entrada para o setor financeiro porque permite que o indivíduo abra uma conta de poupança e solicite um empréstimo.

Os pioneiros do estudo empírico sobre a liberalização financeira, McKinnon (1973) e Shaw (1973), certificaram que esta é a maneira mais eficaz de aumentar a poupança doméstica, o investimento e garantir o crescimento sustentável nos países em desenvolvimento. Facto que é evidenciado no estudo desenvolvido por Lajili e Gilles (2018), ao analisar a relação entre integração financeira, abertura de política e o crescimento do PIB *per capita*, para uma amostra de 108 países em desenvolvimento entre 1984-2008, demonstrando que a liberalização financeira afeta positivamente e diretamente o crescimento económico, através do seu efeito no investimento e no comércio. Em geral, as finanças inclusivas são cruciais para sustentar o desenvolvimento económico e social e, espera-se também, que conduza a uma maior estabilidade financeira e encaminhe ao crescimento económico (Terzi, 2015).

2.2.2. Principais determinantes da inclusão Financeira.

Analisando os determinantes da inclusão financeira em Moçambique, Jossefa (2011), utilizou dados referente ao inquérito, conduzido pela FinScope no ano de 2009, aos indivíduos adultos residentes. O autor verificou que os fatores socioeconómicos e comportamentais determinam o acesso ao sistema financeiro, especificamente aos indivíduos maiores de idade, com alto nível de escolaridade e que possuem maior rendimento, que segundo o autor são os que têm maior probabilidade de serem incluídos no sistema financeiro formal. Para o sistema financeiro informal foi relevante o sexo, ou seja, pessoas do sexo feminino, com 35 anos de idade e que auferem um rendimento elevado. Posteriormente, surgiram vários estudos que obtiveram resultados análogos, como é o caso de Zins e Weill (2016), que examinaram os determinantes da inclusão financeira em África. Para o efeito usaram a base de dados do Banco Mundial para 37 países africanos utilizando o modelo Probit. Concluíram que ser do sexo masculino, maior de idade, com maior nível de instrução e com maior rendimento, favorece a inclusão financeira. No mesmo estudo, descobriram que os determinantes da inclusão financeira no sistema formal diferem dos do sistema financeiro informal. Allen et al. (2016) relacionaram as características individuais e a inclusão financeira e observaram que a probabilidade de possuir uma conta numa instituição financeira formal é maior para

peessoas mais ricas, mais instruídas, mais velhas, urbanas, empregadas e casadas. Segundo os autores, aumenta a probabilidade de poupar formalmente para as mesmas características individuais. Finalmente, a probabilidade de obtenção de empréstimo a uma instituição formal é maior para homens mais velhos, instruídos, mais ricos e casados. Igualmente, Soumaré et al. (2016) identificaram e analisaram os determinantes da inclusão financeira na África Central e Ocidental e concluíram que o acesso ao financiamento formal nas duas regiões é impulsionado principalmente por características individuais, como: sexo, educação, estado civil, tamanho do agregado familiar, área de residência e grau de confiança nas instituições financeiras. Quando a análise é voltada para outros indicadores da inclusão financeira (poupança, empréstimo e a frequência de uso dos serviços financeiros), encontraram significância estatística para outras regiões de África, mas não necessariamente para a África Central e Ocidental. Nesta conformidade, Soumaré et al. (2016) recomendam o fortalecimento das políticas reguladoras para melhor proteger os consumidores de serviços financeiros, ampliar o acesso da população à educação, facilitar o acesso ao financiamento para grupos vulneráveis (mulheres, jovens, pobres, etc.) e aumentar o número de postos de trabalho permanentes e estáveis. Os mesmos determinantes revelaram-se estatisticamente significativos no estudo desenvolvido por Fungáčová e Weill (2015), sobre os determinantes da inclusão financeira na China. Eles descobriram que o rendimento e a educação influenciam na escolha entre crédito formal e informal, mas a educação não influencia o aumento do valor a receber no crédito formal na China. Relativamente ao género verificaram que as mulheres são excluídas e como alternativa substituem o crédito formal pelo informal. Contrariamente, Aterido et al. (2013), não encontraram significância estatística para a variável género, quando analisaram a inclusão financeira em nove países africanos. Para além das características individuais, Demirgüç-Kunt et al. (2013) demonstraram que a religião pode influenciar a inclusão financeira.

As características do país também foram apontadas como fator relevante na inclusão financeira por Allen et al. (2016), em Zins e Weill (2016), assegurando que instituições de alta qualidade, leis eficientes, forte execução de contratos e estabilidade política, trazem mais inclusão financeira. Além disso, a característica do setor bancário e a maior confiança nos serviços bancários, a redução dos custos na abertura de conta, a boa localização das instituições financeira e a maior divulgação dos serviços financeiros, permitem uma maior inclusão financeira.

2.2.3. Obstáculos à inclusão Financeira.

Terzi (2015) aponta três fatores relevantes e necessários na implementação da inclusão financeira. A primeira é a qualidade das políticas regulatórias, ou seja, as políticas devem ser eficazes e devem reduzir o excesso de regulação, deve haver sinergia interna. Em segundo, é importante que as políticas voltadas para a inclusão financeira estejam intimamente ligadas à estabilidade macroeconómica. Por último, a inclusão financeira só é possível se for realizada de forma responsável. Na medida em que a inclusão versa sobre o aumento da capacidade de usar serviços financeiros e tirar o máximo proveito, é crucial que aqueles que são diretamente afetados sejam financeiramente alfabetizados e capazes (Rillo, 2014; apud Terzi, 2015).

Segundo Hannig e Jansen (2010), a inclusão financeira visa atrair a população “sem banco” para o sistema financeiro formal, de modo que eles tenham a oportunidade de ter acesso aos serviços financeiros que vão desde a poupança, aos pagamentos e às transferências até ao crédito e aos seguros. Os sistemas bancários africanos são menos inclusivos do que os outros. Eles observam que 21% das empresas afirmam ter uma linha de crédito e 16,5% das famílias relatam ter uma conta numa instituição financeira formal nos países medianos africanos, enquanto os números são respetivamente 43% e 21% nos países não africanos (Beck e Cull, 2015; apud Zins e Weill, 2016).

Para a Turquia, Terzi (2015) analisou a inclusão financeira com base nas PME e verificou que o acesso ao financiamento não é o maior problema enfrentado pelas PME turcas. Os problemas prementes para as PME turcas são as dificuldades em encontrar clientes, pessoal qualificado e gestores experientes, bem como altos custos de produção. Em termos de perspetivas políticas, o governo concentra-se em melhorar a inclusão financeira das PME com vários programas: o *Angel Investment Scheme*, o *G-43 Anatolian Venture Capital Fund*, o *KOBI Venture Capital Investment Trust* e os programas *Istanbul Venture Capital Initiative*.

Demirguc-Kunt e Klapper (2012), apud Soumaré et al. (2016), mostraram que África fica atrás de outras regiões do mundo em desenvolvimento em termos de inclusão financeira; eles apontaram que o alto custo para obtenção de uma conta, a distância geográfica e a falta de documentação, são os principais obstáculos para a inclusão financeira em África. Esses obstáculos tendem a dissipar-se à medida que o PIB *per*

*capita*⁸ aumenta e são menos observados em países com melhor ambiente competitivo, aberto, mais favorável ao mercado e com um sistema financeiro bem instituído, com infraestruturas de informação mais transparentes e desenvolvidas. Analisando especificamente o efeito da localização geográfica das instituições financeiras como determinante da inclusão financeira, Anson et al. (2013) estudaram o papel central que pode ser desempenhado pelos correios na promoção da inclusão financeira, devido à sua acessibilidade e localização geográfica generalizada em áreas rurais e pobres.

Usando uma regressão logística multinomial, Wang e Guan (2017) mostraram que os correios são mais propensos a incluir os indivíduos de grupos vulneráveis, como os mais pobres, os menos instruídos e os deficientes, do que as instituições financeiras tradicionais. Eles mediram o nível de inclusão financeira entre os países, onde os resultados revelaram que os países europeus e os norte-americanos desenvolvidos, desfrutam de níveis mais elevados de inclusão financeira do que os países menos desenvolvidos da África e a maioria da Ásia. Quando Wang e Guan (2017) implementaram a análise econométrica sobre os dados extraídos do *Global Findex* do Banco Mundial, para identificar os fatores associados à inclusão financeira, verificaram que o rendimento, a educação e o uso de equipamentos de comunicação (*mobile banking*), são determinantes importantes que explicam o nível de inclusão financeira, enquanto a profundidade financeira e o estado de saúde dos bancos são os principais determinantes. Allen et al. (2014), consideram a densidade populacional como o determinante mais importante para o desenvolvimento financeiro e a inclusão financeira em África, do que em qualquer outro continente. Mostram ainda que a recente inovação nos serviços financeiros, o “mobile banking”, permitiu superar o problema de infraestruturas e melhorar o acesso aos serviços financeiros.

Quanto aos motivos para exclusão financeira, Allen et al. (2012), em Fungáčová e Weill (2015, p. 199), fragmentam estes em dois: exclusão voluntária (“falta de dinheiro”, “motivos religiosos”, “membro da família tem uma conta”); e a exclusão involuntária (“muito longe”, “muito caro”, “falta de documentação”, “falta de confiança”). Os autores

⁸ O PIB *per capita* é um indicador que pondera o nível de desenvolvimento económico de um país ou região. Obtém-se relacionando o Produto Interno Bruto (PIB) pelo total de habitante do país ou região.

apelam à necessidade de ter em conta esta diferença entre a exclusão voluntária e a involuntária na implementação de políticas para inclusão. As pessoas excluídas do sistema financeiro usam as suas eventuais poupanças acumuladas na compra de animais, terras ou bens de consumo, como eletrodomésticos e outros utensílios. E quando eles têm necessidade de vender parte dos seus ativos, por falta de recursos financeiros, enfrentam dificuldades pelo facto dos mesmos estarem em forma não monetária e não fracionária, obrigando-os a vender o ativo completo (Magalhães, 2003). Quando o sistema financeiro é ineficiente, como geralmente acontece nos países em vias de desenvolvimento, pode criar-se um entrave ao processo de crescimento económico, visto que, não funcionando o mercado de crédito, as decisões de investimento ficam determinadas pela riqueza individual, o que exclui à partida os pobres (Stiglitz e Weiss, 1981). A literatura teórica e empírica é rica em evidências de que a inclusão financeira contribui para a melhoria das condições de vida dos pobres e de outros grupos marginalizados ou vulneráveis da sociedade, permitindo-lhes acesso ao financiamento (Soumaré et al., 2016).

3. Dados e Metodologia

Neste trabalho, concentramos a nossa análise em estudar os determinantes da poupança e da inclusão financeira em Angola através de fatores microeconómicos, mais concretamente, nas características individuais, nos aspetos demográficos e nos comportamentos financeiros. Este capítulo está dividido em quatro secções. A primeira secção apresenta as metodologias de recolha de dados. A segunda descreve as variáveis em estudo. A terceira secção apresenta a descrição dos dados e a quarta secção expõe a metodologia de estudo e a especificação do modelo.

3.1. Método de recolha de dados

A recolha de dados trata de saber “o que” e “como” vão ser recolhido os dados, que instrumentos vão ser utilizados, questões fundamentais das quais depende a qualidade científica dos resultados e as conclusões do estudo (Almeida e Freire, 1997; Black, 1999; apud Coutinho, 2018). Ao estudar uma população ou uma amostra, pretende-se conhecer as suas características para que, posteriormente, seja possível tomar decisões com base neste conhecimento. A forma mais utilizada para recolher esses dados é o inquérito. Nesse caso diz-se que a recolha de dados é direta. Quando é inferida a partir de dados primários já existentes, diz-se indireta e origina dados secundários (Santos, 2018). Para o alcance dos objetivos pretendidos, a recolha de dados para o presente estudo empírico foi feita com recurso a fontes primárias (inquérito⁹). A recolha de dados é um passo decisivo para qualquer estudo, sendo importante a escolha do método a utilizar para o objetivo da pesquisa. A literatura sugere vários métodos, entre os quais entrevistas, questionários ou elaboração de experiências laboratoriais. Todas as formas de recolha de dados apresentam as suas vantagens assim como limitações, não se devendo olhar para cada uma como substituta das outras, mas antes como métodos complementares (Ribeiro, 2017).

Alves e Cardoso (2010), Fernandes (2014), Oliveira (2017), Henriques et al. (2014), e Fungácova e Weill (2015) analisaram o comportamento da poupança e os seus

⁹ Inquérito é o processo que visa a obtenção de respostas expressas pelos participantes no estudo, e pode ser implementado com recursos a entrevistas ou a questionários (Coutinho, 2018).

determinantes em Portugal, utilizando fontes secundárias como o Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF) realizado pelo Instituto Nacional de Estatística Português, recorrendo à base de dados do Banco Mundial, do Banco de Portugal, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, do Eurostat e a base de dados da comissão europeia da AMECO. Outros trabalhos que seguem a mesma lógica metodológica foram desenvolvidos para o continente africano por Mualley (2011), Francisco e Siúta (2014) e Arok (2014), privilegiando a fonte secundária de dados do Banco Mundial.

Autores como Miyata (2003), Eckel e Wilson (2004), Holt e Laury (2005), Dohmen et al. (2005), Harrison e Rutström (2008), Cooper et al. (2014), Brokesova et al. (2016), Gaisina e Kaidorova (2017), e Ribeiro (2017), privilegiaram a escolha de fontes de dados primárias para a realização dos seus estudos empíricos, como questionários, entrevistas e experiências laboratoriais. Todas as metodologias de recolha de dados são válidas e apresentam vantagens e desvantagens, mas a escolha por uma depende da disponibilidade dos dados, dos recursos para sustentar a ideia, do tempo, da natureza do problema e da habilidade do pesquisador.

3.2. Variáveis em estudo e definição das hipóteses.

Variável é um atributo que reflete ou expressa um conceito ou constructo e pode assumir diferentes valores (Ary et al., 1989). A variável dependente utilizada para aferir sobre os determinantes da poupança é a poupança das famílias e para os determinantes da inclusão financeira utilizou-se simultaneamente a existência de poupança, conta bancária e empréstimo. Para efeitos deste estudo, as variáveis explicativas foram extraídas do questionário e medidas numa escala nominal¹⁰, discreta e binária (ver anexo A1.1). As mesmas foram categorizadas em variáveis que identificam as características individuais (idade, género, estado civil, escolaridade), variáveis demográficas (local da habitação, composição do agregado familiar, tamanho do agregado familiar, número de dependentes), variáveis que caracterizam o comportamento financeiro (situação laboral,

¹⁰ Uma escala nominal é aquela em que os números servem apenas para nomear, identificar e categorizar dados sobre pessoas, objetos ou factos, ou seja, em que os números funcionam como rótulos usados para identificar diferentes categorias de respostas (Coutinho, 2018).

gestão do orçamento, planificação das receitas e despesas futuras, rendimento mensal, perceção do grau de importância, acesso à informação financeira). A seleção destas variáveis teve como base as evidências empíricas apresentadas no capítulo anterior, que serviram também de base às questões formuladas no questionário. Estes mesmo estudos permitiram-nos descrever os sinais esperados para cada uma das variáveis utilizadas no estudo, tal como evidenciado na tabela 1.

Tabela 1. Variáveis explicativas

ABREVIATURAS	DESCRIÇÃO	SINAL ESPERADO
IDDE	Idade	+/-
GENERO	Género	+/-
ESTCIVIL	Estado Civil	+/-
ESCOLDDE	Escolaridade	+
SITUALAB	Situação Laboral	+
GESTORÇA	Gestão do Orçamento	+
PLANORF	Planificação do Orçamento Familiar	+
RENDMENS	Rendimento Mensal	+/-
GIMPOUP	Perceção do grau de importância da poupança	+/-
ACESSINFOFIN	Acesso a informação financeira	+/-
LOCAHAB	Local da Habitação	+/-
AGREFAM	Composição do agregado familiar	+/-
DEPENDT	Número de Dependente	+/-
COBANC	Titular de Conta Bancária	+

Fonte: Elaboração Própria, com base no estudo desenvolvido por Fungáčová e Weill (2015), Zins e Weill (2016), Soumaré et al. (2016), Jossefa (2011), Wakita et al. (2000), Lusardi (2001), Alves e Cardoso (2010), Oliveira (2017) e Figueiredo (2018).

Com base na literatura apresentada no capítulo anterior, definimos as quatro seguintes hipóteses a testar:

H1: Ser homem, casado, ter um alto nível de escolaridade e ser responsável pela gestão do orçamento familiar aumenta a probabilidade de poupar e ser incluído no sistema financeiro em Angola.

H2: Ter conta bancária, planificar as receitas e os gastos futuros, recorrer ao empréstimo para satisfação da necessidade de liquidez e ter a noção da relevância da poupança para sustentabilidade dos projetos futuros influencia o comportamento da poupança e inclusão financeira em Angola.

H3: Viver no centro urbano, ter acesso a informação financeira e ter dependentes aumenta a probabilidade de poupar e ser incluído no sistema financeiro em Angola.

H4: Ser maior de idade, estar desempregado ou ter um rendimento baixo diminui a probabilidade de poupar e ser incluído no sistema financeiro.

3.3. Descrição dos dados

Para obtenção dos dados elaborámos um questionário, que aplicámos em Angola nas províncias de Luanda, Bengo, Kwanza Norte, Malanje, Benguela e Huambo e tivemos uma amostra composta por 1.434 observações, sendo que a distribuição da mesma por província é a seguinte: Luanda 527 observações, Bengo 158 observações, Benguela 176 observações, Huambo 177 observações, Kwanza Norte 191 observações, Malanje 195 observações e outras províncias 10 observações¹¹.

O inquérito foi construído de forma a agregar respostas que atendem às características pessoais, demográficas e ao comportamento financeiro de cada indivíduo na amostra, características estas que julgamos relevantes para explicação dos determinantes da poupança e da inclusão financeira, atendendo à literatura existente (Fungáčová e Weill, 2015; Zins e Weill 2016; Soumaré et al. 2016; Jossefa 2011; Wakita et al. 2000; Lusardi, 2001; Alves e Cardoso, 2010; Oliveira, 2017; Figueiredo, 2018). O inquérito foi implementado de 7 de Janeiro a 10 de Fevereiro do ano de 2019. Os inquiridos foram selecionados aleatoriamente, em porta a porta e por abordagem direta

¹¹ O Último censo realizado em Angola no ano de 2014 aponta que o total da população angolana é de 25.789.024 pessoas, e relativamente as províncias pesquisadas contabilizaram que Luanda é composto por 6.945.386 pessoas, Bengo-356.641 pessoas, Benguela-2.231.385 pessoas, Huambo-2.019.555 pessoas, Kwanza Norte-443.386 pessoas e Malanje-986.363 pessoas, (INE-ANGOLA 2016).

às pessoas nas ruas, instituições públicas e privadas, parques de lazer, avenidas e supermercados, centros urbanos e periferias. Tivemos como população alvo os cidadãos angolanos maiores de 17 anos (indivíduos adultos e em idade ativa ou de reforma), residentes ou que estavam presentes no período do inquérito nas províncias de Luanda, Bengo, Benguela, Huambo, Kwanza Norte, e Malange. Dos 1.434 indivíduos que constituem a amostra 58,02% são homens e 41,98% são mulheres, tal como evidenciado na tabela 2.

Tabela 2. Distribuição da amostra por Género

Género	Frequência	Percentagem
Masculino	832	58,02
Feminino	602	41,98
Total	1434	100

Fonte: Elaboração própria.

Em termos de descrição da amostra em estudo, conseguimos verificar pela tabela 3 que a amostra é constituída por 63,39% solteiros, 24,41% casados, 5,23% divorciados e 6,97% que são viúvos.

Tabela 3. Distribuição da amostra por estado civil

Estado Civil	Frequência	Percentagem
Solteiro	909	63,39
Casado	350	24,41
Divorciado	75	5,23
Viúvo	100	6,97
Total	1434	100

Fonte: Elaboração própria.

Quando a distribuição da amostra é feita com base na idade (Anexo A1.3), nota-se que a idade mínima dos inqueridos é 18 anos e a máxima 66 anos. As idades com maior frequência na amostra são 23 anos e 21 anos, e em termos de percentagem estas correspondem a 8,65% e 8,58%, respetivamente. Quando dividimos a amostra por nível de escolaridade (tabela 4), verificamos que 37,24% dos indivíduos possuem o ensino

médio (12ª Classe), enquanto 5,51% não tem qualquer instrução e 12,62% tem o nível de licenciado.

Tabela 4. Distribuição da amostra por nível de escolaridade

Escolaridade	Frequência	Porcentagem
Sem Instrução	79	5,51
6ª Classe	125	8,72
12ª Classe	534	37,24
Freq. Universitária	323	22,52
Bacharelato	150	10,46
Licenciado	181	12,62
Mestre/PhD	42	2,93
Total	1434	100

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente à situação laboral (tabela 5), 56,46% dos inquiridos trabalham em empresas públicas e privadas, 5,72% são desempregados, 14,50% trabalham por conta própria e 9,62% trabalham em dois empregos (conta própria e de outrem) para satisfazer as suas necessidades remuneratórias.

Tabela 5. Distribuição da amostra por situação laboral

Situação laboral	Frequência	Porcentagem
Empresa pública e privada	809	56,42
Conta própria	208	14,50
Conta própria e outrem	138	9,62
Estuda e trabalha	90	6,28
Desempregado	82	5,72
Aposentado com atividade	13	0,91
Estuda a tempo inteiro	66	4,60
Cuida apenas da família	18	1,26
Aposentado sem atividade	7	0,49
Outra	3	0,21
Total	1434	100

Fonte: Elaboração Própria.

Quanto ao local da habitação 65,69% dos inquiridos residem na periferia enquanto, 34,31% vivem no centro urbano das cidades em análise, tal como se apresenta na tabela 6.

Tabela 6. Distribuição da amostra por local da habitação

Local da Habitação	Frequência	Percentagem
Centro da Cidade	492	34,31
Periferia	942	65,69
Total	1434	100

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente à composição do agregado familiar (tabela 7), afere-se que 8,72% dos indivíduos vivem sozinhos, 56% vivem com cônjuges e os filhos, 32,22% vivem na casa dos seus familiares e 3,07% vivem com os amigos.

Tabela 7. Distribuição da amostra por composição do agregado familiar

Composição Agregado Familiar	Frequência	Percentagem
Vive sozinho	125	8,72
Vive com cônjuge e filhos	803	56,00
Vive com familiares	462	32,22
Vive com os amigos	44	3,07
Total	1432	100

Fonte: Elaboração própria.

Concernente ao número de dependentes por cada indivíduo da amostra realça-se que 20,99% não tem nenhum dependente, 12,27% afirmam terem até três dependentes e 10,46% dos indivíduos responderam quatro dependentes. Na tabela 8 apresentamos a distribuição da amostra por dependentes. Um facto curioso na nossa amostra é o número elevado de dependentes que pelo menos quatro indivíduos afirmam ter (16 ou mais), evidenciando bem as dificuldades e disparidades de agregados familiares existentes no país.

Tabela 8. Distribuição da amostra por dependente

Nº de Dependentes	Frequência	Porcentagem
0	301	20,99
1	170	11,85
2	254	17,71
3	176	12,27
4	150	10,46
5	92	6,42
6	84	5,86
7	65	4,53
8	42	2,93
9	24	1,67
10	32	2,23
11	9	0,63
12	12	0,84
13	11	0,77
14	5	0,35
15	3	0,21
16	4	0,28
Total	1434	100

Fonte: Elaboração própria.

Para avaliar o comportamento financeiro elaboraram-se questões que permitiram identificar as atitudes dos inquiridos relativamente à poupança, como é realizada, e utilizada. Estas mesmas questões permitiram constatar os principais fatores que impedem os indivíduos de fazerem a poupança. Assim verificamos que 20,36% afirmaram não fazerem poupança, enquanto 79,64% responderam que o fazem, apesar de que destes alguns afirmam que o fazem de forma irregular. A tabela 9 apresenta a divisão da amostra entre os que afirmam realizar poupança e os que não.

Tabela 9. Distribuição da amostra por poupança

Poupança	Frequência	Porcentagem
Não	292	20,36
Sim	1142	79,64
Total	1434	100

Fonte: Elaboração própria.

Quando questionamos os indivíduos sobre a percentagem do seu rendimento que é destinada a poupança, 44,77% dos indivíduos que compõem a amostra afirmam destinar

de 1 a 20% do seu rendimento para poupança e 0,49% afirmaram que destinam entre 81% e 100% daquilo que auferem para poupança (tabela 10). Também constatamos que 20,01% dos indivíduos não responderam a esta questão e presumimos que isto se deve ao facto de não pouparem ou desconhecerem o verdadeiro montante destinado a poupança.

Tabela 10. Distribuição da amostra por percentagem da poupança

(%) Destinada a Poupança	Frequência	Percentagem
Não Responderam	287	20,01
1 a 20%	642	44,77
20 a 40%	306	21,34
40 a 60%	124	8,65
60 a 80%	68	4,74
81 a 100%	7	0,49
Total	1434	100

Fonte: Elaboração própria.

Comparativamente ao grau de importância que os indivíduos da amostra atribuem à poupança, as respostas certificaram que 75,66% dos indivíduos julgam que a poupança é muito importante, e de forma contrária 1,95% não atribuem nenhuma importância à poupança (tabela 11).

Tabela 11. Distribuição da amostra quanto ao grau de importância da poupança

Grau de Importância da Poupança	Frequência	Percentagem
Muito importante	1085	75,66
Importante	271	18,90
Pouco importante	50	3,49
Nada importante	28	1,95
	1434	100

Fonte: Elaboração própria.

Analisando as motivações que levam as pessoas a pouparem, verificamos que a maior percentagem das pessoas que afirmaram que fazem poupança, afirmam que o fazem tendo como principal razão a educação e ajuda inicial aos filhos, ou seja, 24,62% da amostra. A segunda razão enfatizada é a abertura de um negócio no futuro, com 16,81%. Verifica-se ainda que 19,67% não responderam a esta questão.

Tabela 12. Distribuição da amostra por razão de poupar

Razão para poupar	Frequência	Percentagem
Não Responderam	282	19,67
Abrir um negócio	241	16,81
Despesas não regulares (Férias, Viagens)	176	12,27
Aquisição de Bens duradouro (Casa, Viaturas)	116	8,09
Educação e Ajuda inicial aos Filhos	353	24,62
Despesas imprevistas (Doença)	219	15,27
Utilizar na reforma	36	2,51
Outra	11	0,77
Total	1434	100

Fonte: Elaboração própria.

Para aferirmos sobre as barreiras que as pessoas enfrentam para realizarem poupança, questionamos as pessoas que afirmaram que não fazem poupança sobre as razões que os impedem e 15,76% responderam que o rendimento que auferem não permite fazerem poupança por ser inferior às suas despesas e 3,28% não consideram a poupança uma prioridade. Ainda, 4,67% afirmam que não conseguem fazer poupança porque fazem despesas não planeadas e por impulso (tabela 13).

Tabela 13. Distribuição da amostra por razão para não poupar

Razão para não poupar	Frequência	Percentagem
Não responderam	1079	75,24
Rendimento não permite	226	15,76
Não é prioridade	47	3,28
Despesas não planeadas ou por impulso	67	4,67
Outra	15	1,05
Total	1434	100

Fonte: Elaboração própria.

Concentrando a análise na amostra pela forma como os indivíduos fazem a poupança (tabela 14), apuramos que 53,63% dos indivíduos da amostra que fazem poupança deixam o dinheiro numa conta à ordem, 8,93% aplicam o dinheiro numa conta a prazo no banco a render juros, 18,13% dos indivíduos guardam o dinheiro em casa e 0,98% utilizam outras formas de poupança utilizadas no sistema financeiro informal em

Angola, especificamente o jogo da Kixikila¹² e conceder empréstimo aos parentes, amigos e conhecidos, atividade que é particularmente realizado pelos Kinguilas¹³.

Tabela 14. Distribuição da amostra pela forma de poupar

Forma de Poupança	Frequência	Percentagem
Não responderam	215	14,99
Deixar o dinheiro no Banco numa conta à ordem	769	53,63
Deixar o dinheiro no Banco numa conta a prazo	128	8,93
Aquisição de instrumento financeiro	23	1,60
Aquisição de imóveis	25	1,74
Guardar o dinheiro em casa	260	18,13
Outra	14	0,98
Total	1434	100

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente à gestão do orçamento notamos (tabela 15) que 56,76% dos inquiridos afirmaram que são os responsáveis pela gestão do orçamento familiar e 33,26% disseram que é outra pessoa a fazer a gestão, sendo que apenas 9,97% confirmaram que o orçamento do seu agregado familiar é feito de forma conjunta.

Tabela 15. Distribuição da amostra quanto à gestão do orçamento.

Gestão do Orçamento	Frequência	Percentagem
O entrevistado	814	56,76
Outra pessoa	477	33,26
Conjunta	143	9,97
Total	1434	100

Fonte: Elaboração própria.

¹² Kixiquila é uma atividade financeira informal usada como alternativa de poupança em Angola realizado por mais de um indivíduo e que consiste na junção de uma certa quantia monetária em parte igual por todos os integrantes do jogo e entregue a um dos integrantes de acordo com a ordem estipulada previamente pelos integrantes do jogo, no final de cada período que normalmente coincide com o final de cada mês, altura que os integrantes auferem as suas remunerações.

¹³ Kinguilas é nome que se atribui às pessoas que exercem uma atividade financeira informal em Angola, mais especificamente de venda e compra de moedas estrangeiras e da concessão de empréstimo, com garantia verbal ou escrita de devolução do principal e juro de 50% num determinado prazo.

A mesma conclusão é ilustrada pela tabela 16, quando analisamos quem mais contribui para o rendimento do agregado familiar, ou seja, cerca de 56,76% dos entrevistados é que mais contribuem para o rendimento do agregado e, logo, orçamento familiar.

Tabela 16. Distribuição da amostra quanto à contribuição do rendimento para o orçamento

Contribuição para o rendimento no Orçamento	Frequência	Porcentagem
O entrevistado	814	56,76
Outra pessoa	477	33,26
Conjunta	143	9,97
Total	1434	100

Fonte: Elaboração própria.

A planificação das receitas e das despesas futuras tem uma grande relevância no uso racional de recursos disponíveis e pode afetar a poupança. Por este motivo, questionamos os inquiridos sobre o grau de importância que atribuem ao planeamento das receitas e despesas futuras e a periodicidade com que fazem o planeamento do orçamento familiar, sendo que 76,22% afirmaram que é muito importante fazer o orçamento e 44,98% responderam que fazem o orçamento mensalmente. Mais detalhes são evidenciados nas tabelas 17 e 18.

Tabela 17. Distribuição da amostra quanto ao grau de importância do planeamento

Planeamento do Orçamento Familiar	Frequência	Porcentagem
Muito importante	1093	76,22
Importante	257	17,92
Pouco importante	62	4,32
Nada importante	22	1,53
Total	1434	100

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 18. Distribuição da amostra quanto à periodicidade do planeamento

Periodicidade do Planeamento do Orçamento Familiar	Frequência	Porcentagem
Nunca	48	3,35
Diariamente	335	23,36
Semanalmente	168	11,72
Mensalmente	645	44,98
Anualmente	46	3,21
Irregular	192	13,39
Total	1434	100

Fonte: Elaboração própria.

Para um dos principais indicadores da inclusão financeira (possuir conta bancária), 79,01% afirmaram que possuem conta num banco, enquanto a percentagem restante afirmou que não possui conta (tabela 19).

Tabela 19. Distribuição da amostra por detenção de conta bancária

Conta Bancária	Frequência	Percentagem
Não	301	20,99
Sim	1133	79,01
Total	1434	100

Fonte: Elaboração própria.

Especificando o enfoque para as razões que levam as pessoas a não terem uma conta bancária, a tabela 20 evidencia que 79,22% dos indivíduos da amostra não responderam a esta questão, indicando que estes têm conta bancária. Ainda na mesma tabela, pode aferir-se que 14,16% dos indivíduos que pertencem à nossa amostra não têm conta bancária porque os seus rendimentos não o permite e 3,77% não tem conta porque acreditam que a conta de outra pessoa é suficiente, e apenas 2,51% afirmaram que a principal razão que os impedia é o custo de abertura de conta. Estes valores levam-nos a concluir que o programa implementado pelo governo para redução do custo de abertura de conta está a ter um balanço positivo.

Tabela 20. Distribuição da amostra quanto à razão para não ter conta

Razão para não ter conta bancária	Frequência	Percentagem
Não responderam	1136	79,22
Rendimento não permite	203	14,16
Conta de outra pessoa é suficiente	54	3,77
Custos de obtenção elevado	36	2,51
Outra	5	0,35
	1434	100

Fonte: Elaboração própria.

O empréstimo é uma das variáveis fundamentais para verificar o grau de inclusão financeira. Dada esta importância, classificámos a amostra quanto à solicitação de empréstimo, e conclui-se que 66,18% dos indivíduos da amostra responderam não ter solicitado empréstimo para satisfação das suas necessidades de liquidez, diferente dos 33,82% que afirmaram que já recorreram a empréstimos para financiamento das suas atividades (tabela 21).

Tabela 21. Distribuição da amostra quanto a solicitação de empréstimo

Empréstimo	Frequência	Percentagem
Não	949	66,18
Sim	485	33,82
Total	1434	100

Fonte: Elaboração própria.

A tabela 22 apresenta de forma sintetizada o comportamento da amostra relativamente ao acesso a informação financeira. Esta tabela mostra que 65,34% dos inquiridos não tem acesso a informação financeira, ou seja, nunca foram informados sobre o funcionamento do mercado financeiro e das alternativas de rentabilizar as suas poupanças, enquanto 34,66% afirmam ter acesso a informações financeiras.

Tabela 22. Distribuição da amostra quanto ao acesso a informações financeiras

Acesso a Informação financeira	Frequência	Percentagem
Não	937	65,34
Sim	497	34,66
Total	1434	100

Fonte: Elaboração própria.

A distribuição da amostra quanto ao rendimento auferido pelos seus integrantes é apresentada na tabela 23. Nota-se que a maior percentagem da amostra auferem um rendimento não superior a 50.000,00Kzs, e no outro extremo cerca de 13,58% dos indivíduos da amostra tem um ordenado superior a 181.000,00Kzs.

Tabela 23. Distribuição da amostra quanto ao rendimento.

Rendimento Mensal	Frequência	Percentagem
10 a 50.000,00 Kwanzas	551	38,42
51 a 90.000,00 Kwanzas	251	17,50
91 a 140.000,00 Kwanzas	316	22,04
141 a 180.000,00 Kwanzas	123	8,58
Mais de 181.000,00 Kwanzas	193	13,58
Total	1434	100

Fonte: Elaboração própria.

Associando a variável poupança com outras variáveis explicativas como género, estado civil, nível de escolaridade, local da habitação, composição do agregado familiar, gestão do orçamento familiar, conta bancária, rendimento mensal, empréstimo e acesso a informação financeira, verificamos que cerca de 679 pessoas do sexo masculino

responderam que fazem poupança e apenas 463 pessoas do sexo feminino responderam que fazem poupança. Para os que afirmam que não realizam poupança, os homens também continuam a liderar com 153 indivíduos, comparativamente com as mulheres que foram apenas 139 a afirmarem que não poupam (tabela 24)

Tabela 24. Associação da variável poupança com o género

Variáveis	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Poupança			
Não	153	139	292
Sim	679	463	1142
Total	832	602	1434

Fonte: Elaboração própria.

Dos 1434 indivíduos que constituem a amostra total 909 pessoas são solteiras e entre estas 700 pessoas afirmaram que poupam e 209 responderam que não. Dos 1142 indivíduos da amostra que responderam que fazem poupança, 294 são casados, 50 divorciados e 89 viúvos (tabela 25).

Tabela 25. Associação da variável poupança e estado civil

Variáveis	Estado Civil				Total
	Solteiro	Casado	Divorciado	Viúvo	
Poupança					
Não	209	56	16	11	292
Sim	700	294	59	89	1142
Total	909	350	75	100	1434

Fonte: Elaboração própria.

Existe na amostra 42 pessoas com os níveis de escolaridade de mestre e doutor. Entre eles, apenas 1 pessoa afirmou não fazer poupança. Quando distribuimos o total da poupança pelo nível de escolaridade verificamos que as pessoas com o nível médio (12ª Classe) são os principais responsáveis pela maior fração da poupança com cerca de 46,76% do total da poupança. As pessoas que não possuem nenhuma instrução também revelaram ter consciência da relevância da poupança para as suas finanças, visto que dos 79 indivíduos com essas características 51 afirmaram que fazem poupança. Estes resultados encontram-se sumariados na tabela 26.

Tabela 26. Associação da variável poupança com o nível de escolaridade

Variáveis	Escolaridade							Total
	S/Instrução	6 ^a Casse	12 ^a Classe	Fr. Univ.	Bacharel	Licenciatura	Mestre/PhD	
Não	28	44	106	50	32	31	1	292
Sim	51	81	428	273	118	150	41	1142
Total	79	125	534	323	150	181	42	1142

Fonte: Elaboração própria.

O local da habitação também apresentou uma diferença considerável quanto ao comportamento da poupança, sendo 942 o número de indivíduos na amostra que vivem na periferia e entre eles 735 confirmaram que realizam poupança. Todavia, para os residentes na cidade, 407 asseguraram que fazem poupança (tabela 27).

Tabela 27. Associação da variável poupança e o local da habitação

Variáveis	Local da Habitação		Total
	Cidade	Periferia	
Não	85	207	292
Sim	407	735	1142
Total	492	942	1434

Fonte: Elaboração própria.

As pessoas que vivem com os cônjuges e os seus filhos dominam a composição da amostra quando a análise é feita por agregado familiar e estes também certificaram com base nas suas respostas que poupam mais em relação aos que vivem sozinhos, com os familiares ou com os amigos (tabela 28).

Tabela 28. Associação da variável poupança com a composição do agregado familiar

Variáveis	Composição do Agregado Familiar				Total
	Sozinho	Cônjuges e Filhos	Familiares	Amigos	
Não	27	141	110	14	292
Sim	98	662	352	30	1142
Total	125	803	462	44	1434

Fonte: Elaboração própria.

Os entrevistados que se revelaram como principais responsáveis da gestão do orçamento das suas respetivas famílias, detêm a maior parte da poupança na amostra (tabela 29).

Tabela 29. Associação da variável poupança com a gestão do orçamento

Variáveis	Gestão do Orçamento Familiar			Total
	Entrevistado	Outra Pessoa	Conjunta	
Não	173	90	29	292
Sim	641	387	114	1142
Total	814	477	143	1434

Fonte: Elaboração própria.

O número de pessoas na amostra que afirma não ter conta bancária é de 301 (tabela 30), e apesar disto, 203 responderam que fazem poupança (usando as formas informais, como guardar dinheiro em casa, concessão de empréstimo ou jogar kixiquila), enquanto das 1133 pessoas que afirmam possuir conta numa instituição bancária, 194 disseram que não realizam poupança.

Tabela 30. Associação da variável poupança com a detenção de conta bancária

Variáveis	Conta Bancária		Total
	Não	Sim	
Não	98	194	292
Sim	203	939	1142
Total	301	1133	1434

Fonte: Elaboração própria.

Um facto bastante curioso é observado quando associamos a poupança e o rendimento (tabela 31). As pessoas com um rendimento baixo, ou seja, no intervalo de 10.000,00Kz a 50.000,00Kz, são as que mais confirmaram que fazem poupança, com cerca de 419 indivíduos dos 1142 da amostra que fazem poupança, o que contraria a teoria económica que afirma que quanto maior o rendimento maior a propensão a poupar (Alves e Cardoso, 2010).

Tabela 31. Associação da variável poupança e o rendimento

Variáveis	Rendimento Mensal					Total
	10 a 50000Kzs	51 a 90000Kzs	91 a 140000Kzs	141 a 180000Kzs	+ de 181000Kzs	
Não	132	42	72	14	32	292
Sim	419	209	244	109	161	1142
Total	551	251	316	123	193	1434

Fonte: Elaboração própria.

Cerca de 734 indivíduos da amostra que fazem poupança nunca solicitaram empréstimo em nenhuma instituição financeira e 77 indivíduos que não fazem poupança já beneficiaram de empréstimo para financiar os seus projetos (tabela 32).

Tabela 32. Associação da variável poupança com o empréstimo

Variáveis	Empréstimo		Total
	Não	Sim	
Poupança			
Não	215	77	292
Sim	734	408	1142
Total	949	485	1434

Fonte: Elaboração própria.

As respostas dadas ao inquérito revelaram que é maior o número de pessoas que não têm acesso a informação financeira (725 pessoas) e esta maioria confirma que realiza poupança, se compararmos com os 417 que fazem poupança e têm acesso a informação financeira (tabela 33).

Tabela 33. Associação da poupança e informação financeira.

Variáveis	Acesso a Informação Financeira		Total
	Não	Sim	
Poupança			
Não	212	80	292
Sim	725	417	1142
Total	937	497	1434

Fonte: Elaboração própria.

3.4. Metodologia

Para estudar o comportamento de poupança das famílias, Fernandes (2014) estimou dois modelos. O primeiro modelo procurou identificar quais os fatores que melhor explicam as poupanças das famílias em Portugal, sendo utilizado para o efeito o modelo de regressão linear simples. O segundo modelo utilizado, que serviu para identificar os fatores determinantes para as poupanças das famílias serem negativas, foi o modelo de regressão de resposta qualitativa (modelo Probit). Para o alcance dos objetivos pretendidos nesta pesquisa, utilizaremos o modelo Probit para os dados microeconómicos obtidos através de inquérito porque as nossas variáveis dependentes só admitem dois valores, ou dito de outro modo, são variáveis binárias.

3.4.1. Especificação do Modelo.

Das evidências empíricas existentes na literatura, observa-se que a poupança das famílias e a inclusão financeira são influenciadas, para além dos fatores macroeconómicos, por fatores como características dos indivíduos, demográficas e o comportamento financeiro. Neste trabalho, pretendemos examinar quais dos fatores citados influência de forma significativa as nossas variáveis dependentes (poupança e inclusão financeira).

Os modelos de probabilidade Logit e Probit são caracterizados pela previsão da probabilidade de ocorrência ou não de um evento (Klieštík et al., 2015). Na literatura econométrica, estes modelos são também conhecidos como modelos de escolha binária, (Jossefa, 2011). Autores como, Martin (1977), Ohlson (1980), Demirguc-Kunt et al. (2013), Fungáčová e Weill (2015), Zins e Weill (2016) e Jossefa (2011), utilizaram este tipo de modelos nos seus estudos empíricos.

As variáveis dependentes foram obtidas através das perguntas feitas no questionário e serão medidas numa escala nominal, discreta e binária. A variável dependente “Poupança das Famílias” é uma variável binária que recebe o valor de “1” se a pessoa poupa e no caso contrário, a mesma toma o valor “0”. Para a variável dependente inclusão financeira, esta toma o valor “1” se o indivíduo responder que possui simultaneamente conta bancária, se recorre ao empréstimo para financiar as suas necessidades e que faz poupança e, caso não cumpra estes requisitos, a variável dependente toma o valor “0” (Zins e Weill, 2016).

A formalização do modelo do comportamento de uma variável dependente dicotómica pressupõe o uso de uma função de distribuição acumulada ajustada, que levará a probabilidade a situar-se no intervalo de 0 a 1. Isso pode ser conseguido usando os modelos Logit ou Probit (Gujarati, 2006). Uma vez que, na prática, as conclusões extraídas da estimação destes modelos não diferem, optamos pela estimação do modelo Probit para efeitos da presente análise.

A forma funcional do modelo Probit é apresentada na equação 5, indicando que a probabilidade de que a variável dependente tome o valor 1 para qualquer indivíduo i é dada pela avaliação na função cumulativa da distribuição normal centrada e reduzida dos valores $X_i\beta$, em que X_i é o vetor das variáveis explicativas e β o vetor dos coeficientes a estimar:

$$Prob(Y_i = 1) = \Phi(X_i\beta) = \int_{-\infty}^{X_i\beta} \frac{1}{\sqrt{2\pi}} e^{-\frac{1}{2}t^2} dt \quad (5)$$

Pela observação desta forma funcional pode constatar-se que, contrariamente ao que acontece nos modelos de regressão linear, as estimativas dos coeficientes das variáveis explicativas não nos fornecem a magnitude dos efeitos marginais dessas mesmas variáveis sobre a probabilidade que a variável dependente tome o valor unitário. De facto, os efeitos marginais das variáveis explicativas são dados pela equação (6).

$$\frac{\partial Prob(Y_i = 1)}{\partial x_i} = \phi(X_i\beta)\beta_x \quad (6)$$

em que ϕ representa a função densidade da distribuição normal centrada e reduzida e β_x representa o coeficiente da variável explicativa para a qual se calcula o respectivo efeito marginal.

Como forma de testar a hipótese de que as características individuais, demográficas e o comportamento financeiro influenciam a poupança e a inclusão financeira das famílias em Angola, estimámos, pelo método de máxima verosimilhança, os seguintes modelos Probit:

$$\begin{aligned}
& Prob(POUP = 1) \\
& = \Phi(\beta_0 + \beta_1 IDDE + \beta_2 GENERO + \beta_3 ESTCIVIL \\
& + \beta_4 ESCOLD + \beta_5 LOCAHAB + \beta_6 RESID + \beta_7 SITUALAB \\
& + \beta_8 AGREFAM + \beta_9 DEPENDT + \beta_{10} GESTORÇA \\
& + \beta_{11} RENDAGREF + \beta_{12} COBANC + \beta_{13} RNCOBANC \\
& + \beta_{14} PLANORF + \beta_{15} TPLANORF + \beta_{16} RENDMENS \\
& + \beta_{17} PERPOUP + \beta_{18} GIMPOUP + \beta_{19} RANAPOUP \\
& + \beta_{20} EMPREST + \beta_{21} FORMPOUP \\
& + \beta_{22} ACESSINFOFIN)
\end{aligned} \tag{7}$$

$$\begin{aligned}
& Prob(INCLUFIN = 1) \\
& = \Phi(\beta_0 + \beta_1 IDDE + \beta_2 GENERO + \beta_3 ESTCIVIL \\
& + \beta_4 ESCOLD + \beta_5 LOCAHAB + \beta_6 RESID + \beta_7 SITUALAB \\
& + \beta_8 AGREFAM + \beta_9 DEPENDT + \beta_{10} GESTORÇA \\
& + \beta_{11} RENDAGREF + \beta_{12} RNCOBANC + \beta_{13} PLANORF \\
& + \beta_{14} TPLANORF + \beta_{15} RENDMENS + \beta_{16} GIMPOUP \\
& + \beta_{17} RAPPOUP + \beta_{18} RANAPOUP + \beta_{19} FORMPOUP \\
& + \beta_{20} ACESSINFOFIN)
\end{aligned} \tag{8}$$

Onde: POUP é a variável dependente poupança das famílias e INCLUFIN é a variável dependente inclusão financeira. As variáveis explicativas utilizadas neste estudo são: idade (IDDE), género (GENERO), estado civil (ESTCIVIL), escolaridade (ESCOLD), local de habitação (LOCAHAB), residência (RESID), situação laboral (SITUALAB), composição do agregado familiar (AGREFAM), número de dependentes (DEPENDT), conta bancária (COBANC), razões para não ter conta bancária (RNCOBANC), planificação do orçamento familiar (PLANORF), periodicidade do planeamento do orçamento (TPLANORF), perceção do grau de importância da poupança (GIMPOUP), barreiras à poupança (RANAPOUP), empréstimo (EMPREST), forma de poupança (FORMPOUP), e o acesso a informação financeira (ACESSINFOFIN).

4. Resultados

Propusemo-nos a analisar neste trabalho os determinantes da poupança e da inclusão financeira. Neste capítulo, apresentaremos nas tabelas abaixo apenas os resultados dos efeitos marginais, cuja interpretação é sempre feita sob a condição *ceteris paribus* e em pontos percentuais, e os resultados da estimação Probit serão apresentados nos anexos. Consideramos os níveis de significâncias de 1%, 5% e 10%. Este capítulo está repartido em seis secções, onde a primeira analisa os determinantes da poupança de forma geral; na segunda verificamos o comportamento da poupança em cada província em estudo; na terceira verificamos como é que as motivações para poupar são influenciadas; na quarta secção aferimos como é que se caracteriza as formas de poupança; na quinta examinamos os principais fatores que influenciam cada barreira da poupança, e por último identificamos os fatores que influenciam a inclusão financeira, analisando pormenorizadamente os restantes indicadores da inclusão financeira (conta bancária e empréstimo).

4.1. Determinantes da poupança em Angola

O comportamento da poupança das famílias em Angola é influenciado pelo género, estado civil, escolaridade, pela responsabilidade em gerir o orçamento familiar, ter conta bancária, planificar as despesas, ter noção da importância da poupança e pelo empréstimo.

A tabela 34 parece indicar que os homens em Angola têm uma maior probabilidade de poupar relativamente às mulheres, pois estima-se que em média, um aumento de um pp na probabilidade de ser homem faz aumentar a probabilidade de poupar em cerca de 5.6 pp (pontos percentuais), semelhante aos resultados encontrados por Zins e Weill (2016), Allen et al. (2016) e Soumaré et al. (2016). Verificamos um facto curioso ao analisar o estado civil (solteiro, casado e divorciado), uma vez que os resultados parecem indicar que, em média, todos os estados, considerados na estimação, diminuem a probabilidade de destinar parte do rendimento a poupança em 16,43pp; 17,38pp e 20,52pp, respetivamente, relativamente ao estado de viuvez (a variável omitida). Este resultado ilustra que as pessoas quando são divorciadas têm maior dificuldade em destinar parte do que ganham a poupança, o que pode ser fundamentado pelo facto da pessoa antes do divórcio ter uma planificação financeira sustentada não só pelo seu rendimento, mas também pelo do seu cônjuge, uma vez que, tornarem-se divorciadas deve mudar os seus hábitos e comportamentos financeiros. Estes resultados contrariam os resultados obtidos por Wakita

et al. (2000), Soumaré et al. (2016), Blau e Graham (1990) e Allen et al. (2016), que verificaram que o estado civil casado produz um efeito positivo na poupança.

As pessoas que têm o nível de escolaridade secundária ou superior revelaram ter maior conhecimento e noção da relevância da poupança para o alcance dos seus objetivos financeiros futuros, ou seja, ter um nível de escolaridade médio ou superior aumenta, em média, na ordem de 11,27pp e 9,48pp a probabilidade de poupar, similar aos resultados encontrados por Fungáčova e Weill (2015), Zins e Weill (2016), Soumaré et al. (2016) e Gaisina e Kaidorava (2017). Quando a gestão do orçamento familiar está sob a responsabilidade do responsável da família, isso diminui a probabilidade por volta de 5.96pp deste destinar uma parte do que ganha para poupança.

Encontramos uma relação direta e positiva com a poupança, o facto de deter uma conta bancária, planificar as despesas, ter noção do grau de importância da poupança e a obtenção de empréstimo. A probabilidade das famílias angolanas pouparem aumenta 13,51pp quando têm conta bancária, semelhante à sustentação encontrada em Fungáčová e Weill (2015), McKinnon (1973) e Shaw (1973).

Quando a pessoa planifica os seus gastos, isso aumenta a probabilidade de poupar em 17.09pp, em média. Ter noção sobre o grau de importância da poupança explica ainda o aumento da probabilidade de poupar em 21,44pp, tal como em Lusardi (2001).

Quando a necessidade de liquidez leva a recorrer ao empréstimo, isso faz com que as pessoas reflitam sobre alternativas de obtenção de liquidez sem recorrer aos avultados custos de liquidação da dívida. Portanto, o empréstimo provoca um aumento da probabilidade de poupar em cerca de 5,09pp. Todavia, os nossos resultados contrariam a evidência apontada por Shawa (2016), Ferrucci e Miralles (2007) e Haque e Montiel (1989).

Tabela 34. Efeitos marginais da estimativa Probit “Poupança”

POUPANÇA	dy/dx	P> z
lnIDDE	-0,0087	0,790
GENERO	0,0564	0,016
SOLTEIRO	-0,1643	0,000
CASADO	-0,1738	0,012
DIVORCIADO	-0,2052	0,031
SECUNDÁRIO	0,1127	0,000
SUPERIOR	0,0948	0,002
TRABALHA	0,0447	0,658
DESEMPREGADO	-0,0071	0,943
LOCAHAB	0,0333	0,133
SOZINHO	0,0267	0,471
CÔNJUGES	0,0121	0,638
DEPENDENTES	0,0473	0,151
INQUIRIDO	-0,0596	0,010
CONTRIBUI	-0,0197	0,425
COBANC	0,1351	0,027
BAIXOREND	0,0443	0,342
CONTAOUTR	0,0162	0,805
CUSTO	0,0433	0,516
MUIMPORT	0,0565	0,259
PLANIFICA	0,1709	0,000
ATE90	0,0095	0,693
IMPORPOUP	0,2144	0,000
EMPREST	0,0509	0,024
ACESSINFOFIN	0,0098	0,675

Fonte: Elaboração própria. Consideraram-se os níveis de significância estatística a 1%, 5% e 10%.

A tabela 35 apresenta os efeitos marginais da estimativa Probit quando analisamos os fatores que levam as pessoas a destinarem até 40% do que auferem para poupança.

O tamanho do agregado familiar revelou ser um fator importante na definição da percentagem do rendimento que deve ser destinado a poupança. Já o agregado familiar composto pelos cônjuges e os filhos, reduz a probabilidade em 7,32pp, de alocar até 40% do rendimento para poupança, fundamentando-se que a despesa das famílias aumenta com o tamanho da mesma, tal como em Wakita et al. (2000), Soumaré et al. (2016), Lawrence (1991) e Gedela (2012).

Tabela 35. Efeitos marginais da estimativa Probit “Ate40Ren”

Até 40% Rendimento	dy/dx	P> z
InIDDE	0,0030	0,941
GENERO	0,0156	0,564
SOLTEIRO	-0,0291	0,570
CASADO	0,0231	0,679
DIVORCIADO	-0,0186	0,805
SECUNDARIO	0,0238	0,552
SUPERIOR	0,0104	0,819
TRABALHA	0,0532	0,641
DESEMPREGADO	0,0375	0,736
LOCAHAB	0,0008	0,976
SOZINHO	0,03845	0,428
CONJUGES	-0,0732	0,018
DEPENDENT	0,0668	0,080
INQUIRIDO	0,0043	0,882
CONTRIBUI	-0,0036	0,904
COBANC	0,0439	0,522
BAIXOREND	0,0306	0,653
CONTAOUTR	0,0016	0,986
CUSTO	0,0977	0,261
MUIMPORT	0,0323	0,583
PLANIFICA	0,1326	0,000
ATE90	0,1777	0,000
IMPORPOUP	0,1805	0,004
EMPREST	-0,0240	0,388
ACESSINFOFIN	-0,0095	0,734

Fonte: Elaboração própria. Consideraram-se os níveis de significância estatística a 1%, 5% e 10%.

Também verificamos que aumenta a probabilidade de direcionar o que se ganha até 40% da poupança em 6,68pp quando a pessoa tem dependentes sob a sua responsabilidade, em média, relativamente às pessoas que não tem dependentes. Este resultado pode ser compreendido e justificado pela necessidade de ter uma conta para poupar para gastos

futuros com o dependente ou por motivo de precaução devido a eventos imprevistos, assim como em Douthitt e Fedyk (1989).

A planificação das despesas, ter um rendimento até 90.000,00Kzs e crer que a poupança tem uma grande importância na sustentação de projetos futuros como investimento, aquisição de bens duradouros ou mesmo para despesas irregulares, mostraram-se determinantes importantes na decisão da alocação do rendimento a poupança, sendo que, aumentam a probabilidade de destinar até 40% do que ganham para poupança na ordem de 13,26pp; 17,77pp e 18,04pp, respetivamente, em média, similar à evidência empírica apresentada em Lusardi (2001).

4.2. Determinantes da poupança por província

Apresentamos nas tabelas abaixo os resultados dos efeitos marginais da estimativa Probit para cada província, com o propósito de verificarmos os determinantes relevantes para o comportamento da poupança. Verificamos que existe diferenciação do género no comportamento da poupança nas províncias de Luanda, Bengo, Kwanza Norte, Malanje e Huambo, ou seja, ser homem nestas províncias incrementa a probabilidade de poupar e nada podemos aferir sobre esta característica na província de Benguela. Esta conclusão sobre discriminação de género é consistente com os resultados de Zins e Weill (2016), Allen et al. (2016), e Soumaré et al. (2016).

Descobrimos também que o estado civil provoca uma influência negativa no comportamento da poupança das famílias angolanas. Por exemplo, ser solteiro reduz significativamente a probabilidade em todas as províncias em análise, enquanto ser casado não influencia a poupança nas províncias de Luanda e Malanje, mas afeta negativamente a probabilidade de poupar nas províncias do Bengo, Benguela, Kwanza Norte e Huambo. Já ser divorciado, reduz a probabilidade de poupar nas províncias do Bengo, Kwanza Norte e Huambo, apesar de esta variável não se revelar importante nas demais províncias.

Encontramos significância estatística e positiva da escolaridade (secundário e superior) no comportamento da poupança em todas as províncias, revelando que a cada acréscimo na escolaridade, isso aumenta a probabilidade de poupar, corroborando com os trabalhos desenvolvidos por Oliveira (2017), Zins e Weill (2016), Gaisina e Kaidorova (2017), e Allen et al. (2016). O local de habitação é uma característica que impacta de forma significativa e positiva a poupança nas províncias de Benguela e Kwanza Norte,

viver no centro urbano nestas províncias eleva a probabilidade de a pessoa poupar, o que não acontece nas demais províncias analisadas. Também encontram significância estatística desta variável na influência da poupança Shawa (2016), Loayza et al. (2000) e Elbadawi e Mwege (2000).

Tabela 36. Efeitos marginais da estimativa Probit para “Luanda, Bengo e Benguela”

POUPANÇA	Luanda		Bengo		Benguela	
	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z
lnIDDE	-0,0213	0,407	-0,0153	0,616	0,0073	0,805
GENERO	0,0487	0,010	0,0554	0,011	-0,0339	0,113
SOLTEIRO	-0,0864	0,007	-0,1519	0,000	-0,1410	0,000
CASADO	-0,0060	0,891	-0,1923	0,005	-0,1648	0,018
DIVORCIADO	-0,1163	0,131	-0,2613	0,007	-0,0069	0,922
SECUNDARIO	0,0657	0,008	0,0578	0,061	0,1100	0,000
SUPERIOR	0,0511	0,029	0,0594	0,056	0,0950	0,000
TRABALHA	-0,0004	1,000	0,0628	0,529	0,1216	0,259
DESEMPREGADO	-0,0425	0,655	0,0097	0,912	0,0610	0,345
LOCAHAB	-0,0093	0,608	0,0249	0,229	0,0529	0,006
SOZINHO	-0,0007	0,982	-0,0032	0,930	0,0506	0,077
CONJUGES	-0,0104	0,590	-0,0049	0,839	0,0150	0,519
DEPENDENT	-0,0131	0,567	0,0735	0,021	0,0539	0,078
INQUIRIDO	-0,0349	0,053	-0,0475	0,030	-0,0544	0,010
CONTRIBUI	-0,0271	0,151	-0,00795	0,733	-0,0102	0,650
COBANC	0,0524	0,232	0,1055	0,071	0,1488	0,013
BAIXOREND	-0,0114	0,779	0,0573	0,172	0,0376	0,356
CONTAOUTR	-0,0196	0,742	-0,0128	0,849	0,0643	0,132
CUSTO	-0,0330	0,625	0,0523	0,366	0,0296	0,624
MUIMPORT	0,0690	0,113	-0,0148	0,724	0,0011	0,979
PLANIFICA	0,1188	0,000	0,1282	0,000	0,1162	0,000
ATE90	-0,0330	0,677	0,0239	0,287	0,0069	0,746
IMPORPOUP	0,1541	0,004	0,1926	0,001	0,1976	0,001
EMPREST	0,0411	0,019	0,0542	0,009	0,0303	0,137
ACESSINFOFIN	0,0103	0,567	0,00815	0,708	-0,0062	0,767

Fonte: Elaboração própria. Consideraram-se os níveis de significância estatística a 1%, 5% e 10%.

O tamanho do agregado explica o comportamento da poupança somente na província de Benguela, onde observamos que o agregado composto apenas por uma pessoa (sozinho) tem maior probabilidade de destinar o rendimento para a poupança. Para esta variável Douthitt e FedyK (1989) encontraram resultado semelhante e Hao (1996) e Wakita et al. (2000) encontraram resultados contrários. Ter dependentes (filhos, parentes, etc), influência de forma positiva o comportamento da poupança nas províncias do Bengo, Benguela e Kwanza Norte, aumentando a probabilidade de poupar nestas províncias, indo de encontro aos resultados de Wakita et al. (2000). Os resultados permitiram-nos observar que quando a gestão do orçamento familiar é feita apenas por um dos membros do agregado familiar, isso impacta de forma negativa a probabilidade de poupar.

Relativamente a possuir conta bancária, encontramos significância estatística nas províncias do Bengo, Benguela, Kwanza Norte, Huambo, onde ter conta bancária nestas províncias parece aumentar a probabilidade de poupar comparativamente aos que não têm conta bancária em cerca de 10,55pp; 14,88pp; 10,96pp e 10,95pp; respetivamente. Não encontramos significância estatística desta variável nas províncias de Luanda e Malanje. Também Fungáčová e Weill (2015) não encontraram significância estatística.

A planificação do orçamento familiar, ou seja, das receitas e despesas futuras é um determinante da poupança bastante relevante em todas as províncias estudadas, visto que, planificar o orçamento familiar aumenta a probabilidade de poupar. Comportamento similar é apresentado pela variável grau de importância atribuída à poupança, pois quando as pessoas têm noção de que a poupança é um meio importante para a sustentabilidade dos seus projetos financeiros, eles têm maior probabilidade de destinarem parte do que ganham para a poupança. De igual modo, verificamos que o empréstimo é um determinante relevante em quase todas as províncias examinadas, com exceção na província de Benguela, onde esta variável não revelou ser estatisticamente significativa. Estas variáveis foram igualmente preditores importantes da poupança nos estudos desenvolvidos por Lusardi (2001), Shawa (2016) e Ferrucci e Miralles (2007).

Tabela 37. Efeitos marginais da estimativa Probit para poupança “K. Norte, Malanje e Huambo”

POUPANÇA	Kwanza Norte		Malanje		Huambo	
	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z
lnIDDE	-0,0255	0,405	-0,0213	0,407	0,0069	0,828
GENERO	0,0478	0,029	0,0487	0,010	0,0494	0,030
SOLTEIRO	-0,1809	0,000	-0,0864	0,007	-0,1401	0,001
CASADO	-0,2402	0,002	-0,0060	0,891	-0,1450	0,027
DIVORCIADO	-0,2811	0,007	-0,1163	0,131	-0,1817	0,047
SECUNDARIO	0,0975	0,001	0,0657	0,008	0,1160	0,000
SUPERIOR	0,0707	0,014	0,0511	0,029	0,0931	0,001
TRABALHA	0,0471	0,618	-0,0003	1,000	-0,0480	0,592
DESEMPREGADO	0,0078	0,928	-0,0425	0,655	-0,1036	0,446
LOCAHAB	0,0527	0,008	-0,0093	0,608	0,0229	0,291
SOZINHO	0,0242	0,472	-0,0007	0,982	0,0225	0,540
CONJUGES	0,0275	0,263	-0,0104	0,590	0,0015	0,952
DEPENDENT	0,0664	0,041	-0,0131	0,567	0,0522	0,109
INQUIRIDO	-0,0657	0,002	-0,0352	0,053	-0,0564	0,012
CONTRIBUI	-0,0150	0,508	-0,0271	0,151	-0,0245	0,305
COBANC	0,1096	0,062	0,0524	0,232	0,1095	0,053
BAIXOREND	0,0525	0,203	-0,0114	0,779	0,0288	0,525
CONTAOUTR	0,0345	0,536	-0,0195	0,742	-0,0091	0,892
CUSTO	0,0621	0,256	-0,0329	0,625	0,0482	0,444
MUIIMPORT	0,0733	0,141	0,0690	0,113	0,0295	0,525
PLANIFICA	0,15856	0,000	0,1188	0,000	0,1664	0,000
ATE90	0,0167	0,457	-0,0079	0,677	-0,0005	0,984
IMPORPOUP	0,2285	0,000	0,15418	0,004	0,1310	0,019
EMPREST	0,0410	0,050	0,0411	0,019	0,0393	0,074
ACESSINFOFIN	0,0248	0,249	0,0102	0,567	0,0176	0,436

Fonte: Elaboração própria. Consideraram-se os níveis de significância estatística a 1%, 5% e 10%.

4.3. Determinantes para as motivações da poupança

As famílias poupam por diversas razões: reserva de riqueza para situações futuras adversas; alisamento do nível de consumo ao longo da vida, tendo em conta as variações do rendimento; usufruto da variação das taxas de juro; sensação de liberdade e independência financeira; acumulação para compra de bens duráveis como casas ou carros; acumulação para legar a geração futuras; ou simplesmente por avareza. (Browning

e Lusardi, 1996; apud Oliveira, 2017, p. 2; Katona, 1975; Gale e Scholz, 1993; Organization for Economic Cooperation and Development, 1994).

Nesta pesquisa, as motivações para poupar classificaram-se em: criar um negócio, despesas irregulares (férias, viagens, etc.), aquisição de bens duradouros (casas, automóveis, etc.), educação e ajuda inicial aos filhos, despesas imprevistas e utilização na reforma. Nwachukwu e Egwaikhide (2007) em Shawa (2016, p. 100), argumentam que num ambiente onde o autofinanciamento e os empréstimos bancários compõem a maior parte dos fundos de investimento, a acumulação de poupança financeira é determinada mais pelo desejo de investir do que pelo desejo de viver com juros. Como resultado, a maior parte da poupança das famílias será na forma de ativos monetários e quase monetários.

As tabelas 38 e 39 apresentam os resultados dos efeitos marginais da estimativa Probit, expressando como cada motivação é afetada pelas características individuais, demográficas ou pelo comportamento financeiro.

Os nossos resultados revelam que a motivação de poupar para abrir um negócio em Angola é influenciada principalmente pelo género, local da habitação, ter dependentes, ter conta bancária, planificar as receitas e despesas e pelo empréstimo. Ser homem e viver no centro da cidade incrementa a probabilidade em 6,05pp e 5,13pp da pessoa poupar para abrir um negócio no futuro em comparação a ser mulher e viver na periferia. Esta probabilidade decresce 4,82pp e 3,87pp, respetivamente, quando a pessoa tem dependentes ou quando é o único a contribuir para o rendimento do agregado familiar relativamente às pessoas que não têm dependentes e quando existe mais de uma pessoa a contribuir para o rendimento do agregado familiar.

Ter uma conta bancária, planificar as despesas e receitas do agregado familiar e usar o empréstimo para satisfazer as necessidades de liquidez eleva a probabilidade de poupar para abrir um negócio na ordem de 7,15pp, 5,93pp e 3,63pp, respetivamente, em média, em relação a não ter conta bancária, não planificar as despesas e receitas do agregado familiar e não solicitar empréstimo.

Quanto à motivação de poupar para despesas irregulares como férias e viagens, verificamos que ser divorciado ou ter dependentes reduz a probabilidade de a pessoa destinar as suas poupanças para este propósito por cerca de 6,32pp e 4,48pp, respetivamente. A probabilidade de poupar para férias e viagens aumenta em 7,10pp quando a pessoa tem o nível de escolaridade superior, 6,92pp quando a pessoa planifica o

seu orçamento, 8,29pp quando as pessoas têm a noção do grau de importância da poupança e apenas 4,29pp quando a pessoa tem acesso a informação financeira, presumindo que esta opte pela motivação mais rentável ou com retornos monetários.

Encontramos como determinantes relevantes para a motivação da poupança para aquisição de bens duradouros como casa e automóvel, o género, o estado civil, a gestão do orçamento, não ter conta bancária, o empréstimo e o acesso a informação financeira, apesar de apresentarem diferentes impactos na probabilidade de poupar.

Verificamos que ser homem, solteiro ou casado, com o nível de escolaridade secundário (médio), gerir o orçamento familiar e ter acesso a informação financeira induz a maior probabilidade de poupar para aquisição de casa ou imóveis. Verificamos uma maior magnitude da probabilidade (12,93pp) quando este é casado em relação ao estado civil solteiro, divorciado ou viúvo. A probabilidade inverte-se quando a pessoa é a única a contribuir para a receita do agregado familiar, se não têm conta bancária porque usa conta de outrem ou devido ao alto custo de obtenção da conta e pelo facto de recorrer ao endividamento como alternativa para as suas necessidades financeiras.

A probabilidade de poupar para educação ou ajuda inicial aos filhos apresentou relação inversa com o estado civil. Verificamos que ser solteiro reduz em 21,52pp a probabilidade de poupar, ser casado reduz 14pp e ser divorciado reduz apenas 11,89pp a probabilidade de poupar para os filhos em comparação com o estado de viuvez. A mesma probabilidade diminui quando a pessoa possui um nível superior, facto que pode ser fundamentado dado que as pessoas mais instruídas serem em número inferior e por terem conhecimento de alternativas que podem melhorar o bem-estar futuro, como por exemplo negócios. De igual modo, o facto de ser o único a gerir o orçamento familiar reduz a probabilidade de poupar para os filhos em cerca de 5,12pp, em média, relativamente a quando o orçamento é feito de forma conjunta.

A probabilidade de poupar para educação e ajuda inicial aos filhos aumenta quando a pessoa vive sozinho ou com cônjuge, quando tem dependentes, se têm conta bancária, auferem um baixo rendimento, tem a noção da importância da planificação do orçamento e planifica as suas receitas e despesas, bem como, com a percepção do grau de importância traduzida pela poupança.

No que concerne à poupança para suportar gastos imprevistos provocados por acidentes, doenças e falecimentos, os resultados parecem indicar que ser solteiro e ser divorciado aumenta a probabilidade em 8,51pp e 15,68pp, respetivamente em relação aos

casados e viúvos. Verificamos igualmente que ter um nível de escolaridade médio ou superior elevam a probabilidade de poupar para gastos imprevistos.

Tabela 38. Efeitos marginais da estimativa Probit “filhos, Imprevistos, Reforma”

VARIÁVEIS	Filhos		Imprevistos		Reforma	
	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z
lnIDDE	0,0076	0,824	0,0200	0,462	0,0007	0,935
GENERO	0,0108	0,643	-0,0234	0,205	-0,0039	0,486
SOLTEIRO	-0,2154	0,000	0,0851	0,033	-0,0347	0,014
CASADO	-0,1401	0,000	0,0779	0,181	-0,0135	0,027
DIVORCIADO	-0,1189	0,001	0,1568	0,095	-0,0082	0,183
SECUNDARIO	0,0119	0,723	0,0861	0,003	-0,0085	0,432
SUPERIOR	-0,0696	0,045	0,1640	0,000	-0,0097	0,236
TRABALHA	0,0590	0,491	0,0165	0,818	-0,057	0,370
DESEMPREGADO	-0,0578	0,535	0,0254	0,775	-0,0170	0,003
LOCAHAB	-0,0150	0,510	0,0045	0,811	-0,0088	0,096
SOZINHO	0,0874	0,092	0,0024	0,943	0,0152	0,294
CONJUGES	0,0599	0,022	0,0078	0,706	-0,0120	0,155
DEPENDENT	0,1795	0,000	-0,0460	0,088	0,0113	0,064
INQUIRIDO	-0,0512	0,048	-0,0702	0,001	0,0009	0,883
CONTRIBUI	0,0199	0,446	0,0292	0,136	-0,0068	0,331
COBANC	0,1042	0,022	-0,0651	0,213	0,0076	0,129
BAIXOREND	0,1836	0,017	-0,0637	0,068	0,0001	0,612
CONTAOUTR	0,0523	0,577	-0,0264	0,593	0,0037	0,822
CUSTO	0,0355	0,733	-0,0252	0,673	0,0787	0,096
MUIMPORT	0,1168	0,003	0,0308	0,431	0,0063	0,364
PLANIFICA	0,0974	0,000	-0,0468	0,078	0,0052	0,422
ATE90	0,0067	0,775	0,0345	0,049	-0,0198	0,004
IMPORPOUP	0,1492	0,000	0,1284	0,000	-0,0284	0,168
EMPREST	-0,0048	0,835	-0,0020	0,915	0,0149	0,037
ACESSINFOFIN	0,0219	0,352	0,0085	0,657	0,0033	0,581

Fonte: Elaboração própria. Consideraram-se os níveis de significância estatística a 1%, 5% e 10%.

A redução da probabilidade de poupar para gastos imprevistos acontece quando a pessoa tem dependentes, é o único membro da família a gerir o orçamento, tem um rendimento baixo e planifica as receitas e despesas. Em termos de pontos percentuais estas características, quando aumentam em um ponto percentual, induzem a diminuição da probabilidade de poupar, em média, na ordem de 4,60pp; 7,02pp; 6,37pp e 4,68pp,

respetivamente. Ter um rendimento mensal até 90.000,00Kzs e ter a noção do grau da importância da poupança conduzem respetivamente ao incremento da probabilidade de poupar para gastos imprevistos em 45pp e 12,84pp.

Efeitos negativos na probabilidade de poupança para reforma são estimulados pelo aumento em um ponto percentual das variáveis estado civil, situação laboral e rendimento, ou seja, ser solteiro reduz em 3,47pp, casado reduz apenas 1,35pp, estar desempregado reduz 1,70pp, e ter um rendimento até 90.000,00 Kwanzas em 1,98pp, em relação a ser divorciado, viúvo, estar empregado e ter um rendimento superior a 90.000,00Kwanzas, em média. O aumento na probabilidade de poupar para a reforma é visível quando a pessoa tem dependentes, usa o empréstimo como alternativa de financiar as suas despesas e se tiveram dificuldade na obtenção da conta bancária devido ao alto custo de abertura de conta, cuja probabilidades são 1,13pp, 1,49pp e 7,87pp, respetivamente. Estes resultados acabam por contrariar a evidência empírica apresentada por Figueiredo (2018), que concluiu que as variáveis características como a situação laboral, grau de informação em relação à reforma e o rendimento como sendo fatores capazes de explicar a poupança para a reforma. Assim como no nosso trabalho, Figueiredo (2018) e Wakita et al. (2000) aferiram sobre uma relação positiva entre o rendimento e a poupança. Mais ainda, Figueiredo (2018) também não encontrou significância estatística da idade na poupança.

4.4. Barreiras ao comportamento da poupança

Soumaré et al. (2016) identificaram e analisaram os determinantes do acesso aos serviços financeiros e da poupança na comunidade económica do Estado da África central (CEDEAO¹⁴ e CEEAC¹⁵), os autores descobriram que, tal como no resto do continente africano, as principais barreiras ao acesso aos serviços financeiros formais na África

¹⁴ CDEAO- Comunidade Económica dos Estados da África Central, fundada em 1975 e constituída por 15 países: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

¹⁵ CEEAC- Comunidade Económica dos Estados da África Central, criada em 1981 no Gabão na cidade de Libreville, composta por onze países membros, dos quais Angola faz parte: Burundi, Camarões, República Centro Africana, Chade, Congo, Brazavile, Guine Equatorial, Gabão, S. Príncipe, República Democrática do Congo.

Ocidental são: a falta de rendimento, a falta de documentação, e a falta de confiança nas instituições financeiras. Especificamente, quando a análise é voltada para a poupança, verificaram que, apenas o rendimento e o *status* de emprego se tornam determinantes significativos na CEEAC, e para a região do CEDEAO, encontraram impactos positivos nas variáveis educação, a idade e a confiança nas instituições. Destaca-se o facto de encontrarem impactos diferentes nas variáveis associadas à determinação da inclusão financeira e à poupança para as duas regiões.

As respostas dadas ao questionário permitiram-nos categorizar em três as barreiras à poupança, sendo elas “não poupar porque o rendimento é baixo”, “não poupar porque não é prioridade” e “não poupar por que faz despesas por impulso”. A tabela 39 apresenta o resultado dos efeitos marginais da estimativa Probit. Os resultados refletem os principais fatores que influenciam positiva ou negativamente as barreiras e, entretanto, verificamos que ser homem, ter a escolaridade secundária ou superior e viver nos centros urbanos diminui a probabilidade de não poupar porque o rendimento é baixo, aproximadamente em 4,32pp, 7,52pp, 5,61pp e 2,99pp, respetivamente em comparação com ser mulher, não ter qualquer instrução e viver na periferia, corroborando com os resultados apresentados em Zins e Weill (2016), Allen et al. (2016) e Soumaré et al. (2016).

A probabilidade de não poupar devido a um baixo rendimento aumenta 10.41pp quando a pessoa é solteira, 10,55pp quando a pessoa é casada e 4,10pp quando há apenas uma pessoa a responsabilizar-se pela gestão do orçamento familiar relativamente ao estado divorciado e viúva e quando a gestão do orçamento do agregado familiar é feito de forma conjunta, assim como sustentam os resultados de Ozcan e Ertac (1996), Oliveira (2017), Alves e Cardoso (2010) e Rodrigues et al. (2018).

No que diz respeito a “não poupar porque não é prioridade”, os resultados parecem indicar que a probabilidade de a pessoa não poupar porque não é prioridade decresce 1,20pp quando a pessoa possui a escolaridade secundária, 1,15pp quando a pessoa está desempregada, 1,81pp quando a pessoa planifica o seu orçamento e 1,06pp quando a pessoa auferir uma renda até 90.000,00Kwanzas, em média, em relação à pessoa que possui ensino superior, está empregada, não planifica o orçamento e auferir uma renda superior a 90.000,00Kwanzas.

Encontramos significância estatística para a barreira “despesa por impulso” nas variáveis escolaridade, situação laboral e o grau de importância atribuído à poupança.

Averiguamos que o aumento na escolaridade eleva a probabilidade em 3,06pp em não poupar devido às despesas por impulso. Os resultados confirmam a relação positiva entre a situação laboral e a barreira da poupança “despesa por impulso”, sendo que a maior magnitude na probabilidade de não poupar devido a despesa por impulso é verificada quando o indivíduo é desempregado e na ordem de 91,90pp, como em Blundell et al. (2010). Constatamos que esta barreira diminui quando a pessoa tem percepção do grau de importância da poupança e reduz em cerca de 5,91pp a probabilidade de não poupar devido a despesas por impulso.

Tabela 39. Efeitos marginais da estimativa Probit “Renda, Prioridade, Impulso”.

VARIÁVEIS	Renda Baixa		Não é prioridade		Despesa por Impulso	
	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z
lnIDDE	0,0155	0,477	-0,0052	0,458	-0,0077	0,507
GENERO	-0,0432	0,010	-0,0042	0,377	-0,0089	0,287
SOLTEIRO	0,1041	0,000	0,0010	0,889	0,0025	0,884
CASADO	0,1055	0,069	-0,0000	0,998	-0,0002	0,990
DIVORCIADO	0,0439	0,535	0,0076	0,629	0,0980	0,113
SECUNDARIO	-0,0752	0,001	-0,0120	0,076	0,0306	0,014
SUPERIOR	-0,0561	0,002	-0,0058	0,290	0,0319	0,166
TRABALHA	-0,1001	0,268	-0,0217	0,462	0,0741	0,000
DESEMPREGADO	-0,0285	0,549	-0,0115	0,018	0,9190	0,000
LOCAHAB	-0,0299	0,042	0,0082	0,127	0,0032	0,683
SOZINHO	-0,0074	0,779	0,0015	0,839	0,0048	0,753
CONJUGES	0,0172	0,292	-0,0016	0,765	-0,0020	0,831
DEPENDENT	0,0073	0,702	-0,0048	0,453	-0,0139	0,292
INQUIRIDO	0,0410	0,005	0,0033	0,491	0,0037	0,672
CONTRIBUI	0,0129	0,429	0,0067	0,168	0,0019	0,836
COBANC	-0,0232	0,467	-0,0015	0,860	-0,0022	0,891
BAIXOREND	-0,0038	0,898	0,0131	0,344	0,0142	0,498
CONTAOUTR	-0,0317	0,308	0,1074	0,111	0,0060	0,830
CUSTO	-0,0427	0,169	0,0326	0,393	0,0417	0,413
MUIIMPORT	-0,0282	0,447	-0,0082	0,351	-0,0040	0,802
PLANIFICA	-0,1464	0,000	-0,0181	0,048	0,0041	0,663
ATE90	0,03312	0,041	-0,0106	0,066	0,0018	0,825
IMPORPOUP	-0,1066	0,027	-0,0076	0,550	-0,0591	0,053
EMPREST	-0,0131	0,385	-0,0066	0,138	-0,0029	0,708
ACESSINFOFIN	-0,0208	0,176	0,0076	0,236	-0,0086	0,246

Fonte: Elaboração própria. Consideraram-se os níveis de significância estatística a 1%, 5% e 10%.

4.5. Determinantes das formas de poupança

Encontramos em Oliveira (2017) que são várias as formas que a poupança das famílias pode assumir. Podem ser constituídas em instituições financeiras e, assim, assumir a forma de contas poupança, depósitos a prazo, títulos do Tesouro, fundos ou planos de reforma, entre outros. Por outro lado, a poupança pode ser constituída sob a forma de ativos não financeiros, tais como terrenos, casas, veículos ou outras propriedades. A poupança das famílias em ativos não financeiros pode ser parcialmente explicada pela percepção das famílias de que os ativos não financeiros têm taxas reais de retorno mais elevadas em comparação com os depósitos bancários (Carpenter e Jensen, 2002, em Oliveira, 2017). Quando nos propusemos a analisar os fatores que influenciam a forma como as famílias fazem a poupança em Angola, verificamos que estas fazem poupança depositando numa conta bancária à ordem, num depósito a prazo rendendo juros, na aquisição de instrumentos financeiros (ações e títulos), na aquisição de imóveis e que guardam dinheiro em casa. Examinamos os fatores que influenciam cada forma de poupar e os resultados dos efeitos marginais das estimativas são apresentados na tabela 40.

Evidenciamos que a forma de poupar correspondente em “deixar o dinheiro no banco numa conta à ordem” é impactada pelo nível de escolaridade, número de dependentes do agregado, planificação do orçamento do agregado familiar, ter conta bancária, baixo rendimento, custos para obtenção da conta bancária, pela remuneração até 90.000,00 Kwanzas, grau de importância atribuída a poupança e pelo empréstimo. A probabilidade de poupar deixando o dinheiro numa conta de depósito à ordem aumenta com o nível de escolaridade secundária em 14,50pp e superior 19,29pp e ter conta bancária aumenta esta probabilidade em 22,69pp, comparativamente às pessoas que não tem nenhuma instrução e não têm conta bancária, em média. Verificamos igualmente que cresce a probabilidade de poupar deixando o dinheiro numa conta à ordem quando o indivíduo tem dependentes, planifica os seus gastos, auferir um rendimento até 90.000,00Kwanzas, tem a noção do grau de importância imposta pela poupança para execução e financiamento dos seus projetos futuros e o uso de empréstimo para satisfação da necessidade de liquidez, sendo que estas probabilidades aumentam na ordem de 6,99pp, 17,30pp; 9,97pp; 22,72pp e 11;39pp, respetivamente em relação a não ter dependente, não planificar o orçamento, auferir um rendimento inferior a 90.000,00Kwanzas e não ter a noção do grau de importância da poupança.

Os resultados parecem indiciar impactos negativos na probabilidade de poupar se for deixado o dinheiro numa conta à ordem, quando apenas um dos membros da família é responsável pela gestão do orçamento familiar, reduzindo a probabilidade em 7,30pp e quando o individuo não tem conta bancária devido ao baixo rendimento em 13,18pp ou pelo custo de obtenção da conta em 40,36pp, em média. Pelas magnitudes da variação dos impactos aferimos que o facto de não ter conta bancária devido ao custo é um grande entrave a esta forma de poupar, como enunciado por Demirguc-Kunt e Klapper (2012).

Tabela 40. Estimativa Probit para as formas de poupar

VARIÁVEIS	Deposito a Ordem		Deposito a prazo		Instrumentos Financeiro		Guardar dinheiro em casa	
	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z	dy/dx	P> z
lnIDDE	-0,0331	0,457	-0,0105	0,593	-0,0005	0,910	0,0289	0,302
GENERO	0,0651	0,027	0,0121	0,329	0,0016	0,603	-0,0454	0,016
SOLTEIRO	-0,0211	0,709	-0,0706	0,014	-0,0016	0,753	-0,0357	0,329
CASADO	-0,0210	0,734	-0,0358	0,060	0,0041	0,540	-0,0503	0,129
DIVORCIADO	-0,1206	0,118	-0,0068	0,815	0,0015	0,801	-0,0379	0,377
SECUNDARIO	0,1450	0,001	0,0090	0,628	0,0016	0,700	0,0140	0,574
SUPERIOR	0,1929	0,000	0,0313	0,223	-0,0074	0,069	-0,0424	0,131
TRABALHA	0,1462	0,188	-0,0283	0,629	0,0172	0,005	-0,0678	0,426
DESEMPREGADO	0,0056	0,965	-0,0100	0,829	0,5727	0,006	-0,0006	0,993
LOCAHAB	0,0125	0,681	-0,0000	0,997	0,0105	0,012	0,0171	0,378
SOZINHO	0,0555	0,328	0,0383	0,227	0,0087	0,432	-0,0367	0,175
CONJUGES	0,0413	0,236	0,0163	0,268	0,0015	0,674	-0,0129	0,525
DEPENDENT	0,0699	0,087	-0,0176	0,389	0,0045	0,154	0,0078	0,714
INQUIRIDO	-0,0730	0,027	0,0362	0,012	0,0076	0,073	-0,0582	0,006
CONTRIBUI	-0,0151	0,656	-0,0169	0,301	-0,0014	0,686	0,0378	0,049
COBANC	0,2269	0,001	0,0088	0,763	-0,0278	0,342	-0,0682	0,162
BAIXOREND	-0,1318	0,078	-0,0281	0,263	-0,0062	0,071	0,1416	0,024
CONTAOUTR	-0,1119	0,236	0,0684	0,320	-0,0053	0,072	0,0657	0,361
CUSTO	-0,4036	0,000	0,0973	0,237	-0,0008	0,916	0,2452	0,019
MUIMPORT	0,0256	0,722	-0,0757	0,087	0,0005	0,782	0,0591	0,031
PLANIFICA	0,1730	0,000	0,0629	0,000	0,0009	0,796	-0,0411	0,118
ATE90	0,0997	0,001	-0,0528	0,000	-0,0017	0,626	0,0426	0,019
IMPORPOUP	0,2272	0,000	-0,0009	0,975	-0,0157	0,358	0,06027	0,033
EMPREST	0,1139	0,000	-0,0238	0,051	0,0071	0,087	-0,0355	0,054
ACESSINFOFIN	0,0158	0,607	0,0344	0,018	0,0034	0,333	-0,0244	0,195

Fonte: Elaboração própria, Consideraram-se os níveis de significância estatística a 1%, 5% e 10%.

Ser solteiro ou casado, ter a percepção da relevância da planificação do orçamento, auferir uma renda até 90.000,00 Kwanzas e recorrer ao empréstimo como alternativa para satisfação das necessidades de recursos financeiros, reduz a probabilidade de poupar aplicando o dinheiro numa conta a prazo, na ordem de 7,06pp; 3,58pp; 7,57pp e 2,38pp, respetivamente em comparação à ser divorciado ou viúvo, não planificar o orçamento, auferir uma renda superior a 90.000,00Kwanzas e não usar o empréstimo como alternativa de fonte para satisfação da necessidade de recurso financeiro. Dado que, ser o único membro da família a gerir o orçamento, planificar as receitas e despesas das famílias e ter acesso a informação financeira elevam a probabilidade de poupar aplicando o dinheiro numa conta a prazo, a render juros, cujas probabilidades são, respetivamente, 3,62pp; 6,29pp e 3,44pp.

Relativamente à aquisição de instrumentos financeiros, encontramos significância estatística na variável escolaridade superior, situação laboral, local da habitação, gestão do orçamento familiar, rendimento e empréstimo. Observamos que ter o nível de escolaridade superior e auferir um rendimento baixo reduz a probabilidade em 0,74pp e 0,05pp de poupar, adquirindo instrumentos financeiros, similarmente ao fundamentado por Oliveira (2017), Shawa (2016) e Zins e Weill (2016). Curiosamente, os resultados mostraram que estar empregado ou desempregado aumenta a probabilidade de adquirir instrumentos financeiros como forma de poupança, mas o maior impacto na probabilidade é apresentado quando a pessoa é desempregado em 57,27pp, sendo que quando uma pessoa é bastante instruída financeiramente, ainda que este esteja desempregado, usará a poupança que foi acumulando ao longo da vivência de forma a tirar o máximo retorno e assim enfatiza a aquisição de instrumentos financeiros. O outro fator relevante para o uso de instrumentos financeiros como forma de poupança é o empréstimo, apesar de em termos de dimensão de impacto este apresentar apenas um aumento na probabilidade de 0,07pp.

As probabilidades de guardar dinheiro em casa como forma de poupança reduzem em 4,54pp, 5,82pp e 3,55pp, respetivamente, quando se é homem, responsável pela gestão do orçamento familiar e ao ter como alternativa de financiamento o empréstimo em relação as mulheres. Relativamente aos estudos já realizados, obtivemos uniformidade com os resultados de Allen et al. (2016) e Fungáčová e Weill (2015).

Aumenta ainda a probabilidade de guardar dinheiro em casa em 0,3pp, 14,16pp, 0,42pp, 24,52pp e 0,60pp as seguintes características: ser o principal elemento

da família que contribui para a receita do agregado, ter rendimento baixo ou até 90.000,00 Kwanzas, não ter conta bancária devido ao custo de abertura de conta e ter noção do grau de importância da poupança. Realça-se que das características que aumentam a probabilidade de guardar o dinheiro em casa, o não ter conta bancária devido ao elevado custo de abertura de conta apresenta a maior dimensão ou impacto na probabilidade por cerca de 24,52pp relativamente aos que tem conta bancária.

4.6. Determinantes da inclusão financeira

A inclusão financeira foi medida através da agregação das variáveis poupança, conta bancária e empréstimo, se o indivíduo responder que faz poupança, possui uma conta bancária, e que já recorreu a empréstimo para financiar as suas necessidades de liquidez a nossa variável dependente inclusão financeira toma o valor “1”¹⁶ e se a resposta for contrária ela toma o valor “0”(ver Fungáčová e Weill 2015; Zins e Weill 2016) . A tabela 41 apresenta o resultado do efeito marginal da estimativa Probit para o comportamento da inclusão financeira. Descobrimos que são fatores fundamentais para inclusão financeira em Angola, a idade, o género, a renda e o acesso a informação financeira.

Inferimos que com o aumento na idade isso provoca uma redução aproximadamente de 8,72pp na probabilidade de ser incluído no sistema financeiro, contrariando os resultados evidenciados por Jossefa (2011) e Zins e Weill (2016), que mostraram que o aumento na idade eleva a probabilidade de ser incluído no sistema financeiro. Verificamos que há discriminação de género em Angola, ou seja, ser homem aumenta em 10,82pp a probabilidade de ser incluído no sistema financeiro em relação as mulheres, resultado que sustenta os estudos de Zins e Weill (2016) e Soumaré et al. (2016). Aumenta também a probabilidade de ser incluído no sistema financeiro, e na

¹⁶ Basta satisfazer uma das condições para que a variável dependente (dicotómica) assumo o valor “1” ou seja, para identificarmos se o indivíduo está incluído no sistema financeiro. Realça-se que ainda que a pessoa não tenha uma conta bancária numa instituição e afirma que faz poupança ou já solicitou empréstimo, consideramos igualmente que está incluído financeiramente, apesar de esta inclusão ser no sistema informal, uma vez que a economia angolana é dualista.

ordem de 19,39pp, quando a pessoa tem consciência da importância da gestão do orçamento familiar.

Não ter conta bancária devido a um rendimento baixo ou porque usa conta de outrem diminui em 18,05pp e 13,84pp, respetivamente, a probabilidade de ser incluído no sistema financeiro comparativamente aos que têm conta bancária, concordando-se com os resultados apresentados por Demirguc-Kunt e Klapper (2012). Já ter um rendimento mensal até 90.000,00 Kwanzas diminui a probabilidade de ser incluído no sistema financeiro, resultado uniforme com os apresentados por Jossefa (2011), Zins e Weill (2016) e Fungáčová e Weill (2015).

Tabela 41. Efeitos marginais da estimativa Probit para “Inclufin”

INCLUFIN	dy/dx	P> z
lnIDDE	-0,0872	0,009
GENERO	0,1082	0,000
SOLTEIRO	-0,0607	0,184
CASADO	-0,0023	0,959
DIVORCIADO	0,0264	0,684
SECUNDARIO	0,0578	0,104
SUPERIOR	0,0178	0,674
TRABALHA	-0,0065	0,942
DESEMPREGADO	-0,0774	0,288
LOCAHAB	0,0161	0,474
SOZINHO	0,0273	0,541
CONJUGES	0,0166	0,520
DEPENDENT	0,0080	0,789
INQUIRIDO	-0,0185	0,446
CONTRIBUI	0,0141	0,567
BAIXOREND	-0,1805	0,000
CONTAOUTR	-0,1384	0,000
CUSTO	0,0076	0,569
MUIMPORT	0,1939	0,000
PLANIFICA	-0,0098	0,745
ATE90	-0,0519	0,026
IMPORPOUP	0,0510	0,278
ACESSINFOFIN	0,1012	0,000

Fonte: Elaboração própria. Consideraram-se os níveis de significância estatística a 1%, 5% e 10%.

Ter acesso a informações financeiras aumenta a capacidade de tomar decisões racionais de investimento, fazer poupança e tirar o maior proveito dos serviços financeiros. Os resultados da nossa estimação parecem evidenciar que ter acesso a informação financeira eleva a probabilidade em 10,12pp de ser incluído no sistema financeiro em relação aqueles que não tem qualquer acesso a informação financeira. Assim como previsto em Figueiredo (2018), Lusardi (2001) e Braga e Lopes (2009).

4.7. Comportamento dos indicadores da inclusão financeira

Relativamente aos principais indicadores da inclusão financeira, apresentamos os resultados na tabela 42. Constatamos que ter conta bancária em Angola é influenciada pelo estado civil, escolaridade, rendimento, percepção da importância e a necessidade de poupar e o acesso a informação financeira.

Quanto ao empréstimo, verificamos que é uma decisão que sofre impacto pela idade, género, escolaridade, local da habitação (periferia ou centro urbano), rendimento, gestão do orçamento e acesso a informação financeira. A escolaridade secundária ou superior e o acesso a informação financeira incute aos indivíduos a relevância de ter uma conta bancária e dá-lhes a capacidade de tirar o máximo proveito dos serviços financeiros. As pessoas mais instruídas preocupam-se com o seu bem-estar futuro e dos seus próximos e motivam-se a fazer poupança, para abrir um negócio, para a educação dos filhos, para despesas imprevistas ou para usar na velhice, tal como encontrou Allen et al. (2016).

Na nossa estimação observamos que é estatisticamente significativa a influência da escolaridade (secundário, superior e o acesso a informação financeira) na obtenção de uma conta bancária e o uso do empréstimo como alternativa de financiamento. Deste modo, ter ensino superior e acesso a informação financeira, aumentam a probabilidade de ter uma conta bancária em 7.15pp e 5.6pp, em média, respetivamente em relação a não ter acesso a informação financeira, coincidindo com os resultados positivos obtidos por Allen et al. (2016), Zins e Weill (2016), Soumaré et al. (2016) e Fungáčová e Weill (2015). Aferimos que ter ensino secundário aumenta em 9,71pp, e ter acesso a informação financeira em 9,75pp, a probabilidade de pedir um empréstimo para satisfação da necessidade de recursos financeiros, diferente dos que não têm acesso a informação financeira.

Tabela 42. Efeitos marginais da estimativa Probit para indicadores da inclusão financeira

VARIÁVEIS	Conta Bancária		Empréstimo	
	dy /dx	P> z	dy /dx	P> z
lnIDDE	-0,0443	0,191	-0,0871	0,029
GENERO	0,0116	0,600	0,1315	0,000
SOLTEIRO	-0,0502	0,074	-0,0908	0,101
CASADO	-0,0931	0,090	-0,0371	0,511
DIVORCIADO	-0,0400	0,582	-0,0004	1,000
SECUNDARIO	0,0438	0,122	0,0971	0,013
SUPERIOR	0,0715	0,004	0,0532	0,267
TRABALHA	-0,0560	0,076	-0,0264	0,815
DESEMPREGADO	-0,1210	0,197	-0,0793	0,457
LOCAHAB	0,0234	0,264	0,0468	0,086
SOZINHO	0,0274	0,353	0,0225	0,656
CONJUGES	0,0615	0,014	0,0011	0,971
DEPENDENT	0,0250	0,410	0,025	0,492
INQUIRIDO	-0,0120	0,633	0,0073	0,801
CONTRIBUI	0,0093	0,733	0,0173	0,563
BAIXOREND	-0,8874	0,000	0,0991	0,018
CONTAOUTR	-0,8835	0,000	0,2702	0,000
CUSTO	-0,9163	0,000	0,3280	0,000
MUIMPORT	-0,0218	0,521	0,1957	0,000
PLANIFICA	-0,0050	0,844	-0,0174	0,627
ATE90	0,0018	0,940	-0,0441	0,116
IMPORPOUP	-0,0527	0,020	-0,0979	0,135
ACESSINFOFIN	0,0566	0,006	0,0975	0,001

Fonte: Elaboração própria, Consideraram-se os níveis de significância estatística a 1%, 5% e 10%.

Encontramos uma relação inversa entre a idade e o empréstimo, demonstrando que a cada ano a mais de vida a probabilidade de recorrer ao empréstimo para financiar as suas necessidades de recursos reduz em cerca de 8,71pp, contrariando o resultado apresentado por Allen et al. (2016). Ser um indivíduo do sexo masculino aumenta a probabilidade de solicitar empréstimo para satisfazer as necessidades de liquidez em cerca de 13,15pp em relação às mulheres, em média. Em relação ao empréstimo o resultado indica que as mulheres são discriminadas, assim como evidenciado nos resultados obtidos por Fungáčová e Weill (2015) e Zins e Weill (2016). Verifica-se também uma relação positiva entre viver no centro urbano e a solicitação de empréstimo, visto que há uma grande

concentração de instituições financeira nestes locais e os residentes têm maior acesso a informação e oportunidades de empreender. Estima-se que em média um aumento de um ponto percentual na variável viver nos centros urbanos eleva a probabilidade de solicitar um empréstimo aproximadamente em 4,68pp relativamente aos que vivem na periferia, relacionado com os resultados previstos por Anson et al. (2013) e Soumaré et al. (2016). Quando o homem é solteiro, em média, a probabilidade de ter uma conta bancária reduz cerca de 5,02pp. A mesma probabilidade reduz ainda mais ou cerca de 9,31pp quando o homem é casado, diferenciando-se com os divorciados e viúvos. Enquanto uma relação direta e positiva entre o estado civil e possuir conta foi previsto por Allen et al. (2016), relativamente à gestão do orçamento familiar verificamos que quando esta tarefa é dívida com os cônjuges, aumenta a probabilidade ter conta bancária em 6,15pp.

Quando o homem trabalha e este tem a noção do grau de importância da poupança para a sustentabilidade dos seus projetos, a probabilidade de ter conta bancária reduz apenas cerca de 5,6% e 5,27%, respetivamente, em relação às mulheres. Mas se este auferir um rendimento baixo, a probabilidade de ter conta bancária reduz consideravelmente em cerca de 88,74pp, bem como, quando este usa a conta de outrem para efetuar as suas transações de pagamentos ou recebimentos, pois usar conta de outrem diminui a probabilidade de ter uma conta bancária em aproximadamente 88,35pp. Allen et al. (2016) verificou que ser homem, ter um rendimento elevado, ser maior de idade e ter um emprego aumenta a probabilidade de ser incluído no sistema financeiro. Para o empréstimo, os resultados indicam que ter rendimento baixo e usar conta de outrem elevam a probabilidade em 9,9pp e 27pp respetivamente, de usar o empréstimo como alternativa de financiamento, o mesmo evidenciado por Allen et al. (2016) e Zins e Weill (2016).

O elevado custo de abertura de conta bancária reduz de forma significativa a probabilidade de ter conta bancária em cerca de 91.63pp. Encontramos um efeito contrário desta variável no empréstimo. As pessoas que mais sentem o impacto do custo de obtenção da conta bancária, porque têm pouco rendimento ou são mais pobres, têm uma probabilidade de cerca de 32,80pp de recorrer ao empréstimo para financiar os seus projetos. Conseguimos obter efeitos positivos e significativos ao relacionar a gestão do orçamento familiar e o empréstimo, ou seja, ter a noção de que é importante gerir e planificar de forma racional aumenta a probabilidade de solicitar empréstimo em cerca de 19,57pp.

4.8. Resumo dos principais resultados

Apresentamos nas tabelas abaixo os principais resultados obtidos em cada estimação, evidenciando os impactos das variáveis explicativas no comportamento das variáveis dependentes:

Tabela 43. Determinantes significativos para poupança e decisão do montante a destinar na poupança.

Variáveis dependentes			
Poupança		Até 40% da Renda	
Variáveis explicativas	Sinal	Variáveis explicativas	Sinal
Ser homem	+	Viver com cônjuges e filhos	-
Ter ensino secundário	+	Ter dependentes	+
Ter ensino superior	+	Planificar o orçamento	+
Ter conta bancária	+	Rendimento até 90.000,00Kzs	+
Planificar orçamento	+	Noção do grau de importância da poupança	+
Noção da importância da poupança.	+		
Empréstimo	+		
Solteiro	-		
Casado	-		
Única pessoa a gerir o orçamento familiar	-		

Fonte: Elaboração própria

Tabela 44. Determinantes significativos para poupança nas províncias de Luanda e Bengo.

Variáveis dependentes			
Poupança em Luanda		Poupança no Bengo	
Variáveis explicativas	Sinal	Variáveis explicativas	Sinal
Ser homem	+	Ser homem	+
Escolaridade (Sec. Sup.) ¹⁷	+	Escolaridade (Sec. Sup.)	+
Ter conta bancária	+	Ter dependentes	+
Planificar orçamento	+	Ter conta bancária	+
Noção da importância da poupança.	+	Noção da importância da poupança	+
Empréstimo	+	Planificar o orçamento	+
Solteiro	-	Empréstimo	+
Casado	-	Estado civil (solt. e Div.)	-
Única pessoa a gerir o orçamento familiar	-	Única pessoa a gerir o orçamento familiar	-

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 45. Determinantes significativos para poupança nas províncias do Kwanza Norte e Malanje.

Variáveis dependentes			
Poupança no K. Norte		Poupança em Malanje	
Variáveis explicativas	Sinal	Variáveis explicativas	Sinal
Ser homem	+	Ser homem	+
Escolaridade (Sec. Sup.)	+	Escolaridade (Sec. Sup.)	+
Viver no centro Urbano	+	Planificar o orçamento	+
Ter dependentes	+	Empréstimo	+
Ter conta bancária	+	Noção do grau de importância da poupança	+
Noção da importância da poupança.	+	Solteiro	-
Empréstimo	+		
Planificar o Orçamento	+		
Estado civil (Sol. Cas. Div.) ¹⁸	-		
Única pessoa a gerir o orçamento familiar	-		

Fonte: Elaboração própria

¹⁷ Escolaridade secundária (ensino médio) e superior.

¹⁸ Estado civil (solteiro, casado e divorciado)

Tabela 46. Determinantes significativos para poupança nas províncias de Benguela e Huambo.

Variáveis dependentes			
Poupança em Benguela		Poupança no Huambo	
Variáveis explicativas	Sinal	Variáveis explicativas	Sinal
Escolaridade (Sec. Sup.)	+	Ser homem	+
Viver sozinho	+	Escolaridade (Sec. Sup.)	+
Viver no centro Urbano	+	Planificar o orçamento	+
Ter dependentes	+	Empréstimo	+
Ter conta bancária	+	Noção do grau de importância da poupança	+
Noção da importância da poupança.	+	Estado civil (Sol. Cas. Div.)	-
Planificar o Orçamento	+	Única pessoa a gerir o orçamento familiar	-
Estado civil (Sol. Cas.)	-		
Única pessoa a gerir o orçamento familiar	-		

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 47. Determinantes significativos para motivações da poupança.

Variáveis dependentes					
Filhos		Imprevistos		Reforma	
Variáveis Explicativas	Sinal	Variáveis Explicativas	Sinal	Variáveis explicativas	Sinal
Viver sozinho	+	Escolaridade (Sec. Sup)	+	Ter dependente	+
Viver com cônjuges e filhos	+	Rendimento até 90.000,00Kz	+	Custo	+
Ter dependentes	+	Ter dependente	-	Empréstimo	+
Ter conta bancária	+	Noção da importância da poupança	+	Rendimento até 90.000,00Kz	-
Baixo Rendimento	+	Planificar orçamento	-	Solteiro	-
Noção da importância da gestão do orçamento familiar	+	Única pessoa a gerir o orçamento familiar	-	Casado	-
Planificar o orçamento	+	Baixo rendimento	-	Desempregado	-
Solteiro	-	Solteiro	-		
Casado	-	Casado	-		
Divorciado	-				

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 48. Determinantes significativos para barreiras à poupança.

Variáveis dependentes					
Renda Baixa		Não é prioridade		Impulso	
Variáveis Explicativas	Sinal	Variáveis Explicativas	Sinal	Variáveis explicativas	Sinal
Ser homem	-	Secundário	-	Secundário	+
Secundário	-	Desempregado	-	Trabalha	+
Superior	-	Planificar o orçamento	-	Desempregado	+
Viver no centro urbano	-	Rendimento até 90.000,00Kz	-	Noção da importância da poupança	+
Planificar o orçamento	-				
Noção da importância da poupança	-				
Única pessoa a gerir o orçamento familiar	+				
Rendimento até 90.000,00Kz	+				
Casado	+				
Divorciado	+				

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 49. Determinantes significativos para formas de poupança depósito à ordem e a prazo.

Variáveis dependentes			
Deposito à ordem		Deposito a prazo	
Variáveis explicativas	Sinal	Variáveis explicativas	Sinal
Ser homem	+	Planificação do orçamento	+
Escolaridade (Sec. Sup.)	+	Acesso à informação financeira	+
Ter dependente	+	Único a gerir o orçamento familiar	+
Planificar o orçamento	+	Empréstimo	+
Ter conta bancária	+	Noção do grau de importância da gestão do orçamento	-
Noção da importância da poupança.	+	Estado civil (Sol. Cas.)	-
Rendimento até 90.000,00Kz	+	Rendimento até 90.000,00Kz	-
Baixo Rendimento	-	Empréstimo	-
Custo de obtenção de conta bancária	-		

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 50. Determinantes significativos para forma de poupança, aquisição de instrumentos financeiros e guardar dinheiro em casa.

Variáveis dependentes			
Instrumento Financeiro	Sinal	Guardar dinheiro em casa	
Variáveis explicativas		Variáveis explicativas	Sinal
Escolaridade superior	-	Ser homem	-
Baixo Rendimento	-	Contribuir para receita do agregado familiar	+
Trabalha	+	Baixo rendimento	+
Desempregado	+	Custo para obter conta bancária	+
Única pessoa a gerir o orçamento familiar	+	Noção do grau de importância da gestão do orçamento familiar	+
Viver no centro urbano	+	Rendimento até 90.000,00Kz	-
Usar conta de outrem para efetuar transações financeiras	-	Noção do grau de importância da poupança	-
Empréstimo	+	Empréstimo	-

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 51. Determinantes significativos para inclusão financeira, conta bancária e empréstimo.

Variáveis dependentes					
Inclusão financeira		Conta bancária		Empréstimo	
Variáveis Explicativas	Sinal	Variáveis Explicativas	Sinal	Variáveis explicativas	Sinal
Idade	-	Escolaridade superior	+	Idade	-
Ser homem	+	Viver com cônjuges e filhos	+	Ser homem	+
Baixo rendimento	-	Informação financeira	+	Escolaridade secundária	+
Usar conta de outrem Para efetuar transações	-	Estado civil (Sol. Cas.)	-	Viver no centro urbano	+
Informação financeira	+	Trabalha	-	Baixo rendimento	+
Noção da importância da Gestão do orçamento familiar	+	Baixo rendimento	-	Usar conta de outrem Para efetuar transações ¹⁹	+
Rendimento até 90.000,00Kz	-	Custo de obtenção da conta bancária	-	Custo de obtenção de conta bancária	+
		Usar conta de outrem Para efetuar transações	-	Noção da importância da gestão do orçamento familiar	+
		Fraca noção da importância da poupança	-	Informação financeira	+

Fonte: Elaboração própria.

¹⁹ Quando a pessoa não tem conta bancária porque usa conta de outrem para efetuar transações (pagamentos e recebimentos), ou porque os custos de obtenção de conta bancária são altos, a única alternativa para contrair empréstimo é o setor informal, que no caso concreto deste estudo, os inqueridos responderam que recorrem aos Kinguilas para solicitar empréstimos para satisfação da necessidade de liquidez.

5. Conclusões

Dadas as características económicas do país, em que o Estado é o principal empregador e tendo como grande sustento da sua economia o petróleo, um bem cujo preço é bastante volátil, estes factos deixam a economia angolana bastante frágil em tempo de baixa do preço deste produto, como aconteceu no ano de 2014. Como alternativa fundamental aponta-se o fomento da atividade empresarial e para tal o sistema financeiro deve funcionar em pleno. A literatura empírica é rica em evidências de que a poupança e a inclusão financeira contribuem para a melhoria das condições de vida dos pobres e de outros grupos marginalizados ou vulneráveis da sociedade, permitindo-lhes acesso ao financiamento. A inclusão financeira permite o desenvolvimento do sistema financeiro, sustenta a poupança interna e estimula a atividade empresarial e empreendedora. Nesta pesquisa investigamos os determinantes microeconómicos da poupança e da inclusão financeira através das características financeiras, demográficas e do comportamento financeiro em Angola. Concentramos a nossa análise sobre a inclusão financeira em três indicadores: possuir uma conta bancária, solicitar empréstimo e a existência de poupança. Para tanto, os resultados de uma pesquisa, sob a forma de questionário, implementada no início de 2019 nas províncias de Luanda, Bengo, Benguela, Kwanza Norte, Malanje e Huambo, foram obtidos. Depois dos dados recolhidos através de um questionário, os mesmos foram analisados estatisticamente e o modelo Probit foi utilizado para analisar os determinantes da inclusão financeira e dos seus componentes. Como variável explicativa adicional, contribuímos para a literatura existente, analisando o papel do acesso à informação e da gestão e planificação do orçamento familiar.

Os resultados indicam que existe discriminação do género na poupança em Angola, sendo que os homens são mais propensos a poupar. A mesma discriminação é encontrada quando analisamos os determinantes da poupança por motivações. Constatamos que os homens são os que mais poupam para abrir um negócio ou para aquisição de bens duradouros, mas quando analisamos as barreiras à poupança verificamos que as mulheres são as que mais deixam de poupar porque o rendimento é baixo. Especificando a nossa análise sobre determinantes da poupança em cada província nada podemos aferir a respeito na província de Benguela, enquanto as demais províncias também discriminam as mulheres relativamente à poupança. Com respeito à inclusão financeira, os nossos

resultados parecem demonstrar igualmente que ser mulher é fator para ser discriminada do sistema financeiro e do acesso ao crédito.

Descobrimos que para além do crédito, é fator relevante para o aumento da probabilidade de poupar a escolaridade (secundário e superior), possuir conta bancária, planificar as receitas e despesas futuras, a perceção do grau de importância da poupança para sustentação da necessidade de recursos financeiros e o empréstimo. Influências negativas na probabilidade de poupar em Angola são provocadas pelo estado civil e com maior relevância para os divorciados, e quando existe apenas um membro do agregado familiar a responsabilizar-se pela gestão do orçamento familiar.

Examinando os fatores que estão na base da definição da parcela de rendimento a destinar a poupança, os resultados mostraram que o tamanho do agregado exerce efeitos negativos na probabilidade de aplicar até 40% do rendimento em poupança. Em oposição, a probabilidade de destinar até 40% do rendimento auferida em poupança aumenta quando o indivíduo planifica os seus gastos e receitas futuras, quando auferir até 90.000,00 Kwanzas e se tiver dependentes (filhos ou parentes).

Cada província estudada tem a sua especificidade em termos de recursos, dimensão, população e infraestrutura, etc. Este facto despoletou assim o nosso interesse em analisar os determinantes da poupança nas seis províncias e como resultado observamos que o estado civil provoca uma influência negativa no comportamento da poupança das famílias. Por exemplo, ser solteiro reduz significativamente a probabilidade em todas as províncias em análise, enquanto ser casado não influencia a poupança nas províncias de Luanda e Malanje, mas afeta negativamente a probabilidade de poupar nas províncias do Bengo, Benguela, Kwanza Norte e Huambo. Já ser divorciado, reduz a probabilidade de poupar nas províncias do Bengo, Kwanza Norte e Huambo.

A escolaridade (secundária e superior), planificação das despesas e receitas futuras e a perceção do grau de importância da poupança revelaram-se determinantes importantes na explicação, de forma positiva, da probabilidade de poupar em todas as províncias, assim como, o empréstimo que não teve qualquer impacto apenas na província de Benguela. Verificamos nos resultados que o local da habitação exerce efeitos positivos na probabilidade de poupar, ou seja, as pessoas que vivem nos centros urbanos, nas províncias de Benguela e Kwanza Norte, têm uma maior probabilidade de

poupar, facto que pode ser justificado pela grande concentração de instituições financeiras e uma maior divulgação da informação nos centros urbanos.

Verificamos que apesar de algumas motivações para poupar terem os mesmos determinantes, o efeito produzido por estes é diferente em cada determinante. A probabilidade de poupar para abrir um negócio aumenta com o género (masculino), o local da habitação (viver na cidade), possuir conta bancária, planificar as despesas e pelo empréstimo. Impactos negativos nesta probabilidade são visíveis pelo número de dependentes, pela escolaridade secundária e quando apenas um dos membros da família suporta as despesas.

Quanto às despesas irregulares (férias, viagens, etc.) encontramos evidências de que estas diminuem a probabilidade de destinar parte do que se ganha para esta motivação de poupança quando a pessoa é divorciada, tem dependentes, recorre ao empréstimo para financiar as suas necessidades de recursos financeiros e se o indivíduo tem acesso a informação financeira. As pessoas que possuem o nível de escolaridade superior, planificam os seus gastos e têm noção do grau de importância para satisfação das suas aspirações, sendo que estas apresentam uma maior probabilidade de poupar para férias e viagens.

Identificamos que ser homem, casado ou solteiro, ter o ensino secundário, gerir o orçamento familiar e ter acesso a informação financeira expande a probabilidade de poupar para aquisição de bens duradouros como casa ou automóvel e esta probabilidade diminui quando este é o único a contribuir para o rendimento do agregado, quando não tem conta bancária (devido ao custo de abertura ou porque usa conta de outro), e quando este tem o empréstimo como fonte alternativa de recursos financeiros.

A probabilidade de poupar para educação e ajuda inicial aos filhos aumenta quando a pessoa vive sozinho ou com cônjuge, quando têm dependentes, têm conta bancária, auferem um baixo rendimento, mas têm a noção da importância da planificação do orçamento e planifica as suas receitas e despesas de forma a conseguir poupar, porque entende que é importante.

Para os determinantes da poupança pelo motivo de gastos imprevistos (acidentes, doenças, falecimentos etc.), descobrimos que ser solteiro ou ser divorciado e ter um nível de escolaridade secundário ou superior, apresentam uma relação positiva com a probabilidade de poupar para satisfação de gastos imprevistos. Vimos igualmente, que a redução da probabilidade de poupar para gastos imprevistos acontece quando a pessoa tem

dependentes e é o único membro da família a gerir o orçamento, tem um rendimento baixo e planifica as receitas e despesas. Os resultados indicam que são fatores importante para poupar para a reforma ter dependentes, empréstimos e a existência de custos na obtenção de conta bancária.

Com base nas respostas dos inquiridos sobre as razões que os impedia de poupar agregamos em três as barreiras à poupança: “não poupam porque o rendimento é baixo”, “não poupam porque não é prioridade” e “não poupam porque fazem despesas por impulso”. Examinando o comportamento de cada barreira, verificamos que estas diminuem com o género (homem), com o local da habitação (centros urbanos), escolaridade (secundário ou superior), situação laboral (empregado), planificar as receitas e os gastos futuros e ter a noção do grau de importância da poupança.

A forma como as pessoas fazem as suas poupanças são determinadas pelo nível de escolaridade, género, ter ou não conta em um banco, ter acesso a informação financeira, com a planificação do orçamento, local da habitação, deter empréstimo e pela renda auferida mensalmente. Ter acesso a informação financeira não produz nenhum efeito na forma de poupar ou em deixar o dinheiro numa conta à ordem, mas esta variável influencia de forma positiva a probabilidade de poupar aplicando o dinheiro numa conta a prazo que rende juros.

Relativamente à inclusão financeira, os resultados indicam que são características chave para ser incluído no sistema financeiro o facto de ser homem, ter a noção do grau de importância da gestão do orçamento e ter acesso a informação financeira. Aumenta a probabilidade de ter conta bancária para o solteiro, ou casado, com escolaridade superior ou para os agregados composto pelos cônjuges e filhos e com acesso a informação financeira. Ser homem, ter pelo menos a escolaridade secundária e viver no centro urbano, e com acesso a informação financeira aumenta a probabilidade de recorrer ao empréstimo numa instituição formal. Ter um rendimento baixo e não ter conta bancária aumenta a probabilidade de contrair empréstimo no sistema financeiro informal.

A principal variável que favorece a inclusão financeira é o acesso a informação financeira, sendo que os nossos resultados mostram efeitos positivos desta variável nos indicadores da inclusão financeira (conta bancária, empréstimo), apesar de nada se poder inferir sobre esta variável na poupança.

Curiosamente não encontramos efeitos significativos da variável idade nas demais estimações além de verificarmos a sua relação inversa com a inclusão financeira e os indicadores da inclusão financeira como conta bancária e o empréstimo.

Com base nestes resultados, sugerimos aos decisores políticos que favoreçam a inclusão financeira através dos seguintes aspetos: 1) A criação de políticas para a expansão das instituições financeiras nas periferias de Angola, a fim de reduzir os custos associados à diferenciação espacial entre instituições e residentes; 2) Rigorosamente implementar políticas que permitam que as pessoas continuem os seus estudos para que possam atingir níveis de relevo nas suas profissões e empregos, de forma a melhorar o seu rendimento; 3) Aumentar os meios e formas de divulgação de informações financeiras. As pessoas informadas têm mais conhecimento sobre as alternativas para rentabilizar as suas poupanças, bem como, as pessoas com necessidades de financiamento de investimento ou outras necessidades saberão mais sobre alternativas para conseguir isso; 4) Inculcar nas famílias a necessidade de mudanças de postura relativamente às opções de consumo, fazendo-as perceber da necessidade da gestão do orçamento e da planificação das despesas e receitas através de palestras nos locais de bastante concentração populacional (mercados, escolas, igrejas, hospitais, jornais, rádios, televisão, etc.); 5) Melhorar e implementar os programas existentes de “*bancarização*” das famílias, diminuindo o custo de obtenção de conta e reduzindo os requisitos necessários; 6) Implementar o empreendedorismo e criação de negócios como disciplinas lecionadas a partir da 6ª classe até ao ensino superior independentemente do curso, como maneiras de criar apetências de negócio desde cedo.

Para pesquisas futuras, sugerimos a expansão do estudo para o país como um todo, envolvendo mais províncias, em vez de nos limitarmos a Luanda, Bengo, Benguela, Kwanza Norte, Malanje e Huambo, usando assim uma amostra mais representativa. Outra possibilidade de pesquisas futuras é analisar os determinantes macroeconómicos da poupança e inclusão financeira em Angola, com o objetivo de avaliar o impacto das características do país sobre este indicador.

A recolha de dados exigiu de nós uma soma avultada de recursos financeiros para suportar os custos relacionados com a estadia e contratação temporária de pessoal para apoio na aplicação do inquérito, facto que limitou a expansão do inquérito para as demais províncias, condicionando assim a nossa amostra em termos de representatividade. Adicionalmente, a nossa base de dados não nos permitiu realizar uma análise do

comportamento da poupança ao longo de um certo período, nem examinar o efeito das características do país na poupança das famílias.

Referências

- Abdulummin, B.A.; Etudaiye-Muhtar, O.F.; Jimoh, A.T.; Sakariyahu, O.R. (2019). An Investigation into the Level of Financial Inclusion in Sub-Saharan Africa. *Scientific Annals of Economics and Business*, Vol. 66, No. 1, pp. 41-63.
- Aghevli, B. B.; Boughton, J. M.; Montiel, P. J.; Villanueva, D. (1990). The Role of National Savings in the World Economy: Recent Trends and Progress IMF occasional Paper, Vol. nd, No 67, pp.1-55
- Ahmed, M.; Awais, M; Rehman, K. U. (2017). Analyzing the Capital Market Movements and Saving Patterns of South Asian Countries: Evidence from Pakistan, Bangladesh, and Sri Lanka. *Foundation University Journal of Business e Economics*, Vol.2, No.2, pp. 68-81.
- Alhassan, A.; Li. L.; Reddy, K.; Duppati, G. (2019). The impact of formal financial inclusion on informal financial intermediation and cash preference: evidence from Africa. *Applied Economics*, In press. DOI: 10.1080/00036846.2019.1593316
- Allen, F.; Carletti, E.; Culle, R.; Qian, J. Q.Q.; Senbet, L.; Valenzuela, P. (2014). The African Financial Development and Financial Inclusion Gaps. *Journal of African Economies*, Vol. 23, No. 5, pp. 614–642
- Allen, F.; Demirgüç-Kunt, A.; Klepper, L.; Peria, M.S.M. (2012). The Foundations of Financial Inclusion: Understanding Ownership and use of formal accounts. *World Bank Policy Research, Working Paper No. 6290*, pp. 196-206
- Allen, F.; Demirgüç-Kunt, A.; Klepper, L.; Peria, M.S.M. (2016). The Foundations of Financial Inclusion: Understanding Ownership and use of formal accounts. *Journal of Financial Intermediation*, Vol. 27, pp. 1-30
- Almeida, L.; Freire T. (1997). *Metodologia da Investigação em Psicologia da Educação*. Coimbra: Apport.
- Alves, N.; Cardoso, F. (2010). A poupança das famílias em Portugal: Evidências Micro e Macroeconómicas. *Boletim Económico-Banco de Portugal*, Vol.16. No.4, pp. 49-70.
- Anson, J.; Berthaud, A.; Klapper, L.; Singer, D. (2013). Financial inclusion and the role of the post office. *Policy Research Working Paper No. 6630*, pp. 1-30

Arok, A. B. (2014). Determinants of Gross Domestic Savings in Kenya. Research Paper Submitted in Partial Fulfilment of the Requirements for the Award of the degree of Master of Arts in Economics of the University of Nairobi. <http://erepository.uonbi.ac.ke/bitstream/handle/11295/76223>, Acessado: 05 de Fevereiro de 2019, 22:56 min

Arun, T.; Kamath. R. (2015). Financial inclusion: Policies and practices. IIMB Management Review, Vol. 27, pp. 267–287

Ary, D.; Razavieh, A.; Jacobs, L. (1989). Introducion a la investigacion pedagógica. MÉXICO: MacGraw Hill. S.A.

Asuming, P.O.; Osei-Agyei, L.G.; Mohammed, J.I. (2019). Financial Inclusion in Sub-Saharan Africa: Recent Trends and Determinants. Journal of African Business, Vol. 20, No. 1, pp. 112-134. DOI: 10.1080/15228916.2018.1484209

Aterido, R.; Beck, T.; Iacovone, L. (2013). Access to finance in Sub-Saharan Africa: Is there a gender gap? World Development, Vol. 47, pp. 102-120.

Athukoroala, P.; Sen, K. (2004). The Determinants of Private Saving in India. Elsevier journal: World Development, Vol.32, No 3, pp.491-503.

Banco Nacional de Angola (2019). Programa de Educação Financeira em Angola. www.provedoriaclientebancario.bna.ao/conteúdos_pc/artigos/detalhes_artigos.aspx?idc=1438.

Bebczuk, R., Gasparini, L., Amendolaggine, J.; Garbero, N. (2015). "Understanding the Determinants of Household Saving: Micro Evidence for Latin America". Centro de Estudios Distributivos, Laborales y Sociales (CEDLAS). Working paper No.189, pp.1-52.

Beck, T.; Cull, R. (2013). Banking in Africa. World Bank Policy Research Working Paper 6684, pp. 913-937.

Bernheim, B. D.; Garrett, D. M. (1996). The determinants and consequences of financial education in the workplace: evidence from a survey of households. Cambridge: National Bureau of Economic Research. Working Paper No. 5667 .Vol.nd, No 4, pp.1-54.

Bernheim, D.; Scholz, J. K. (1993). Private Saving and Public Policy, in James Poterba (ed.), Tax Policy and the Economy, MIT Press: 73-110.

Black, T. (1999). Doing quantitative research in the social Sciences: Na integrated approach to reseaech design, measurement and statistics. Sage Journals, Vol.4, No. 1, pp. nd.

Blau, F. D., Graham, J. W. (1990). Black-White differences in wealth and asset composition. The Quarterly Journal of Economics, Vol. 105, No.n.d, pp. 321–339.

Blundell, R.; Adam, S.; Besley, T.; Bond, S.; Chote, R.; Gammie, J. P.; Myles,G.; Poterba, J. (2010). Tax by Design, Oxford University Press. Vol. nd, No. nd, pp. nd.

Bozkurt, I.; Karaku, R.; Yildiz, M. (2018). Spatial determinants of financial inclusion over time. Journal of International Development, Vol. 30, pp. 1474–1504. DOI: 10.1002/jid.3376

Braga, I.; Lopes, M. d. (2009). Literacia como fundamento da cidadania. 8º Congresso. http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/6807/1/COM_InesBraga_2009_1.pdf. Acedido: dia 14 de Maio de 2019.

Brokesova, Z.; Deck, C.; Peliova, J. (2016). Bringing a Natural Experiment into the Laboratory: The Measurement of Individual Risk Attitudes. University Chapman, Working paper No. 184, pp.1-16.

Browning, M.; Lusardi, A. (1996). Household Saving: Micro Theories and Micro Facts. Journal of Economic Literature. Vol.34, No.4, pp.1797-1855.

Buchanan, J. M. (1976). Barro on the Ricardian Equivalence Theorem. Journal of Political Economy. Vol. 84, No.2, pp. 337–342.

Burrows, P.; Theodor, H. (1974). Macro-Economic Theory: A Mathematical Introduction, John Wily and Sons Ltd, New York, 2ªedition.

Callen, T. Thimann, C. (1997). Empirical Determinants of Household Saving: Evidence from OECD Countries. IMF. Working paper, No. 97/181, pp.1-26.

Cardoso, F. (2008). A Relação entre Poupança e Investimento sob ótica do Princípio da Demanda Efetiva, Fundação Instituto de Pesquisa Económica (FIPE), Vol. n.d, No.330, pp. 29-32.

Carpenter, S.; Jensen, R. (2002). Household Participation in Formal and Informal Saving Mechanisms: Evidence from Pakistan. Review of Development Economics. Vol. 6, No.3, pp.314-328.

Chinweuba, E. T.; Sunday, O. C. (2014). Determinants of Private Domestic Savings in Nigerianm (1970-2010). *Journal of Economics and Sustainable Development*. Vol.5, No.8, pp. 146-155.

Chrestenzen, R.; Santos, S. E. dos (2018). Fatores Determinantes nas Decisões de Consumo das Famílias no Município de Curitiba. *Caderno PAIC (Programa de Apoio a Iniciação científica)*. Vol.19 n. 1, pp.219-242.

Ciftcioglu, S.; Begovic, N. (2010). Are domestic savings and economic growth correlated? Evidence from a sample of Central and East European countries. *Problems and Perspectives in Management*, Vol.8 No 3, pp.28-35.

Collins, S.M. (1991). Saving Determinants in Ten Developing Countries in D. Bernheim and J. Shoven, eds., *National Saving and Economic Performance*, Chicago: University of Chicago Press. Vol.nd, No.nd, pp.nd.

Cooper, W. W.; Kingyens, A. T.; Paradi, J. C. (2014). Two-stage financial risk tolerance assessment using data envelopment analysis. *European Journal of Operational Research*, Vol. 233, No.1, pp.273–280.

Coutinho, C. P. (2018). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática, 2ªEdição*, Editora Almedina. Coimbra.

Deaton, A. S. (2005). Measuring Poverty in a Growing World or Measuring Growth in Poor World. *Review of Economics and Statistics*. Vol.87, No.1,pp.1-19.

Deco. (20 de outubro de 2015). A importância da literacia financeira em idade escolar. <https://decojovem.pt/financas/abc-da-economia-pessoal/> Acedido: dia 11 de Maio de 2019, 15:40 min.

Deco. (20 de outubro de 2017). Poupança em debate nas escolas. Obtido de Deco Jovem: <https://decojovem.pt/financas/poupanca-debate-nas-escolas/>. Acedido: dia 11 de Maio de 2019, 14:30 min.

Demirguc-Kunt, A.; Klapper, L. (2012). Financial inclusion in Africa: An overview. *World Bank Policy Research Working Paper 6088*, pp. 1-18.

Demirguc-Kunt, A.; Klepper, L.; Randall, D. (2013). Islamic Finance and Financial Inclusion: Measuring use of and Demand for formal financial service among Muslim adults. *World Bank Policy Research Working Paper No. WPS 6642*, pp.2-43.

Dohmen, T.; Falk, A.; Huffman, D.; Sunde, U.; Schupp, J.; Wagner, G. G. (2005). Individual Risk Attitudes : New Evidence from a Large, Representative, Experimentally-Validated Survey. *SSRN-Elsevier, Discussion Paper nº 1730*, Vol. nd, pp. nd.

Douthitt, R. A.; Fedyk, J. M. (1989). The use of savings as a family resource management strategy to meet child rearing costs. *Lifestyles: Family and Economic Issues*, Vol.10, No. nd., pp. 233–248.

Eckel, C. C.; Wilson, R. K. (2004). Is trust a risky decision ? *Journal of Economic Behavior & Organization*. Vol.55, No.4; pp.447–465.

Elbadawi, I.A.; Mweha F. (2000). Can Africa's Saving Collapse Be Reversed? *The World Bank Economic Review*. Vol.14, No.3, pp.415-443.

Ercolani, V. (2016). Poupança por motivos de precaução: Teorias, medição e aplicações de política, *Revista de Estudos Económicos-Banco de Portugal*, Vol. 2, No. 4, pp. 1-11.

Feldstein, M.; Horioka, C.. (1980). Domestic Saving and International capital Flows. *Economic Journal*, Vol.90, No 358, pp.314-329.

Ferber, R. (1973). Family decision making and economic behavior: A review. In E. B. Sheldon (Ed.), *Family economic behavior* (pp. 29–61). Philadelphia, PA: J. B. Lippincott.

Fernandes, A. S. F. (2014). O Aumento da Longevidade e a Poupança das Famílias em Portugal. Dissertação de Mestrado-Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/34201>. Acedido: dia 02 de Novembro de 2018,14:54 min.

Ferrucci, G.; C. Miralles (2007). Saving Behaviour and Global Imbalances. *European Central Bank Working Paper Series No. 842*, pp. 4-44.

Figueiredo, T. C. M. L. de (2018). Determinantes da propensão a poupança para reforma em Portugal. Dissertação de Mestrado- Universidade Nova de Lisboa- Information Management School- Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação. <https://hdl.handle.net/10362/4025> Acedido: dia 04 de Março de 2019, 23:20 min.

Fitzsimmons, V. S.; Leach, L. J. (1994). Net worth change: Beginning and expanding life cycle stages. *Financial Counseling and Planning*, Vol.5, No. nd, pp. 65–82.

Francisco, A. da S.; Siúta, M. (2014). Poupança Interna: Moçambique e Outros. Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Informação sobre o Desenvolvimento, Instituições e Análise Sociais (IDEIAS), Boletim nº64p. pp. nd.

Fungáčová, Z.; & Weill, L. (2015). Understanding Financial Inclusion in China. *Review China Economy*, Vol.34, pp. 196-206

Gaisina, S.; Kaidorova, L. (2017). Financial Literacy of Rural Population as a Determinants of Saving Behavior in Kazakhstan. *Rural Sustainability Research*, Vol. 38, No.333, pp.32-42.

Gale, W. G.; Scholz, J. K. (1993). Intergenerational transfers and the accumulation of wealth. Madison, WI: University of Wisconsin Madison, Institute for Research on Poverty. Discussion papers, No.1019-93.

Gamito, S. (2018). Financial inclusion in Africa: Improving it through Fintech. Master Thesis. Dissertation submitted in partial fulfilment of requirements for the MSc in Finance. At the Universidade Católica Portuguesa, June 2018, pp. 1-45. <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/25487/1/2.%20Thesis.pdf>. Acedido: dia 13 de Abril de 2019, 23:10 min.

Gedela, S. (2012). Determinants of Saving Behaviour in Rural and Tribal Households. International Journal of Research in Social Sciences, Vol.2, No. 3, pp. 108-128.

Gourinchas, P.; J.A. Parker (2002). Consumption over Life-Cycle, Journal Econometrica, Vol.70, No.1, pp. 47-89.

Gujarati, D. (2006). Econometria Básica, 4ª Edição, tradução de Maria José Cyhlar Monteiro. Elsevier Editora Ltda. Rio de Janeiro, Brasil.

Han, R.; Melecky, M. (2013). Financial Inclusion for Financial Stability: Access to Bank deposits and the Growth of deposits in the Global Financial Crisis. World Bank Policy Research Working paper 6577, pp. 1-24.

Hannig, A.; Jansen, S. (2010). Financial Inclusion and Financial Stability: Current Policy Issues. Tokyo: Asian Development Bank Institute, ADBI Working Paper No. 259, pp. n.d.

Hao, L. (1996). Family structure, private transfers, and the economic well-being of families with children. Social Forces, Vol.75, No. nd, pp. 262–292.

Haque, N.U; Montiel P. (1989). Consumption in Developing Countries: Tests for Liquidity Constraints and Finite Horizons, The Review of Economics and Statistics, Vol.71, No.3, pp. 408-415.

Harrison, G. W.; Rutström, E. E. (2008). Risk aversion in the laboratory. Emerald: Research in experimental economics. Vol.12, No.8, pp.41–196.

Harvey, C. (1985). Macro Economics in Africa. Macmillan Press Ltd, 4th Edition, London.

Henriques, R.; Simões, M.; Duarte, A. P. (2014). Poupança e Crescimento Económico em Portugal: Cointegração e Causalidade. Impactum: Coimbra University Press, Boletim de Ciências Económicas, Vol.17. No.2, pp.1569-1598.

Holt, C. A., Laury, S. K. (2005). Risk Aversion and Incentive Effects: New Data without Order Effects. *The American Economic Review*. Vol.95, No.3, pp.902–904.

Hubbard, G.; Skinner, J.; Zeldes S. (1995). Precautionary Saving and Social Insurance, *Journal of Political Economy*, Vol.103, No. nd, pp 360-399.

Hussian, N. (1996). Financial Liberalization, Currency Substitution and Investment: The case of Egypt. *African Review of Money Finance and Bank*. Vol.1, No.2, pp.57-86.

Instituto Nacional de Estatística de Angola (2016). Resultados definitivos do Recenseamento Geral da população e Habitação de Angola 2014. http://www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Definitivos%20Censo%20Geral%202014_Versao%2022032016_DEFINITIVA%2018H17.pdf, Acedido: dia 28 de Maio de 2019, 17:40 min.

Jossefa, A.L. (2011). Determinantes do Acesso ao Sistema financeiro: O caso de Moçambique. Dissertação de Mestrado- Universidade Técnica de Lisboa-ISEG. <http://hdl.handle.net/10400.5/3764>.

Katona, G. (1975). *Psychological economics*. New York: Elsevier Scientific. Families with children. *Social Forces*, Vol.75, No. nd, pp. 262–292.

Keynes, J. (1936). *The General Theory of Employment, Interest and Money*. Macmillan Publishing Co., Inc, London.

Kim, D.W.; Yub, J. S.; Hassan, M. K. (2018). Financial inclusion and economic growth in OIC countries. *Research in International Business and Finance*, Vol. 43, pp. 1–14

Klieštik, T.; Kočišová, K.; Mišanková, M. (2015). Logit and Probit Model used For Prediction of Financial Health of Company. *Procedia Economics and Finance*, Vol. 23, pp. 850 – 855

Lajili, O.; Gilles, P. (2018). Financial Liberalization. Political Openness and Growth in Developing Countries: Relationship and Transmission Channels. *Journal of Economic Development*, Vol. 43, No.1, pp. 1-27

Lawrence, E. (1991). Poverty and the Rate of Time Preference: Evidence From Panel Data. *Journal of Political Economy*, Vol.99, No.1, pp. 54-77.

Leal, S. F. O. (2018) Educação Financeira no 1ºCEB: Importância da Poupança e Planeamento-Relatório Final de Prática de Ensino Supervisionada. <http://hdl.handle.net/20.500.11960/1991>.Acessado: dia 13 de Maio de 2019, 10:20 min.

Leff, N.H. (1969). Dependency Rates and Saving Rates, *American Economic Review*, Vol.59, No.5, pp. 886-896.

Léon, F.; Zins, A. (2019). Regional foreign banks and financial inclusion: Evidence from Africa. *Economic Modelling*, In press.
<https://doi.org/10.1016/j.econmod.2019.03.012>

Loayza, N.; Schmidt-Hebbel, K.; e Serven, L. (2000). What Drives Private Saving Across the World. *The Review of Economics and Statistics*, Vol. 82, No. 2, pp. 165-181.

Loayza, N.; Skankar, R. (2000). Private saving in India, *The World Bank Economic Review*, Vol.14, No.3, pp.571-594.

Lopes, L. M.; Vasconcellos, M. A. S. de, (2013). *Manual de Macroeconomia*. 3ª Edição, Editora atlas.

Lusardi, A. (2001). Explaining Why Do Many People Do Not Save. Center for Retirement Research, Working paper, No. 2001-05, pp.1-42.

Magalhães, R. (2003). A importância das instituições e das redes sociais no desempenho dos mercados financeiros. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41, Poços de Caldas. Anais. Brasília: Sober.

Manjic, I. (2016). What determine the saving rate in Balkan countries? *Sarajevo Journal os Social Sciences (Inquiry)*. Vol.2, No.2, pp.179-202.

Martin, D. (1977). Early Warning of Bank Failure: A Logit Regression Approach. *Journal of Banking and Finance*, Vol.1, No. nd, pp. 249-276

Masson, P.R. (1987). The Dynamics of a Two-Country Minimodel under Rational Expectations, *Annales d' Economie et de Statistique, ADRES*, Journal Article, Vol. 6, No7, pp.165-181.

Masson, P.R. (1988). Strategies for Modeling Exchange Rates and Capital Flows in Multi-Country Models, *Journal of Policy Modeling*, Elsevier, Vol.10, No.2, pp. 2005-2028.

Mckinnon, R. (1973). *Money and Economic Development*. Washington: Brookings Institution.

Mendes, J. d. (2015). Educação financeira para uma melhor qualidade de vida. Tubarão: Unisul. <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/TCC-JULIANA-DE-SOUZA-MENDES.pdf>, Acedido: dia 06 de Abril de 2019, 17:23 min.

Miyata, S. (2003). Household's risk attitudes in Indonesian villages. *Applied Economics*, Vol.35, No.5, pp.573–583.

Modigliani, F. (1970). The Life Cycle Hypothesis of saving and Inter-Country Differences in the Saving Ratio, in W. A Elliot, M.F. Scott, and J.N. Wolfe, eds., Induction, Growth and Trade, Oxford: Clarendon Press.

Modigliani, F. (1986). Life Cycle, Individual Thrift, and the Wealth. The American Economic Review, Vol.76, No.3, pp.297-313.

Modigliani, F. (1998). The Role of Intergenerational Transfers and Life-Cycle Saving in the Accumulation of Wealth, Journal of Economic Perspectives, Vol. 2, No.2, pp.15-20.

Modigliani, F.; Ando, A. (1983). The Life Cycle Hypothesis of Saving: Aggregate Implications and Taste, American Economic Review. Vol.53, No.1, pp.55-84.

Moreira, R. F. R. S. (2014). Relação entre Poupança, Investimento e Crescimento Económico na Europa. Dissertação de mestrado, ISEG-Lisboa School of Economics and Management. <http://hdl.handle.net/10400.5/7821>. Acedido: dia 02 de Novembro de 2018, 16:10 min.

Mualley, S. M. A. (2011). Determinants of Savings: An Empirical Evidence from African Countries, 1990-1999. Algerian Scientific Journal Platform, Vol. 9, No.9, pp.21-30.

Nwachukwu, T.E.; Egwaikhide, F.O. (2007). An Error-Correction Model of the Determinants of Private Saving in Nigeria, Paper Presented at the African Economic Society (AES) Conference, Cape Town, South Africa, pp.1-31. <https://pdfs.semanticscholar.org/beef/32048f8bd38dd49d6dfbb428cd3eede9443b.pdf>, Acessado: 10 de Janeiro de 2019, 12:23 min.

OCDE. (2012). Financial Education In Schools. OCDE. https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/FinEdSchool_web.pdf, Acedido: dia 23 de Maio de 2019, 23:56 min.

Ohlson, J. A. (1980). Financial Ratios and Probabilistic Prediction of Bankruptcy. Journal of Accounting Research, Vol.18, No. nd, pp. 109-131.

Oliveira, M. A. S. (2017). Determinantes da poupança das famílias em Portugal, Dissertação de Mestrado, FEP-Universidade do Porto. http://sigarra.up.pt/fep/en/pub_geral.pub_view?pi_pub_base id=228401. Acedido: dia 04 de Novembro de 2018, 13:20 min.

Organization for Economic Cooperation and Development (1994). Taxation and household saving. Paris: Author.

Ozcan, J.; Ertac C. (1996). International evidence on the determinants of private Savings. International Monetary Fund Working Paper, Vol.1, No.9, pp.17-20.

Pinho, M. (2015). *Macroeconomia-Teoria e Prática Simplificada*, Ed. Sílabo, Lisboa.

Pontes, N. F. (2016). *Educação Financeira: uma abordagem da poupança com alunos do 4.º ano de escolaridade*. Viana do Castelo: IPVC.

Raposo, J. (2014). *A Importância de um Orçamento Familiar*. Obtido de ReOrganiza com sentido: <https://reorganiza.pt/importancia-de-um-orcamentofamiliar/>. Acedido: dia 11 de Maio de 2019, 12:30 min.

Ribeiro, D. F. B. (2017). *Estudo sobre os Determinantes das Preferências e Decisões de Investimento numa Carteira*. Dissertação de Mestrado, DEGEIT-Universidade de Aveiro. <https://ria.ua.pt/handle/10773/426?> Acedido: dia 04 de Março de 2019, 12:20 min.

Ricardo, David. (1817). *Princípios de Economia Política*; version em español Del fondo de cultura económica, México, 1958.

Rillo, D. A. (2014). *An Overview of Financial Inclusion in Asia, Financial Inclusion in Asia: Country Survey*, Asian Development Bank Institute. Vol.nd, No.nd, pp.1-31

Rodrigues, M. S.; Filho, N. M.; Komatsu, B. K. (2018). *Quem Poupa no Brasil?* Inspere-Centro de Políticas públicas-Policy Paper nº33, Vol. nd, No.nd, pp. nd.

Samuelson, Paul.; Nordhaus, William (2005). *Economia*, 18ª edição. Mc Graw Hill.

Santos, C. M. L. da S. A. dos (2018). *Estatística Descritiva: Manual de Auto-Aprendizagem*, 3ª Edição, Editora Sílabo. Lisboa.

Schmidt-Hebbel, K.; Webb, S.; Corsetti, G. (1992), *Household Saving in Developing Countries*, World Bank Economic Review. Vol.6, No.3, pp.529-547.

Schmidt-Hhebbel, Loayza, K.; Norman S., L. (2000). *What Drives Private Saving around thle World?* , Review of Economics and Estatistics, Vol. 82, No.2, pp.165-181.

Serres, de A.; Pelgrin F. (2003). *The Decline in Private Saving Rates in the 1990s in OECD Countries: How Much can be explained by Non-Wealth Determinants?* OECD Economic Studies. Vol.36, No.1, pp.117-150.

Shaw, E. (1973), *Financial Deepening in Economic Development*, New York: Oxford University Press.

Shawa, K. C. (2016). *Drivers of Private Saving in Sub-Saharan African Countries*, Journal of Economic Development. Vol. 41, No. nd, pp. 77-110.

Shawa, K.C.; Mweha, F.; Kulundu, D. (2012). *Private Investment in Sub-Saharan Africa: A Dynamic Panel Approach*. Journal of Economic Research. Vol.17, No.nd, pp.247-281.

Simpasa, A.; Nakumuryango, A.; Yon, Y.; Muzima, J. D. (2017). Financial Inclusion and Economic growth in Africa: Implications for Angola. XXI FESA Scientific Technical Conference, Luanda, Angola, 24 – 27 October 2017

Smith, Adam. (1776). *A Riqueza das Nações*. Editora: Martins Fontes, Reimpressão: 12-2003. Coleção: Paideia.

Smith, J. P. (1995). Marriage, assets, and savings. (Labor and Population Program Working Paper Series 95-08). Santa Monica, CA: RAND. pp.nd.

Smith, J. P.; Ward, M. P. (1980). Asset accumulation and family size. *Demography*, Vol.17, No.nd, pp. 243–260.

Solmon, L. C. (1975). The relation between schooling and savings behavior: An example of the indirect effects of education. In F. T. Juster (Ed.), *Education, income, and human behavior* (pp. 253–294 and pp. 419–426). New York: McGraw-Hill.

Solow, R. M. (1956). A Contribution to the Theory of Economics Growth, *The Quarterly Journal of Economics*, Vol.70, No.1, pp.65-94.

Soumaré, I.; Fulbert T. T.; Thierry M. K. (2016). Analysis of the determinants of financial inclusion in Central and West Africa. *Transnational Corporations Review*, Vol.8, No.4, pp. 231-249.

Stampfl, R. W. (1978). The consumer life cycle. *Journal of Consumer Affairs*, Vol.12, No. nd, pp. 209– 219.

Steinert, J. I.; Zenker, J.; F., U.; Movsisyan, A.; Cluver, L. D.; Shenderovich, Y. (2017). Do saving promotion interventions help alleviate poverty in Sub-Saharan Africa? A systematic review and meta-analysis, *Courant Research Centre: Poverty, Equity and Growth - Discussion Papers*, No. 226, pp.1-66.

Stiglitz, J.; Weiss, A. (1981). Credit Rationing in Markets with Imperfect Information. *American Economic Review*, Vol. 71, No.3, pp. 393-410

Terzi, N. (2015). Financial Inclusion and Turkey. *Academic Journal of Interdisciplinary Studies MCSER Publishing, Rome-Italy*, Vol. 4, No. 1, pp. 269-276

Tobin, J. (1967). Life Cycle Saving and Balanced Economic Growth. in W. Fellner, ed., *Ten Economic Studies in the Tradition of Irvin Fisher*, New York: Wiley Press, 231-256.

Tshabalala, N.; Simo-Kengne, B. Desiree; D. J. (2017). The Impact of Demographic Structure on Saving and The Current Account in South Africa. *Journal of International Money and Finance*, Vol.26, No.4, pp.546-569.

United Nations (2019). Financial Inclusion. <https://www.unCDF.org/financial-inclusion>

United States Senate (2003). The state of financial literacy and education in America: hearing before the Committee on Banking, Housing, and Urban Affairs. United States Senate, One Hundred Seventh Congress, second session, on the state of financial literacy and education in America, February 5 and 6, pp. 22-23, U. S. Government printing office Washington.

Wakita, S.; Fitzsimmons, V.; Liao, T. F. (2000). Wealth: Determinants of Savings Net Worth and Housing Net Worth of Pre-Retired Households. *Journal of Family*, Vol. 21, No.4, pp. 387-418.

Wang, X.; Guan, J. (2017). Financial Inclusion: Measurement Spatial effects and Influencing factors. *Applied Economics*, Vol. 49, No. 18, pp. 1751-1762.

Zhang, Q. (2017). Does microfinance reduce poverty? Some international evidence. *The BE Journal of Macroeconomics*, Vol. 17, No. 2, <https://doi.org/10.1515/bejm-2016-0011>

Zhang, Q.; Posso, A. (2017). Microfinance and gender inequality: Cross-country evidence. *Applied Economics Letters*, Vol. 24, No. 20, pp. 1494–1498

Zhang, Q.; Posso, A. (2019). Thinking inside the box: A closer look at financial inclusion and household income. *Journal of Development Studies*, Vol. 55, No. 7, pp. 1616-1631

Zins, A.; Weill, L. (2016). The Determinants of Financial Inclusion in Africa. *Review of Development Finance*, Vol. 6, No. 2, pp. 46-57

Zwane, T.; Greyling, L.; Makadi M. (2016). The Determinants of household Saving in South Africa. *International Business e Economics Research Journal*, Vol.15, No.4, pp.209-218.

Anexos

Anexo 1. Extração e Codificação das Variáveis

Tabela A1.1. Extração e codificação de variáveis no questionário

VARIÁVEL	Pergunta	Resposta	Código
IDADE	Qual é a sua idade?	Indicação da Idade	A definir
GENERO	Qual é o género do entrevistado?	Masculino	1
		Feminino	2
ESTCIVIL	Qual é o estado civil do entrevistado?	Solteiro(a)	1
		Casado(a)	2
		Divorciado(a)	3
		Viúvo(a)	4
ESCOLDDE	Qual é o nível de escolaridade do entrevistado?	Nenhuma	1
		6.º classe	2
		12º classe	3
		Freq. Univer	4
		Bacharel	5
		Licenciado	6
		Mestre/Doutor	7
SITUALAB	Qual é a sua situação laboral ou ocupacional?	Outrem	1
		Propria	2
		Mista	3
		Parcial	4
		Desempregado(a)	5
		Aposentado com atividade	6
		Estudante	7
		Doméstico	8
		Aposentado sem atividade	9
		Outra	10
LOCAHAB	Em que zona da está localizada a sua habitação?	Centro da Cidade	1
		Periferia	2
DEPENDT	Quantos filhos ou dependentes tem?	Indicação do número	A definir.
GESTORÇA	Quem é o principal responsável pela gestão do orçamento no seu agregado familiar?	Entrevistado	1
		Outra pessoa	2

		Gestão conjunta	3
COBANC	É titular de uma ou mais contas bancária?	Sim	1
		Não	0
NCOBANC	Qual é a razão pela qual nunca teve uma conta bancária?	Baixa Renda	1
		Uso conta de outra pessoa	2
		Custo elevado para obter	3
		Outros	4
RENDMENS	Indique o intervalo em que se situa a sua renda mensal:	10.000,00Kzs à 50.000,00KZs	1
		51.000,00 à 90.000,00Kzs	2
		91.000,00Kzs à 140.000,00Kzs	3
		141.000,00Kzs à 180.000,00Kzs	4
		> 181.000,00	5
POUP	Costuma fazer poupanças?	Sim	1
		Não	0
RANAPOUP	Por que razão não faz poupanças?	Rendimento não permite	1
		Não é prioridade	2
		Despesas não planeadas ou por impulso	3
		Outra	4
EMPREST	Já recorreu a empréstimos quando necessitou de liquidez?	Sim	1
		Não	0
ACESSINFOFIN	Já alguma vez foi contactado por uma Instituição financeira para ser informado sobre as alternativas de rentabilizar a sua poupança no nosso mercado financeiro, e sobre os produtos financeiros disponíveis?	Sim	1
		Não	2
Nota: As perguntas que não foram respondidas foram codificadas por (-1) na base de dados.			

Fonte: Elaboração própria.

Tabela A1.2. Abreviaturas e significado das variáveis

POUP	POUPANÇA
IDDE	IDADE
SXO	SEXO
ESTCIVIL	ESTADO CIVIL
ESCOLD	ESCOLARIDADE
SITUALAB	SITUAÇÃO LABORAL
RESID	RESIDENCIA
LOCAHAB	LOCAL DA HABITAÇÃO
AGREFAM	AGREGADO FAMILIAR
DEPENDT	DEPENDENTES
GESTORÇA	GESTÃO DO ORÇAMENTO
RENDAGREF	CONTRIBUIÇÃO PARA RENDA DO AGREGADO FAMILIAR
COBANC	CONTA BANCÁRIA
RNCONTA	RAZÕES PARA NÃO TER CONTA
PLANORF	PLANIFICAÇÃO DO ORÇAMENTO FAMILIAR
TPLANORFA	PERIODICIDADE DOA PLANIFICAÇÃO DO ORÇAMENTO
RENDMENS	RENDIMENTO MENSAL
PERPOUP	PERCENTAGEM DA POUPANÇA
GIMPOUP	GRAU DA IMPORTANCIA DA POUPANÇA
RAPPOUP	RAZÕES PARA POUPAR
RANAPOUP	RAZÕES PARA NÃO POUPAR
EMPREST	EMPRESTIMO
FORMPOUP	FORMA DE POUPANÇA
ACESSINFOFIN	ACESSO A INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Fonte: Elaboração própria.

Tabela A1.3. Distribuição da amostra por idade

IDADE	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
18	30	2%
19	36	3%
20	35	2%
21	123	9%
22	33	2%
23	124	9%
24	37	3%
25	68	5%
26	24	2%
27	27	2%
28	29	2%
29	52	4%
30	66	5%
31	18	1%
32	78	5%
33	28	2%
34	119	8%
35	23	2%
36	8	1%
37	14	1%
38	56	4%
39	14	1%
40	21	1%
41	1	0%
42	20	1%
43	70	5%
44	6	0%
45	48	3%
46	10	1%
47	25	2%
48	17	1%
49	26	2%
50	11	1%
52	5	0%
53	5	0%
54	39	3%
55	2	0%
56	18	1%
57	6	0%
58	11	1%
59	17	1%
60	7	0%
61	6	0%
62	9	1%
63	6	0%
64	3	0%
65	2	0%
66	1	0%
	1434	100%

Fonte: Elaboração própria.

Anexos 2. Estimativas Probit

Tabela A2.1. Estimativa Probit para poupança.

Número de observações		1434
Wald Chi 2		130,38
Prob>Chi 2		0,000
POUPANÇA	Coef.	P> z
lnIDDE	-0,0328	0,790
GENERO	0,2090	0,015
SOLTEIRO	-0,6736	0,001
CASADA	-0,5815	0,007
DIVORCIADA	-0,6293	0,014
SECUNDARIO	0,4099	0,000
SUPERIOR	0,3895	0,005
TRABALHA	0,1596	0,643
DESEMPREGADO	-0,0265	0,942
LOCAHAB	0,1274	0,141
SOZINHO	0,1045	0,490
CONJUGES	0,0457	0,637
DEPENDENT	0,1705	0,135
INQUIRIDO	-0,2277	0,012
CONTRIBUI	-0,0748	0,429
COBANC	0,4564	0,016
BAIXOREND	0,1766	0,372
CONTAOUTR	0,0624	0,810
CUSTO	0,1759	0,551
MUIMPORT	0,1971	0,227
PLANIFICA	0,5568	0,000
ATE90	0,0355	0,693
IMPORPOUP	0,6543	0,000
EMPREST	0,1971	0,029
ACESSINFOFIN	0,0370	0,677
_CONS	-0,7862	0,262

Fonte: Elaboração própria. Consideraram-se os níveis de significância estatística a 1%, 5% e 10%.

Tabela A2.2. Estimativa Probit “Até40Ren”

Número de Observações		1434
Wald Chi 2		82,28
Prob> Chi2		0,000
ATE40REN	Coef,	P> z
lnIDDE	0,0081	0,941
GENERO	0,0430	0,564
SOLTEIRO	-0,0806	0,572
CASADA	0,0642	0,682
DIVORCIADA	-0,0507	0,804
SECUNDARIO	0,0654	0,551
SUPERIOR	0,0288	0,819
TRABALHA	0,1435	0,634
DESEMPREGADO	0,1054	0,741
LOCAHAB	0,0023	0,976
SOZINHO	0,1082	0,439
CONJUGES	-0,2034	0,019
DEPENDENT	0,1803	0,075
INQUIRIDO	0,0118	0,882
CONTRIBUI	-0,0099	0,904
COBANC	0,1192	0,516
BAIXOREND	0,0855	0,658
CONTAOUTR	0,0043	0,986
CUSTO	0,2890	0,302
MUIMPORT	0,0875	0,578
PLANIFICA	0,3512	0,000
ATE90	0,4878	0,000
IMPORPOUP	0,4682	0,003
EMPREST	-0,0661	0,386
ACESSINFOFIN	-0,0261	0,734
_CONS	-0,9765	0,117

Fonte: Elaboração própria. Consideraram-se os níveis de significância estatística a 1%, 5% e 10%.

Tabela A2.3. Estimativa Probit “Luanda, Bengo e Benguela”

Número de Observações	1434		1434		1434	
Wald Chi2	122,34		88,01		131,66	
Prob>Chi2	0,000		0,000		0,000	
POUPANÇA	Luanda		Bengo		Benguela	
	Coef	P> z	Coef	P> z	Coef	P> z
lnIDDE	-0,1146	0,407	-0,0627	0,616	0,0324	0,805
GENERO	0,2552	0,009	0,2227	0,010	0,1476	0,108
SOLTEIRO	-0,5027	0,013	-0,6808	0,001	-0,6841	0,002
CASADO	-0,0319	0,890	-0,6771	0,002	-0,6232	0,008
DIVORCIADO	-0,4886	0,067	-0,8103	0,002	-0,0301	0,921
SECUNDARIO	0,3388	0,006	0,2313	0,057	0,4628	0,000
SUPERIOR	0,3001	0,047	0,2585	0,075	0,4744	0,001
TRABALHA	-0,0002	0,999	0,2363	0,498	0,4554	0,196
DESEMPREGADO	-0,2077	0,625	0,0402	0,913	0,3066	0,414
LOCAHAB	-0,0497	0,604	0,1036	0,237	0,2432	0,009
SOZINHO	-0,0038	0,982	-0,0132	0,930	0,2502	0,119
CONJUGES	-0,0561	0,592	-0,0204	0,840	0,0660	0,518
DEPENDENT	-0,0725	0,578	0,2787	0,014	0,2225	0,061
INQUIRIDO	-0,1904	0,058	-0,1968	0,033	-0,2439	0,011
CONTRIBUI	-0,1484	0,158	-0,0326	0,734	-0,0453	0,652
COBANC	0,2576	0,193	0,3890	0,048	0,5609	0,005
BAIXOREND	-0,0597	0,773	0,2575	0,218	0,1779	0,390
CONTAOUTR	-0,0994	0,729	-0,0513	0,846	0,3386	0,218
CUSTO	-0,1617	0,595	0,2406	0,427	0,1405	0,650
MUIMPORT	0,3151	0,066	-0,0620	0,731	0,0047	0,979
PLANIFICA	0,5225	0,000	0,4580	0,000	0,4436	0,000
ATE90	-0,0426	0,678	0,0972	0,285	0,0308	0,746
IMPORPOUP	0,6142	0,000	0,6263	0,000	0,6687	0,000
EMPREST	0,2314	0,026	0,2299	0,012	0,1369	0,147
ACESSINFOFIN	0,0559	0,572	0,0335	0,709	-0,0276	0,766
_CONS	0,3104	0,694	-0,2189	0,758	-0,1075	0,149

Fonte: Elaboração própria. Consideraram-se os níveis de significância estatística a 1%, 5% e 10%

Tabela A2.4. Estimativa Probit “Kwanza Norte, Malanje e Huambo”

Número de Observações	1434		1434		1434	
Wald Chi2	129,09		122,34		113,93	
Prob>Chi2	0,000		0,000		0,000	
POUPANÇA	Kwanza Norte		Malanje		Huambo	
	Coef	P> z	Coef	P> z	Coef	P> z
lnIDDE	-0,1072	0,405	-0,1146	0,407	0,0272	0,828
GENERO	0,1978	0,026	0,2552	0,009	0,1903	0,028
SOLTEIRO	-0,8536	0,000	-0,5027	0,013	-0,5906	0,002
CASADA	-0,8398	0,000	-0,0318	0,890	-0,5071	0,016
DIVORCIADA	-0,8741	0,001	-0,4886	0,067	-0,5790	0,022
SECUNDARIO	0,3946	0,001	0,3388	0,006	0,4361	0,000
SUPERIOR	0,3224	0,025	0,3001	0,047	0,3992	0,004
TRABALHA	0,1854	0,596	-0,0002	1000	-0,2016	0,620
DESEMPREGADO	0,0333	0,929	-0,2077	0,625	-0,3591	0,400
LOCAHAB	0,2298	0,012	-0,0497	0,604	0,0905	0,298
SOZINHO	0,1067	0,494	-0,0038	0,982	0,0910	0,555
CONJUGES	0,1147	0,260	-0,0561	0,592	0,0059	0,952
DEPENDENT	0,2593	0,029	-0,0725	0,578	0,1935	0,093
INQUIRIDO	-0,2817	0,002	-0,1904	0,058	-0,2232	0,014
CONTRIBUI	-0,0635	0,511	-0,1484	0,158	-0,0966	0,310
COBANC	0,4118	0,040	0,2576	0,193	0,3878	0,035
BAIXOREND	0,2417	0,249	-0,0597	0,773	0,1169	0,542
CONTAOUTR	0,1565	0,568	-0,0994	0,729	-0,0347	0,891
CUSTO	0,3052	0,343	-0,1617	0,595	0,2074	0,491
MUIMPORT	0,2747	0,103	0,3152	0,066	0,1099	0,507
PLANIFICA	0,5633	0,000	0,5225	0,000	0,5581	0,000
ATE90	0,0700	0,456	-0,0427	0,678	-0,0018	0,984
IMPORPOUP	0,7354	0,000	0,6142	0,000	0,4357	0,008
EMPREST	0,1777	0,057	0,2314	0,026	0,1572	0,082
ACESSINFOFIN	0,1060	0,259	0,0559	0,572	0,0693	0,441
_CONS	-0,5123	0,484	0,3104	0,694	-0,2755	0,703

Fonte: Elaboração própria. Consideraram-se os níveis de significância estatística a 1%, 5% e 10%.

Tabela A2.5. Estimativa Probit para as motivações de poupança “Negócio, Irregular, Bens Duradouros”

Número de Observações	1434		1434		1434	
Wald Chi2	53,64		50,31		54,47	
Prob>Chi2	0.007		0.002		0.006	
VARIABLES	Negócio		Despesa Irregular		Bens duradouros	
	Coef	P> z	Coef	P> z	Coef	P> z
lnIDDE	-0,0098	0,941	-0,1214	0,380	0,0248	0,871
GENERO	0,2781	0,002	-0,1498	0,108	0,2635	0,014
SOLTEIRO	0,0294	0,859	-0,1792	0,332	0,6344	0,053
CASADA	-0,1146	0,530	-0,1469	0,459	0,7859	0,018
DIVORCIADA	-0,0154	0,949	-0,5139	0,095	0,5677	0,139
SECUNDARIO	-0,0302	0,807	0,1213	0,434	0,3447	0,087
SUPERIOR	-0,0928	0,525	0,3756	0,033	0,3586	0,109
TRABALHA	0,1599	0,702	0,5047	0,282	-0,1112	0,780
DESEMPREGADO	0,3632	0,399	0,3131	0,522	-0,1734	0,684
LOCAHAB	0,2220	0,010	-0,1048	0,282	0,0103	0,921
SOZINHO	-0,1513	0,363	0,0827	0,629	-0,2347	0,241
CONJUGES	-0,0797	0,412	-0,0641	0,574	-0,0155	0,902
DEPENDENT	-0,2033	0,075	-0,2432	0,053	0,0967	0,526
INQUIRIDO	0,0134	0,888	0,0375	0,718	0,3849	0,000
CONTRIBUI	-0,1705	0,084	-0,1482	0,165	-0,1856	0,083
COBANC	0,3605	0,122	0,1672	0,582	-0,1318	0,554
BAIXOREND	0,4064	0,088	-0,4034	0,213	-0,3139	0,204
CONTAOUTR	0,4529	0,105	-0,0527	0,884	-0,5185	0,267
CUSTO	0,3719	0,259	0,0513	0,897	-0,5310	0,273
MUIIMPORT	-0,1252	0,498	-0,2810	0,212	-0,0123	0,964
PLANIFICA	0,2974	0,013	0,5159	0,001	0,0406	0,778
ATE90	-0,1286	0,146	0,0182	0,855	0,0255	0,817
IMPORPOUP	-0,1934	0,284	0,8031	0,016	0,0682	0,786
EMPREST	0,1586	0,072	0,0298	0,760	-0,2139	0,040
ACESSINFOFIN	-0,0368	0,681	-0,2687	0,008	0,3635	0,000
_CONS	-1,3836	0,075	-1,8772	0,044	-2,7186	0,003

Fonte: Elaboração própria. Consideraram-se os níveis de significância estatística a 1%, 5% e 10%.

Tabela A2.6. Estimativa Probit para as motivações de poupança “Filhos, Imprevistos, Reforma”

Número de Observações	1434		1434		1231	
Waldi Chi2	152,22		71,01		75,47	
Prob>Chi2	0,000		0,000		0,000	
VARIÁVEIS	Filhos		Imprevistos		Reforma	
	Coef	P> z	Coef	P> z	Coef	P> z
lnIDDE	0,0271	0,824	0,0962	0,462	0,0207	0,935
GENERO	0,0389	0,644	-0,1110	0,199	-0,1099	0,477
SOLTEIRO	-0,7211	0,000	0,4362	0,046	-0,7755	0,002
CASADA	-0,5747	0,000	0,3397	0,146	-0,4951	0,059
DIVORCIADA	-0,5368	0,010	0,5808	0,042	-0,329	0,335
SECUNDARIO	0,0427	0,723	0,4327	0,004	-0,2345	0,388
SUPERIOR	-0,2637	0,059	0,6654	0,000	-0,3242	0,283
TRABALHA	0,2281	0,526	0,0819	0,824	-0,8097	0,117
DESEMPREGADO	-0,2236	0,568	0,1159	0,765	-0,1156	0,039
LOCAHAB	-0,0539	0,513	0,0214	0,811	-0,2787	0,104
SOZINHO	0,2859	0,069	0,0115	0,943	0,3272	0,187
CONJUGES	0,2174	0,024	0,0378	0,706	-0,3251	0,080
DEPENDENT	0,8012	0,000	-0,2065	0,069	0,43819	0,161
INQUIRIDO	-0,1816	0,046	-0,3283	0,001	0,0276	0,884
CONTRIBUI	0,0717	0,450	0,1427	0,143	-0,1875	0,314
COBANC	0,4168	0,043	-0,2851	0,175	0,2826	0,191
BAIXOREND	0,5697	0,008	-0,3553	0,121	0,0000	0,611
CONTAOUTR	0,1757	0,554	-0,1365	0,621	0,0975	0,805
CUSTO	0,1214	0,721	-0,1298	0,695	0,9122	0,002
MUIMPORT	0,5211	0,023	0,1607	0,471	0,2343	0,469
PLANIFICA	0,3935	0,000	-0,2083	0,059	0,1728	0,477
ATE90	0,0240	0,776	0,1675	0,053	-0,5328	0,002
IMPORPOUP	0,7395	0,001	0,1168	0,004	-0,5002	0,037
EMPREST	-0,0172	0,835	-0,0097	0,915	0,3747	0,018
ACESSINFOFIN	0,0780	0,348	0,0410	0,654	0,0946	0,567
_CONS	-3,1396	0,000	-2,9832	0,000	-0,5944	0,626

Fonte: Elaboração própria. Consideraram-se os níveis de significância estatística a 1%, 5% e 10%.

Tabela A2.7. Estimativa Probit para as barreiras a poupança

Número de Observações	1434		1434		1434	
Wald Chi2	108,83		71,98		226,91	
Prob>Chi2	0,000		0,000		0,000	
VARIÁVEIS	Baixa Renda		Não é prioridade		Despesa por Impulso	
	Coef	P> z	Coef	P> z	Coef	P> z
lnIDDE	0,1042	0,477	-0,1916	0,455	-0,1305	0,507
GENERO	-0,2801	0,008	-0,1476	0,360	-0,1459	0,269
SOLTEIRO	0,7908	0,001	0,0373	0,890	0,0423	0,886
CASADA	0,5779	0,032	-0,0007	0,998	-0,0039	0,990
DIVORCIADA	0,2529	0,477	0,2213	0,549	0,8249	0,012
SECUNDARIO	-0,4708	0,000	-0,3917	0,046	0,5527	0,024
SUPERIOR	-0,4344	0,006	-0,2395	0,330	0,4325	0,100
TRABALHA	-0,5202	0,171	-0,5061	0,286	0,3899	0,000
DESEMPREGADO	-0,2156	0,597	-0,7553	0,170	0,3854	0,000
LOCAHAB	-0,2104	0,054	0,2689	0,076	0,0536	0,678
SOZINHO	-0,0512	0,786	0,0510	0,832	0,0763	0,736
CONJUGES	0,1169	0,296	-0,0588	0,764	-0,0338	0,831
DEPENDENT	0,0504	0,707	-0,1573	0,410	-0,2080	0,240
INQUIRIDO	0,2824	0,006	0,1261	0,496	0,0632	0,675
CONTRIBUI	0,0881	0,437	0,2629	0,168	0,0320	0,838
COBANC	-0,1472	0,440	-0,0535	0,855	-0,0369	0,888
BAIXOREND	-0,0257	0,899	0,3527	0,217	0,2065	0,438
CONTAOUTR	-0,2518	0,395	0,1168	0,001	0,0937	0,816
CUSTO	-0,3693	0,305	0,6099	0,155	0,4619	0,251
MUIMPORT	-0,1706	0,400	-0,2365	0,253	-0,0647	0,792
PLANIFICA	-0,7184	0,000	-0,4567	0,004	0,0731	0,677
ATE90	0,2268	0,045	-0,3606	0,045	0,0312	0,825
IMPORPOUP	-0,5273	0,005	-0,2217	0,455	-0,5971	0,005
EMPREST	-0,0901	0,395	-0,2660	0,166	-0,0503	0,712
ACESSINFOFIN	-0,1442	0,194	0,2519	0,173	-0,1513	0,270
_CONS	-0,2766	0,730	-0,0031	0,998	-0,5065	0,000

Fonte: Elaboração própria. Consideraram-se os níveis de significância estatística a 1%, 5% e 10%.

Tabela A2.8. Estimativa Probit para as formas de poupança

Número de Observações	1434		1434		1288		1434	
Wald Chi2	237,56		93,15		522,91		158,51	
Prob>Chi2	0,000		0,000		0,000		0,000	
VARIÁVEIS	Deposito a Ordem		Deposito a prazo		Instrumentos Financeiro		Guardar dinheiro em casa	
	Coef.	P> z	Coef.	P> z	Coef.	P> z	Coef.	P> z
lnIDDE	-0,0829	0,457	-0,0845	0,593	-0,0329	0,909	0,1454	0,303
GENERO	0,1642	0,028	0,0984	0,336	0,0976	0,599	-0,2238	0,014
SOLTEIRO	-0,0530	0,709	-0,5058	0,006	-0,0935	0,743	-0,1707	0,316
CASADA	-0,0528	0,734	-0,3252	0,093	0,2154	0,479	-0,2758	0,165
DIVORCIADA	-0,3081	0,130	-0,05681	0,822	0,0004	0,915	-0,2149	0,438
SECUNDARIO	0,3664	0,001	0,0737	0,631	0,0907	0,700	0,0711	0,578
SUPERIOR	0,4898	0,000	0,2306	0,183	-0,5849	0,093	-0,2283	0,161
TRABALHA	0,3743	0,204	-0,2026	0,591	0,3315	0,000	-0,3013	0,374
DESEMPREGADO	0,0141	0,965	-0,0846	0,838	0,3049	0,000	-0,0032	0,993
LOCAHAB	0,0313	0,681	-0,0004	0,997	0,4950	0,005	0,0847	0,370
SOZINHO	0,1393	0,329	0,2618	0,161	0,3547	0,282	-0,2055	0,224
CONJUGES	0,1037	0,237	0,1323	0,275	0,0925	0,672	-0,0648	0,524
DEPENDENT	0,1762	0,090	-0,1336	0,365	0,3401	0,313	0,0397	0,717
INQUIRIDO	-0,1833	0,028	0,2975	0,014	0,4721	0,061	-0,2865	0,005
CONTRIBUI	-0,0378	0,656	-0,1320	0,289	-0,0861	0,677	0,1956	0,054
COBANC	0,5890	0,002	0,0727	0,770	-0,8233	0,089	-0,3104	0,124
BAIXOREND	-0,3360	0,086	-0,2606	0,335	-0,6249	0,240	0,5723	0,007
CONTAOUTR	-0,2854	0,249	0,4146	0,210	-0,6283	0,274	0,2855	0,298
CUSTO	-0,1301	0,001	0,5421	0,118	-0,0546	0,921	0,8452	0,003
MUIMPORT	0,0644	0,723	-0,4532	0,031	0,0023	0,631	0,36314	0,086
PLANIFICA	0,4446	0,000	0,7128	0,000	0,0561	0,800	-0,1926	0,093
ATE90	0,2509	0,001	-0,4048	0,000	0,1038	0,607	0,2180	0,021
IMPORPOUP	0,6051	0,001	-0,0072	0,974	-0,5101	0,119	0,3732	0,092
EMPREST	0,2867	0,000	-0,2003	0,061	0,3605	0,040	-0,1857	0,065
ACESSINFOFIN	0,0396	0,607	0,2592	0,012	0,1875	0,279	-0,1260	0,206
_CONS	-2,1731	0,001	-0,8919	0,314	-5,2611	0,002	-1,4715	0,062

Fonte: Elaboração própria. Consideraram-se os níveis de significância estatística a 1%, 5% e 10%.

Tabela A2.9. Estimativa Probit para inclusão financeira

Número de Observações		1393
Waldi Chi2		149,94
Prob>Chi2		0,000
INCLUFIN	Coef,	P> z
lnIDDE	-0,3284	0,009
GENERO	0,0420	0,000
SOLTEIRO	-0,2229	0,175
CASADA	-0,0088	0,959
DIVORCIADA	0,0958	0,673
SECUNDARIO	0,2222	0,110
SUPERIOR	0,0661	0,669
TRABALHA	-0,0244	0,941
DESEMPREGADO	-0,3297	0,356
LOCAHAB	0,0601	0,470
SOZINHO	0,0992	0,527
CONJUGES	0,0631	0,521
DEPENDENT	0,0304	0,791
INQUIRIDO	-0,0694	0,443
CONTRIBUI	0,05355	0,568
BAIXOREND	-0,9599	0,000
CONTAOUTR	-0,7439	0,009
CUSTO	0,0065	0,897
MUIMPORT	0,14459	0,001
PLANIFICA	-0,0363	0,742
ATE90	-0,1937	0,024
IMPORPOUP	0,2102	0,325
ACESSINFOFIN	0,3639	0,000
_CONS	-1,4350	0,060

Fonte: Elaboração própria. Consideraram-se os níveis de significância estatística a 1%, 5% e 10%.

Tabela A2.10. Estimativa Probit indicadores da inclusão financeira

Número de Observações	1434		1434	
Wild Chi2	667,70		96,94	
Prob>Chi2	0,000		0,000	
VARIÁVEL	Conta Bancária		Empréstimo	
	Coef.	P> z	Coef.	P> z
lnIDDE	-0,2708	0,191	-0,241	0,029
GENERO	0,0708	0,598	0,3708	0,000
SOLTEIRO	-0,3239	0,081	-0,2484	0,096
CASADA	-0,4838	0,049	-0,1041	0,515
DIVORCIADA	-0,2156	0,534	-0,0001	1,000
SECUNDARIO	0,2583	0,114	0,2726	0,015
SUPERIOR	0,5126	0,018	0,1452	0,260
TRABALHA	-0,4233	0,146	-0,0722	0,813
DESEMPREGADO	-0,5650	0,105	-0,2294	0,480
LOCAHAB	0,1471	0,279	0,1285	0,084
SOZINHO	0,1859	0,403	0,0617	0,653
CONJUGES	0,3636	0,011	0,0031	0,971
DEPENDENT	0,1444	0,383	0,0696	0,496
INQUIRIDO	-0,0740	0,635	0,0203	0,801
CONTRIBUI	0,0564	0,732	0,0480	0,564
BAIXOREND	-0,3224	0,000	0,2647	0,015
CONTAOUTR	-0,3165	0,000	0,6960	0,000
CUSTO	-0,3797	0,000	0,8478	0,000
MUIMPORT	-0,1454	0,557	0,6459	0,000
PLANIFICA	-0,0312	0,846	-0,0480	0,625
ATE90	0,0108	0,940	-0,1217	0,115
IMPORPOUP	-0,4155	0,075	-0,2598	0,122
ACESSINFOFIN	0,37178	0,009	0,2659	0,000
_CONS	0,3437	0,000	-0,3375	0,574

Fonte: Elaboração própria. Consideraram-se os níveis de significância estatística a 1%, 5% e 10%.

Anexo 3. Estratificação da amostra em figuras

Figura A3.1. Distribuição da amostra por género

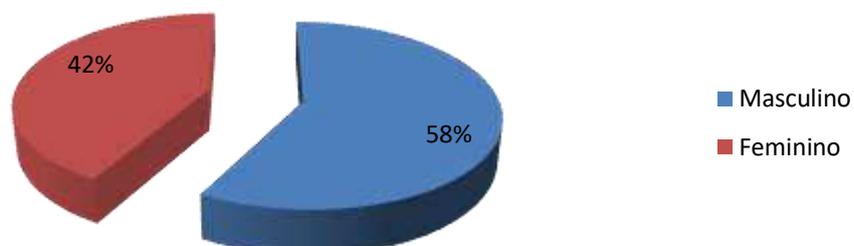


Figura A3.2. Distribuição da amostra por estado civil

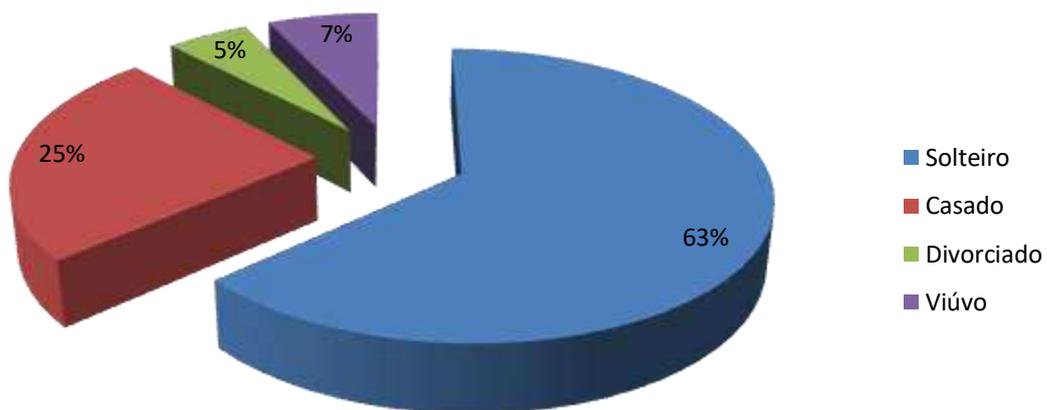


Figura A3.3. Distribuição da amostra por nível de escolaridade

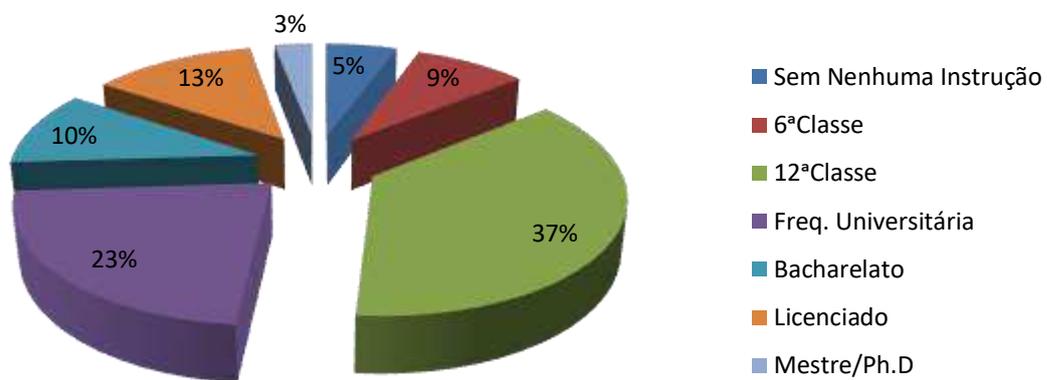


Figura A3.4. Distribuição da amostra por situação laboral

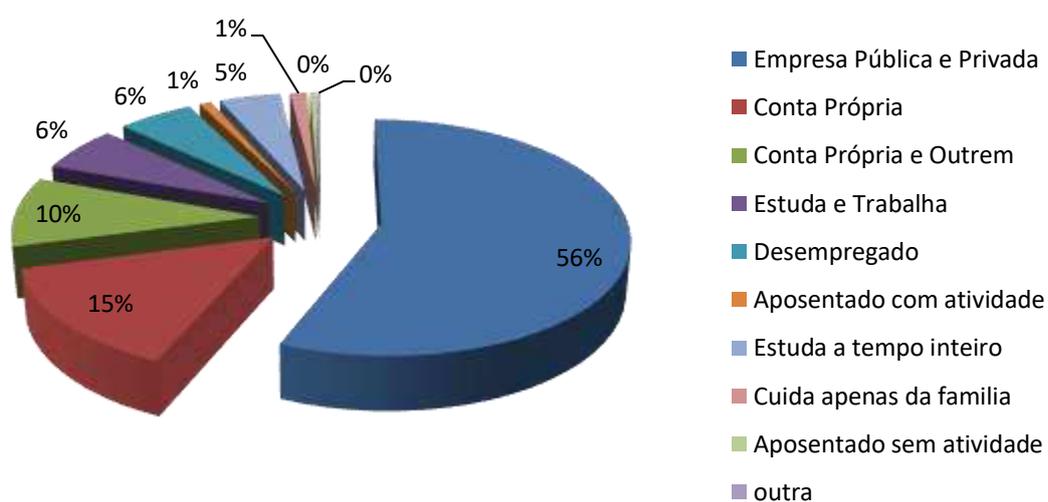


Figura A3.5. Distribuição da amostra por local da habitação

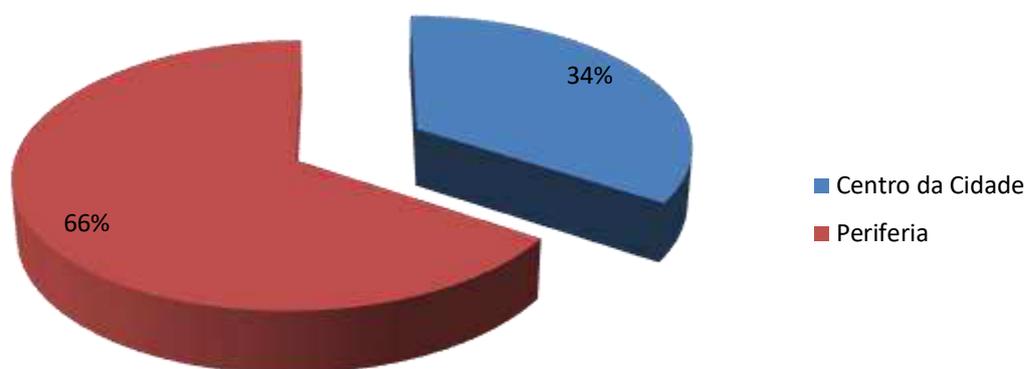


Figura A3.6. Distribuição da amostra por composição do agregado familiar

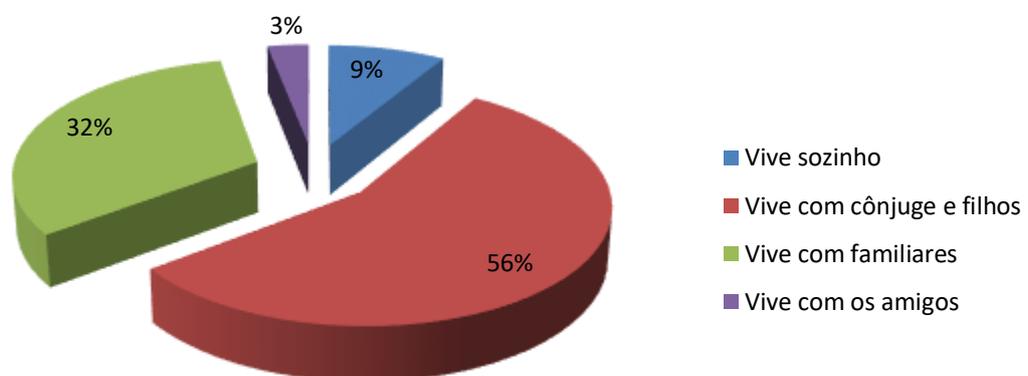


Figura A3.7. Distribuição da amostra por dependente

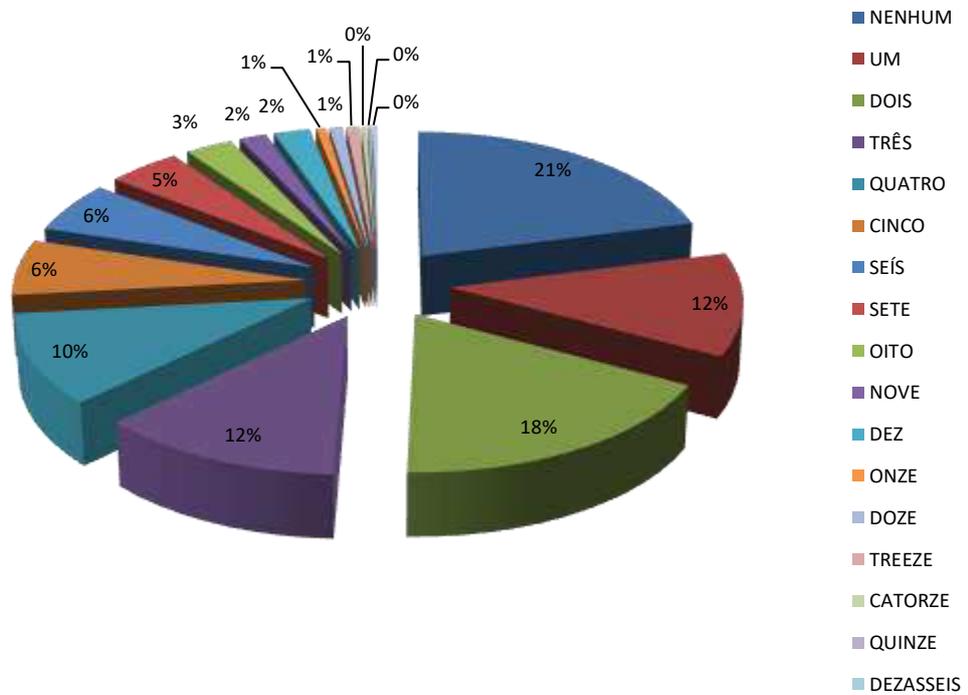


Figura A3.8. Distribuição da amostra por poupança

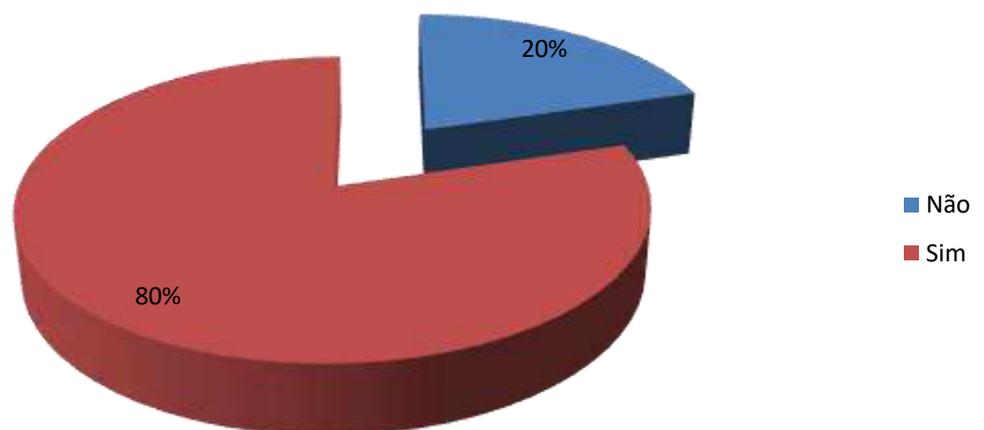


Figura A3.9. Distribuição da amostra por percentagem de poupança

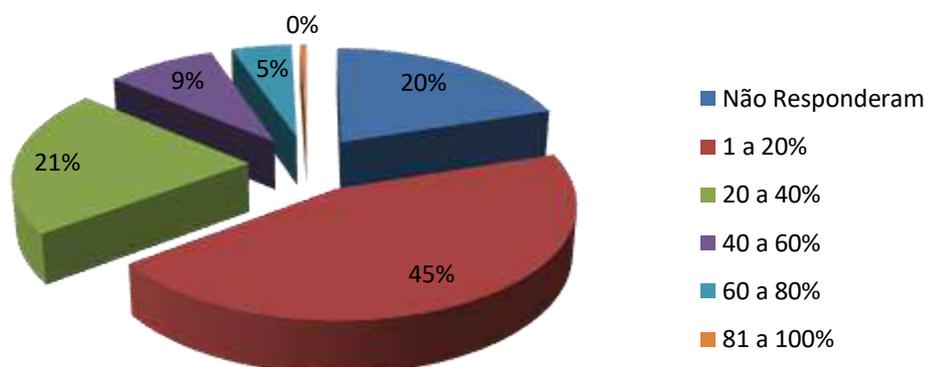


Figura A3.10. Distribuição da amostra quanto ao grau de importância da poupança

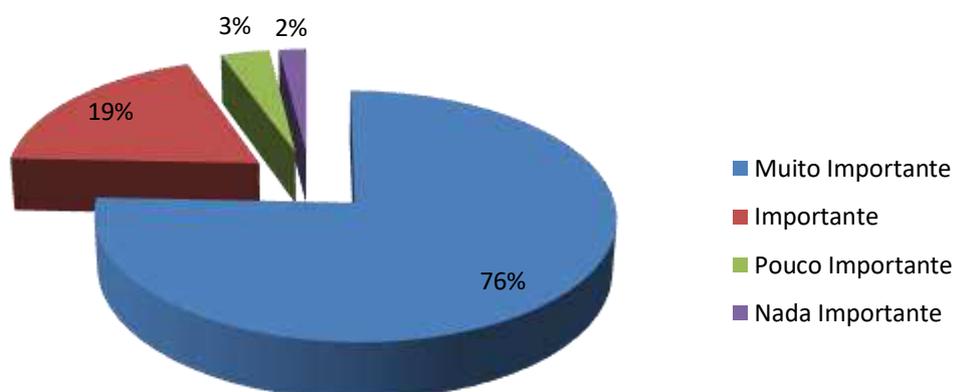


Figura A3.11. Distribuição da amostra por razão para poupar

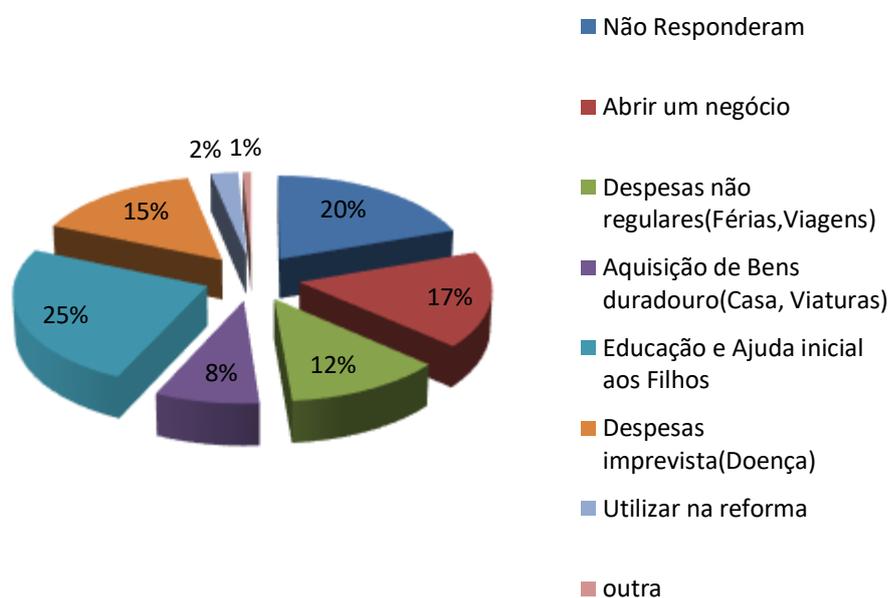


Figura A3.12. Distribuição da amostra por razão para não poupar

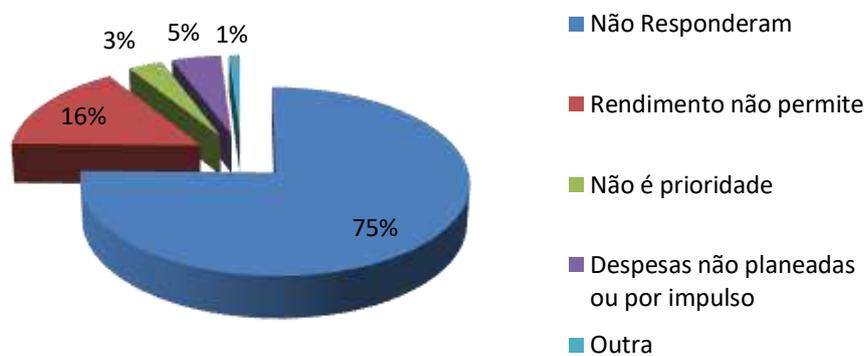


Figura A3.13. Distribuição da amostra quanto à gestão do orçamento

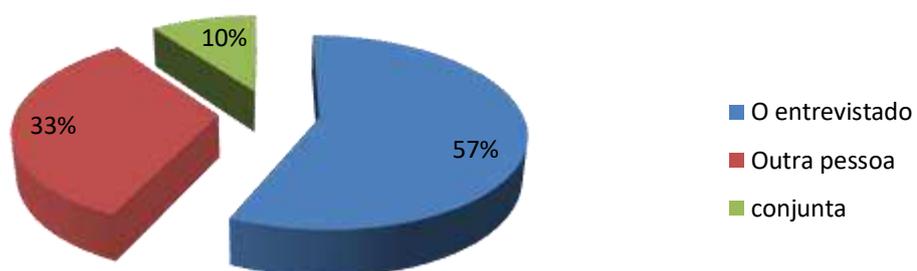


Figura A3.14. Distribuição da amostra quanto à forma de poupar

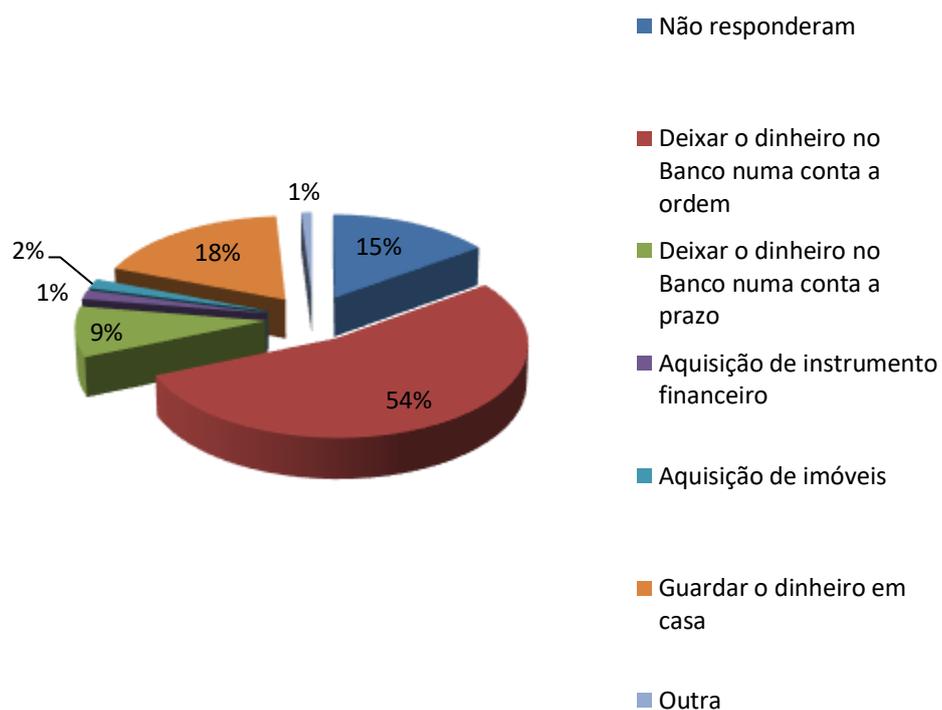


Figura A3.15. Distribuição da amostra quanto à contribuição do rendimento para o orçamento.

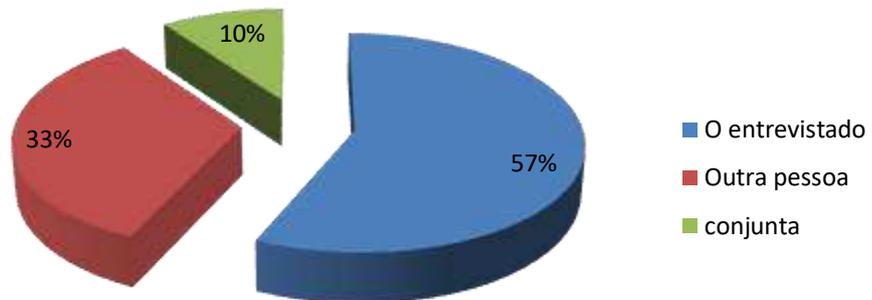


Figura A3.16. Distribuição da amostra por conta bancária

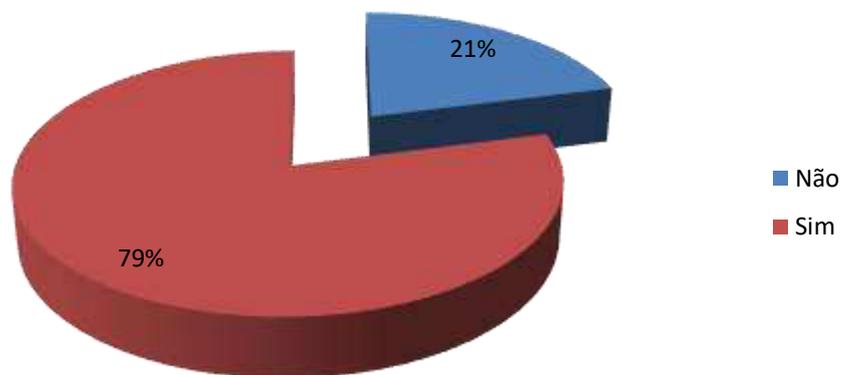


Figura A3.17. Distribuição da amostra quanto a razão para não ter uma conta bancária

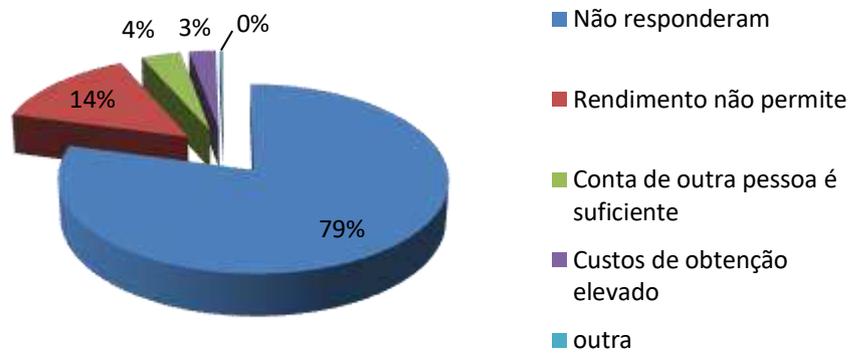


Figura A3.18. Distribuição da amostra quanto à solicitação de empréstimo

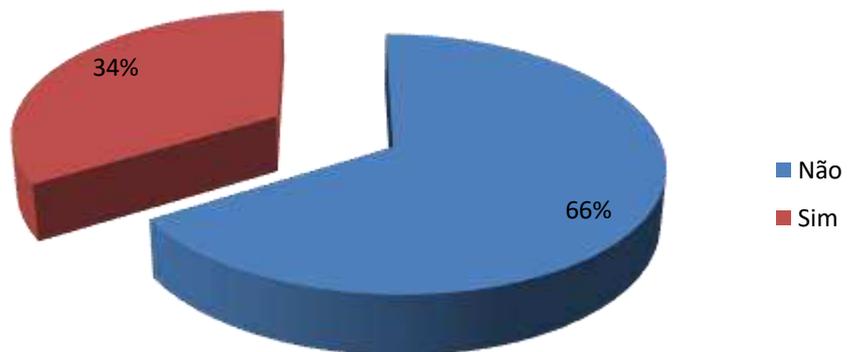


Figura A3.19. Distribuição da amostra quanto a informação financeira

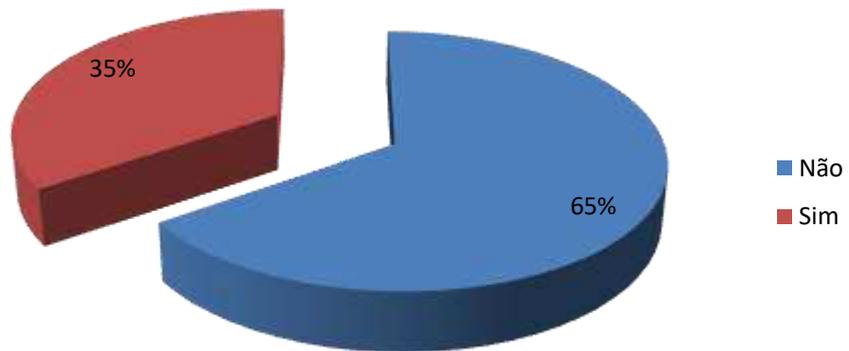


Figura A3.20. Distribuição da amostra quanto ao rendimento.

